

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

THOMAS ROCHA

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA:
UM LEGADO DE PLATÃO À LINGUÍSTICA

Porto Alegre
2016

THOMAS ROCHA

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA:
UM LEGADO DE PLATÃO À LINGUÍSTICA

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração de Linguística, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Orientadora: Prof. Dra. Leci Borges Barbisan

Porto Alegre
2016

Quando em uma entrevista, perguntou-se a Umberto Eco as razões para o título de sua obra, *O nome da Rosa*, ele respondeu que certo monge medieval dissera que mesmo não havendo mais uma rosa, ou certa rosa, ou rosa alguma, pela linguagem é que podemos dizer: “Não há mais a rosa” (*nulla rosa est*). Sem linguagem, não há acesso à realidade. Sem linguagem, não há pensamento.

ARAÚJO, Inês Lacerda (2004)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof. Leci Borges Barbisan, pelos valiosos ensinamentos, pela pronta acolhida ao meu pedido de orientação e pelo convite à pesquisa e à reflexão sobre a língua e o ensino.

À Tânia Marra, amiga das letras, colega de trabalho e grande incentivadora.

À Luciane Ludwig, colega de trabalho, sempre pronta a cobrir minhas ausências.

Aos meus colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, com quem muito aprendi. Aos funcionários da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

À CAPES, pela bolsa parcial.

A minha mãe e minhas irmãs, que me consideram o filho e o irmão preferido.

A minha amada companheira Patrícia, a quem muito admiro, pela paixão, pelo carinho e por estar sempre ao meu lado.

RESUMO

Nesta dissertação, nos propomos a fazer um estudo que coloca em relação a teoria da *alteridade*, elaborada por Platão no diálogo *Sofista*, e a teoria do *valor linguístico* apresentada no *Curso de linguística geral (CLG)* de Ferdinand de Saussure. Partimos da hipótese levantada por Oswald Ducrot de que, ao desenvolver a noção de *valor linguístico*, Saussure aplica ao estudo da linguagem o que Platão disse sobre as Ideias. Profundo conhecedor da filosofia clássica, Ducrot encontrou, na teoria do *valor linguístico*, a fundamentação que o lançou na pesquisa linguística e que hoje conhecemos pelo nome de Semântica Argumentativa. Segundo Ducrot, na teoria da *alteridade* concebida por Platão encontramos a origem filosófica da teoria saussuriana do *valor*. Nossa intenção é, partindo de um estudo minucioso do diálogo *Sofista* e do *CLG*, circunscrever a concepção de diferentes conceitos que, por sua vez, pertencem a diferentes campos do conhecimento: a filosofia e a linguística. Dessa forma, é de uma perspectiva epistemológica que nos colocamos. Foi através desses textos que Ducrot pode relacionar a ideia de *alteridade* com a noção de *valor*, ao encontrar, em ambas, a ideia de “oposição” como constitutiva das entidades a serem analisadas. De modo que, ao investigar e aprofundar a noção de *valor*, tentamos explicitar as influências filosóficas que fundamentaram o conceito desenvolvido pelo linguista genebrino. Tanto Platão quanto Saussure são fundadores de discursos que ecoam na posteridade. São textos que dialogam com as teorias que ajudam a constituir, de modo que buscamos colocar em contraponto essa convergência discursiva.

Palavras-chave: Alteridade. Platão. Valor linguístico. Saussure. Semântica Argumentativa.

ABSTRACT

This work aims to address the nexus between the theory of *alterity* developed by Plato in his *Sophist* dialogue and the theory of *linguistic value* introduced by Ferdinand de Saussure in his *Course in General Linguistics (CGL)*. It departs from the hypothesis raised by Oswald Ducrot that Saussure, by developing the notion of *linguistic value*, applies in the study of language what Plato stated about *ideas*. Ducrot – an expert in classical philosophy – draws in the *linguistic value* theory to develop the branch in linguistic studies known as Argumentative Semantics. According to Ducrot, it is possible to find the philosophical origin of Saussure's *theory of value* in Plato's *theory of alterity*. The article intends to draw on a detailed study on the dialogue between *Sophist* and *CGL* to circumscribe concepts belonging to different fields of study: philosophy and linguistics. Thus, it aims an epistemological perspective. By the means of the aforementioned works, Ducrot set a nexus between the idea of *alterity* and the notion of *value* by finding in both the idea of “opposition” as constitutive of the issues under analysis. Through the investigation and the deepening of the understanding on the notion of *value*, it tries to reveal the philosophical influences under the concept developed by the Genebrian linguist. Both Plato and Saussure have set discourses which echo in posterity. These discourses are texts dialoguing with the theories they help to build. In this regard, it looks to counterpoint their interdiscursivity.

Key words: Alterity. Plato. Linguistic value. Saussure. Argumentative Semantics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	SER O QUE OS OUTROS NÃO SÃO: A ALTERIDADE DE PLATÃO	11
	2.1 A HERANÇA DE SÓCRATES, PARMÊNIDES E A SOFÍSTICA	12
	2.2 EM BUSCA DO <i>SER</i> : O DIÁLOGO <i>SOFISTA</i>	18
	2.3 <i>O SER</i> : POTÊNCIA DE COMUNICAÇÃO	25
	2.4 <i>O NÃO-SER</i> : ALTERIDADE E DIFERENÇA	27
3	SER O QUE OS OUTROS NÃO SÃO: A ALTERIDADE EM SAUSSURE	32
	3.1 A LÍNGUA É UM SISTEMA	34
	3.2 A NOÇÃO DE <i>VALOR</i>	37
	3.3 A DIFERENÇA FAZ A DIFERENÇA	40
	3.4 NEGATIVIDADE E DIFERENÇA	44
	3.5 SAUSSURE: LEITOR DE PLATÃO	48
4	SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA: O PLATONISMO SAUSSURIANO	54
	4.1 ESTRUTURALISMO SEMÂNTICO	56
	4.2 O VALOR ARGUMENTATIVO	64
	4.3 POLIFONIA E ARGUMENTAÇÃO	67
	4.4 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

No tortuoso caminho em busca das relações entre linguagem e inconsciente e, por conseguinte, entre linguística e psicanálise, Arrivé (1999) reconhece que sonhou em reconstituir a leitura que Lacan teria feito do *Curso de linguística geral* (doravante *CLG*) quando, no início dos anos 50, ele inicia a “tardia” junção entre alguns dos conceitos fundamentais do aparato teórico de dois gênios contemporâneos, estranhamente desconhecidos um do outro: Saussure e Freud.

Contudo, Arrivé logo se deu conta da impossibilidade de tal reconstituição, renunciando à sua execução e propondo, “mais modestamente”, uma releitura de Saussure que, talvez, esclarecesse “certos aspectos da leitura que dele faz Lacan” (1999, p. 33). De nossa parte, reconhecemos que seria extremamente gratificante e proveitoso reconstituir a leitura que Oswald Ducrot fez do *CLG*, nos anos 60, quando, diante da necessidade de ministrar aulas sobre “O Estruturalismo”, ele encontrou algo que o lançaria na pesquisa linguística e nortearia todo o seu trabalho em semântica: a noção de *valor linguístico*¹.

No “Prefácio” ao livro de Carlos Vogt, intitulado *O intervalo semântico* (2009), Ducrot afirma que, no capítulo sobre o *valor*, Saussure aplica às palavras da língua o que Platão disse sobre as Ideias. Profundo conhecedor da filosofia clássica², Ducrot reconhece que a teoria saussuriana do *valor* está fundamentada filosoficamente na teoria da *alteridade*³ concebida por Platão e apresentada no diálogo *Sofista*. “A oposição, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a alteridade é, para Platão, constitutiva das ideias” (DUCROT, 2009a, p. 10-11).

Em vista disso, nos perguntamos: será possível identificar em Saussure elementos que remetam à teoria da *alteridade* de Platão? Qual o papel da noção de *valor linguístico*, fundamentada na *alteridade*, para o desenvolvimento da Semântica Argumentativa? Assim,

¹ Ver DUCROT, Oswald. La Sémantique Argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In: SAUSSURE, Louis de (org.). *Nouveaux regards sur Saussure*. Genebra: Librairie Droz S. A., 2006.

² Lembramos que Ducrot é filósofo de formação, tendo realizado seus estudos na École Normale Supérieure de 1949 a 1954.

³ O termo *alteridade* é concebido sob várias perspectivas e vem sendo amplamente empregado em diversas áreas do conhecimento: antropologia, psicologia, pedagogia, filosofia. Nesta dissertação, o termo *alteridade* é empregado numa perspectiva semântico-linguística e está relacionado às formulações desenvolvidas por Oswald Ducrot no âmbito da Teoria da Argumentação na Língua.

está posto nosso desafio. Não temos aqui a pretensão de pôr à prova a hipótese de Ducrot, pelo contrário, tentaremos apenas explicitá-la. Nesta dissertação, nos propomos a fazer um estudo que coloque em relação a teoria da *alteridade*, elaborada por Platão no *Sofista*, e a teoria do *valor* apresentada no *CLG* de Ferdinand de Saussure. Objetivamos aprofundar o estudo sobre a noção saussuriana de *valor linguístico*, demonstrando em que medida ela foi constituída a partir do princípio consagrado na referida obra de Platão, e como essa confluência teórica levou Ducrot a desenvolver uma semântica linguística.

Fundamental para a descrição e explicação do sentido na linguagem, a noção de *valor* ressalta a natureza opositiva do *signo*. Ao falar em *valor linguístico*, Saussure destaca o fato de que a relação *significante/significado* deve ser sempre considerada à luz do *sistema* linguístico em que o signo se insere. Dessa forma, a noção de *valor* permite que se analise a língua a partir das suas relações, descobrindo em si o fundamento da sua significação, sem recorrer a elementos de ordem extralinguística. O sentido dos termos da língua se fundamenta nas suas relações. Essa ideia está intimamente ligada a outras noções essenciais, como as de *arbitrariedade* do signo, as distinções *língua/fala*, *forma/substância*, a ideia implícita de *imanência*⁴, etc. Além disso, a noção de *valor* vem sendo tema de uma série de debates nos últimos anos⁵ e é apontada por muitos linguistas como central para a compreensão do fenômeno linguístico⁶.

Para atingir nosso objetivo, focaremos o trabalho na análise e comparação do diálogo *Sofista*, de Platão e da segunda parte, dedicada à Linguística sincrônica, do *Curso de linguística Geral (CLG)* de Saussure. Foram justamente esses textos que possibilitaram a Ducrot relacionar a *alteridade* com a noção de *valor*, ao encontrar, em ambos, a ideia de “oposição” como constitutiva das entidades a serem analisadas. Também investigaremos alguns conceitos presentes nos textos agrupados sob o título “Sobre a essência dupla da linguagem”, que compõem a primeira parte dos *Escritos de linguística geral (ELG)*, pois acreditamos que os manuscritos de Saussure apresentam reflexões que remetem diretamente à noção de *alteridade*.

⁴ Para uma análise atual sobre a questão da imanência em Saussure, ver ARRIVÉ, Michel. Qual o papel da imanência na reflexão linguística e semiológica de Saussure? *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 366-373, jul.-set. 2014.

⁵ Ver, por exemplo, uma série de artigos publicados em 2009, no volume 25, N. 1, da *Revista Letras e Letras* da Universidade Federal de Uberlândia, cf. <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/issue/view/1089>.

⁶ A Semântica Argumentativa ou Teoria da Argumentação na Língua (ADL), por exemplo, desenvolve a noção de *valor argumentativo*, levando a noção de *valor linguístico* para o uso efetivo da língua. O *valor argumentativo* se vincula a outros conceitos-chave da teoria, como os de *orientação argumentativa*, *encadeamento argumentativo*, *interdependência semântica*, *argumentação interna* e *argumentação externa*, *aspectos*, entre outros. Cf. DUCROT, O. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1990 e CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

São, portanto, os materiais que trazem de modo mais explícito o pensamento dos autores a respeito das noções que pretendemos estudar.

Por tratar-se de um estudo comparativo ou contrastivo, é preciso delimitar os termos a partir dos quais tal procedimento pode se dar. A ideia de simplesmente comparar conceitos, por exemplo, nos parece pouco produtiva. Não devemos esquecer que estamos relacionando a produção de autores separados por mais de vinte séculos de história. Separados pelo tempo e por línguas muito distintas, não podemos falar de termos ou definições comuns a ambos. Contudo, podemos falar de princípios ou ideias que permeiam a construção teórica desses autores e que nos permitem elucidar aspectos comuns, relativos às condições de emergência de cada uma das noções.

Dessa forma, é de uma perspectiva epistemológica que nos colocamos. Buscamos precisar em que aspectos a teoria da *alteridade* se faz presente na teoria saussuriana do *valor*. Nossa intenção é, partindo de um estudo minucioso dos textos anteriormente mencionados, circunscrever a concepção de diferentes conceitos que, por sua vez, pertencem a diferentes campos do conhecimento: a filosofia e a linguística. Tanto Platão quanto Saussure são fundadores de discursos que ecoam na posteridade. São textos que dialogam com as teorias que ajudam a constituir, de modo que tentaremos colocar em contraponto essa convergência discursiva.

Inicialmente, na seção 2, dedicamos algumas palavras ao contexto no qual o diálogo *Sofista* foi escrito, compreendendo seu lugar na obra platônica e, ao mesmo tempo, dando um destaque especial à construção do que hoje chamamos de teoria da *alteridade*. Em seguida, na seção 3, adentramos na obra do linguista genebrino, focalizando nossa atenção na teoria do *valor linguístico*, na tentativa de encontrar elementos que remetam à influência do pensamento de Platão na linguística saussuriana. Por fim, na seção 4, apresentamos alguns conceitos fundamentais da teoria semântica que há mais de trinta anos vem sendo desenvolvida por Ducrot e colaboradores. A Semântica Argumentativa, tal como a compreendemos, é descrita como uma síntese desse processo dialógico, na medida em que assume como sua fundamentação filosófica a noção de *alteridade* concebida por Platão e trazida para o estudo da linguagem por Saussure.

2 SER O QUE OS OUTROS NÃO SÃO: A ALTERIDADE DE PLATÃO

*Estrangeiro – Ora, o que se nos revelou de maneira certíssima foi que não pode haver outro a não ser em relação com outra coisa.
Platão (Sofista, 255d)*

No “Prefácio” de uma de suas mais importantes obras, *O dizer e o dito* (1987), Ducrot adverte seus leitores sobre a explícita contradição teórica que permeia os textos ali reunidos. Segundo ele, a origem dessas contradições deve-se a uma “progressiva reviravolta” em sua atitude diante da filosofia da linguagem anglo-americana, representada por autores como Strawson, Austin e Searle. Base essencial de suas pesquisas, Ducrot afirma que se viu forçado a abandonar a maioria de suas teses ao ultrapassar a noção de *ato ilocutório*, descobrindo “no sentido dos enunciados um comentário da enunciação muito mais fundamental que aquele que se expressa na realização dos atos ilocutórios” (1987, p. 8). O autor se refere à teoria da polifonia.

Esse ato de infidelidade aos filósofos de Oxford explica-se, segundo Ducrot, pela fidelidade (até então) oculta a uma inquietação pessoal: “dar à *alteridade* um *valor constitutivo*” (p. 9). Nas palavras do linguista, tanto a teoria dos atos de fala quanto a teoria polifônica da enunciação fundam o sentido sobre a *alteridade*. Com relação à primeira, o sentido de um enunciado se fundamenta “nas relações que este estabelece entre sua enunciação e um certo número de desdobramentos ‘jurídicos’ que essa enunciação, segundo ele, deve ter” (p. 9). No que diz respeito à segunda, “o sentido de um enunciado descreve a enunciação como uma espécie de diálogo cristalizado, em que várias vozes se entrecrocaram” (p. 9).

A noção de *alteridade* revela-se, portanto, muito importante para a teoria semântica desenvolvida por Ducrot e, segundo ele, está na base do estruturalismo em semântica linguística. De modo que é imprescindível que nos perguntemos: mas afinal, o que significa essa noção de *alteridade*? E mais, o que significa atribuir-lhe um *valor constitutivo*? Felizmente, no capítulo IV intitulado “Estruturalismo, enunciação e semântica”⁷, Ducrot esboça uma resposta ao afirmar que ser estruturalista significa “dar aplicação precisa e clara” à ideia

⁷ Esse mesmo texto já aparece na edição brasileira de *Princípios de Semântica Linguística (dizer e não dizer)*, publicado em 1977, no capítulo 10 intitulado “Estruturalismo e enunciação”.

de que um objeto só pode ser descrito em relação a outros objetos, no interior de um domínio particular, sendo tal objeto *constituído* por essas relações mútuas. De acordo com Ducrot, esse papel *constitutivo* da *alteridade* foi posto em evidência por Platão no diálogo *Sofista* (1987, p. 67).

Ao prefaciar o livro de Carlos Vogt, *O Intervalo Semântico* (2009), Ducrot esclarece a relevância dessa “metafísica linguística” para o trabalho que vem desenvolvendo no âmbito da semântica linguística: “para reencontrar na sua essência o platonismo saussuriano, é preciso reconhecer na linguagem uma função mais fundamental” (p. 11). O linguista francês refere-se ao papel da *intersubjetividade* na língua, o Outro de Platão “metamorfoseado” em outrem. Assim, a *alteridade* platônica que fundamenta o estruturalismo saussuriano se transforma no princípio filosófico que alicerça a teoria enunciativa desenvolvida por Ducrot.

Na presente seção, voltamos nosso olhar para o diálogo *Sofista*, com o intuito de melhor compreender a *alteridade* e o que essa noção representa para a filosofia de Platão. Consolidando nosso entendimento em torno dessa teoria, acreditamos que será possível (re)ler a obra saussuriana sob uma nova perspectiva. Sobretudo no que diz respeito ao *valor linguístico*, conceito fundamental para o estruturalismo desenvolvido por Saussure e, ao mesmo tempo, paradoxal, fonte de uma série de debates e reflexões entre os mais importantes estudiosos da ciência linguística contemporânea. Em certa medida, com alguma ousadia e ponderada cautela, poderemos recuperar a leitura que o filósofo Ducrot fez, ao ler o *CLG* pela primeira vez, encontrando nas palavras do mestre genebrino o princípio que o transformou no linguista Ducrot.

2.1 A HERANÇA DE SÓCRATES, PARMÊNIDES E A SOFÍSTICA

Nas palavras de Rogue (2011), a “filosofia platônica nasce de um escândalo” (p. 7), o da morte de Sócrates em 399 a.C. Toda a obra de Platão (427 a.C. – 347 a.C.) é posterior a essa data. Diante da injustiça a que Sócrates é submetido, aprofunda-se o desencanto de Platão com a democracia ateniense e com as manobras políticas que dominavam a prática dos governantes. Interessado pela vida política, como a maioria dos jovens daquele tempo, Platão aprendeu com Sócrates, “o mais sábio e o mais justo” dos homens (*Fédon*, 118a), que a atividade política, tanto quanto qualquer outra, deve estar fundamentada em princípios éticos que conduzam as

consciências dos homens ao primado da verdade. Assim,

O aprofundamento da consciência política significou [para Platão] um longo itinerário que permitiu a construção da primeira grande síntese filosófica do pensamento antigo e abriu horizontes de pesquisa ainda hoje explorados, servindo de inspiração e de estímulo a grandes aventuras do espírito (PESSANHA, 1987, p. XIV-XV).

Depois da morte de Sócrates, Platão inicia uma viagem percorrendo uma série de cidades, nas quais entra em contato com matemáticos pitagóricos como Euclides, Arquitas e Teodoro. Como veremos a seguir, o pitagorismo⁸ também influenciará o pensamento de Platão, sobretudo, a partir dos segundos diálogos. Na Sicília, estabelece relações com Dion, cunhado do tirano Dionísio de Siracusa. O contato com Dion permite ao filósofo repetidas tentativas de aplicar na prática seus ideais e de intervir na vida política de Siracusa.

De volta a Atenas, compõe seus primeiros diálogos, conhecidos como “diálogos socráticos” por terem Sócrates como personagem central. Em geral, são diálogos que abordam de forma sistemática o tema da virtude, da ética, configurando-se, de certa forma, como discursos em defesa de seu mestre. Em cada um dos diálogos, a busca pelo saber, pelo desvelamento da verdade dá lugar de destaque à pergunta “O que é?”. Assim, o que é a coragem (*Laques*), a sabedoria (*Cármides*), a amizade (*Lísis*), a piedade (*Eutífron*) são perguntas que dão início às discussões que, invariavelmente, terminam sem respostas conclusivas. No entanto, segundo Santos (2012, p. 16), o objetivo principal desses primeiros diálogos é denunciar as limitações do saber humano.

Aproximadamente em 387 a.C., Platão funda sua própria escola de investigação filosófica: a Academia. “O acontecimento é da máxima importância para a história do pensamento ocidental” (PESSANHA, 1987, p. XII), pois obrigou a comunidade em que viveu a reconhecer a importância de sua atividade como pensador. Durante as duas décadas que se seguem, Platão dedica-se ao magistério e à composição dos segundos diálogos ou “diálogos de transição”. Trata-se de diálogos que marcam o nascimento de uma filosofia propriamente platônica, com o progressivo apagamento das formulações socráticas e fortemente influenciada pelo pitagorismo. São diálogos focados no desenvolvimento dos pressupostos cognitivos das teorias “das Formas” e da “reminiscência”. São representativos desse período os diálogos:

⁸ Vale lembrar que, para Pitágoras, todas as coisas são números, isto é, as coisas manifestam externamente a estrutura numérica que lhes é inerente. Desse modo, o número par pode ser visto como a expressão aritmogeométrica da permanente mudança, da *alteridade*, enquanto o ímpar seria a própria manifestação básica, no nível da matemática, da *identidade*. A partir desses fundamentos matemáticos, os pitagóricos podem conceber todo o universo como um campo em que eles contrapõem o *Mesmo* e o *Outro* (categorias que no platonismo receberão plena formação metafísica) (SCHURÉ, 1986, p. 137-138).

Ménon, Fédon, Banquete, República, Fedro, Crátilo, entre outros.

Em plena maturidade intelectual, Platão formula os terceiros diálogos. Também conhecidos como “tardios” ou “críticos”, são diálogos que se debruçam sobre o conjunto de problemas estruturais decorrentes da Teoria das Formas e que, até então, não teriam sido resolvidos com sucesso. São diálogos que superam a proposta dualista e imprimem uma reestruturação de todo o pensamento platônico a partir de bases epistemológicas mais firmes e rigorosas. Os diálogos *Parmênides*, *Teeteto*, *Sofista* e *Político* são exemplos dessa fase, além do *Filebo*, *Timeu* e os inacabados *Crítias* e as *Leis*.

Resumida em poucas linhas, a obra que Platão desenvolve ao longo da vida revela uma mente em constante reflexão. Com o mestre, Platão aprende a maiêutica, a conversa com os outros que vai desvendando a verdade de si mesmo e dos outros. Aprende que a consciência do não-saber está acima da ignorância do não-saber, ou seja, que o verdadeiro sábio é aquele que sabe que não sabe (Cf. SCHÜLER, 1985, p. 76). Mas, Platão não se contenta com a perspectiva de uma investigação de caráter puramente existencial, com respostas sempre provisórias, que nunca conclui nada. O filósofo busca respostas precisas para resolver dois problemas paralelos, herdados da tradição grega, sobretudo de Parmênides⁹.

Para Parmênides de Eleia, o conhecimento da “realidade” pode se dar através do “pensamento” ou por meio dos “sentidos”. O “conhecimento efetivo” da realidade só pode ser captado pelo “pensamento”, pela inteligência. Por exemplo, a expressão “2+2” representa a mesma quantidade que a expressão “4”. A compreensão da igualdade existente entre as duas expressões constitui um caso de “conhecimento efetivo”, que não pode ser percebido pelos sentidos. Por isso, o enunciado “2+2=4” suscita um conhecimento universal e sempre verdadeiro, incontestável em qualquer situação.

Por outro lado, um enunciado como, por exemplo, “Faz calor” não pode exprimir um conhecimento efetivo. Isso ocorre por duas razões: primeiro, porque os motivos que levam alguém a considerar que “faz calor” podem não ser compartilhados por qualquer outra pessoa. Em segundo lugar, o calor só pode ser percebido através do uso dos sentidos, pois é um fenômeno físico, que decorre do mundo exterior ao que Parmênides chama de “pensamento”.

De acordo com Santos (2012, p. 13), a distinção entre os dois modos de captar a realidade permitiu a Parmênides demonstrar que apenas um deles, o pensamento, proporcionaria resultados consistentes:

⁹ Parmênides de Eleia, filósofo e poeta didático (floresceu em torno de 500 a.C.). Seu poema, intitulado *Da Natureza*, sobrevive em fragmentos transcritos por vários autores, e consta de um relato em primeira pessoa das palavras recebidas de uma deusa por um jovem.

Com essa tese, o Eleata [...] limita-se a estipular que todo caso de “pensamento”, ao implicar o “conhecimento efetivo” do conhecido, é caracterizado pela **infallibilidade**. Quer isto apenas dizer que, quando um processo cognitivo não consegue “conhecer” algo, tal como é, então não há aí “pensamento” (ou “conhecimento”). Como consequência, toda informação colhida mediante o exercício da sensibilidade, em circunstâncias análogas às acima referidas, não pode ser encarada como “conhecimento”. Pelo fato de não corresponder à exigência de identidade do conhecimento ao conhecido, é avaliada como inconsistente pelo pensamento (SANTOS, 2012, p. 13-14, grifo nosso).

Nesse sentido, admite-se somente a “realidade” fixa, imutável, que pode ser apreendida pelo pensamento rigoroso. “O movimento fica por conta da instabilidade sensorial” (SCHÜLER, 1985, p. 67). Essa concepção levanta problemas que repercutem diretamente na reflexão sobre a linguagem. As palavras, por nomearem as coisas que se movem, não passam de palavras e não possibilitam o acesso à verdade. É preciso elevar-se acima delas. Dito de outro modo, estamos diante de uma intrincada relação entre linguagem e ontologia. Segundo Souza (2009), “a defesa do ser em sua identidade absoluta – como propõe a postura eleática – impediria que qualquer enunciado não tautológico possa ser dito sobre o ser. [...] O discurso seria sempre um repetir o mesmo, que nada informa ou revela sobre o ser” (p. 13).

Essa tese, reconhecida por todos, gerou diferentes reações entre os pensadores da época. Aos sofistas, por exemplo, interessa especialmente a ideia paradoxal de um pensamento infalível: “se, por um lado, o pensamento for considerado infalível, a falsidade não existe e a contradição não é possível. Contudo, se, por outro lado, o pensamento não é infalível, o acesso à realidade exterior se mostra impossível” (SANTOS, 2012, p. 14). Em seguida veremos os desdobramentos dessa argumentação.

Por sua vez, Platão aceita a concepção de conhecimento exposta por Parmênides, mas recusa-se a admitir as postulações paradoxais propostas pelos sofistas. Assim, Platão se aventura em investigações que abordam o problema da constituição da “realidade” (ou seja, do *ser*) e, ao mesmo tempo, entrega-se à estruturação das competências cognitivas (*saber* e *opinião*) que possibilitam o efetivo conhecimento da realidade. Portanto, é na perspectiva da relação com o conhecimento que a linguagem é abordada na filosofia platônica.

Em seguimento ao seu mestre, Platão retoma uma investigação cujo objetivo final é encontrar a combinação entre o *lógos*¹⁰ e as coisas. Segundo a mitologia grega¹¹, a linguagem

¹⁰ O Dicionário grego-português (cf. referências bibliográficas) registra nada menos do que trinta e nove acepções relacionadas ao termo *lógos*. Contudo, apesar de abranger uma série de noções (definição, proposição, palavra, argumento, razão, etc.), nós (e os autores aqui citados) adotamos a acepção que o relaciona à ideia de linguagem e/ou discurso.

¹¹ Importa mencionar que os filósofos da antiguidade grega não se contrapõem completamente aos mitos e concepções religiosas. Pelo contrário, partem dos mitos introduzindo novas vozes e os utilizam, muitas vezes, pedagogicamente, com o objetivo de encontrar, não respostas, mas perguntas escondidas. Foi assim com Heráclito,

é um dom divino que foi concedido aos homens para dizer o ser e as coisas essencialmente como elas são:

Falar é dizer o ser, é refletir o *kósmos*, tal como ele é, por meio do instrumento que os deuses nos deram para este fim. Como a linguagem reflete as coisas tais como elas são, uma ação injusta nunca seria louvada, o verdadeiro nunca seria confundido com o falso, a aparência nunca levaria vantagem sobre o ser. (...) O *lógos* dizia as coisas assim como eram, e os homens tinham apenas de confiar nele (ROGUE, 2011, p. 9).

No entanto, a Atenas dos séculos V-IV a.C. está no seu apogeu e o *lógos* ocupa um lugar central: para existir como cidadão é preciso saber falar. O que se evidencia com o privilégio concedido aos sofistas, sábios que ensinam a arte de bem falar aos aprendizes ricos da cidade. Para os sofistas, “o valor do discurso é absoluto, a “verdade” é o que ele diz e, portanto, é relativa. Discurso e verdade se identificam, subordinando-se esta àquele, e, desse modo, está garantida a verdade de tudo o que é dito” (NEVES, 1987, p. 38-39).

Nesse sentido, o discurso sofístico não é um discurso do ser, não é um discurso filosófico. Ao contrário, a atividade sofística por excelência é a retórica, de modo que ao discurso cabe somente a função de persuadir, de produzir a aparência de grandeza, de verdade, de justiça e de força de uma causa. “Não importa ter razão e defender uma causa justa, mas importa saber fazer ver como justa a causa que o discurso defende” (ibidem, p. 39).

Ainda de acordo com Neves (1987), em decorrência da natureza de sua atividade, os sofistas criam a ideia da superioridade, da autonomia do *lógos*: “o que é dito é o que é pensado, e o pensamento se reduz à linguagem” (p. 42). Em outras palavras, como não há distância entre a linguagem e seu objeto, não se vislumbra a necessidade de se investigar uma verdade para além da palavra, sendo, portanto, impossível enunciar o falso. Nesse contexto, “não é apenas a linguagem que se encontra desviada; é o próprio ser, do qual não se sabe mais o que dizer, se ele é um ou múltiplo, até mesmo se existe” (ROGUE, 2011, p. 10).

É justamente esse desvio do discurso, do *lógos*, que Sócrates não aceita. O fundamento da filosofia socrática é recusar o aviltamento do discurso, numa busca incessante pelo *lógos* justo, íntegro, que seja a expressão do próprio ser das coisas. Pois quem puder definir apropriadamente a justiça, por exemplo, será necessariamente justo, porque ao compreender a definição, ninguém poderia cometer uma injustiça. Exatamente por recusar os belos discursos,

Parmênides, Sócrates e, sobretudo, Platão (Cf. Schüler, 1985). Além disso, segundo Fustel de Coulanges (2001), o medo dos deuses dominava o coração do grego: “o ateniense, concebido como tão inconstante, tão caprichoso, tão livre-pensador, tem, pelo contrário, um respeito singular pelas velhas tradições e os velhos ritos. [...] Tudo o que se relaciona com a antiguidade é sagrado para o ateniense” (p. 188).

que não dizem nada sobre o ser, mas que tanto encantavam os atenienses, Sócrates foi condenado à morte.

De acordo com Rogue (2011), esse “esforço de definição, de reaplicação da linguagem ao ser, que Platão empreende seguindo Sócrates, vai levá-lo a esse momento fundamental que é a constituição do *dualismo ontológico*” (p. 12-13), isto é, a ideia de que há dois níveis distintos de realidade, o *sensível* e o *inteligível*.

De um lado, o mundo sensível, aquele que podemos apreender pelos sentidos, o mundo material. De outro lado, o mundo inteligível, aquele que só podemos apreender pelo raciocínio, pela inteligência, trata-se do mundo mental, metafísico. As Formas inteligíveis, as Ideias, “são realidades imutáveis e universais, independentes dos intelectos que as percebem” (BRISSON e PRADEAU, 2010, p. 42). As Formas inteligíveis (*eîdos* ou *idéa*) são a causa, a origem, o modelo das coisas sensíveis, que, por sua vez, não passam de imagens. Imagens que ganham uma existência própria: dizer uma coisa não é mais necessariamente dizer o que é. Consequentemente, o *lógos* é “separado” da realidade. A dissociação entre a linguagem e as coisas é o que permitirá a Platão eleger a linguagem como objeto de investigação.

Contrapondo-se à concepção sofística que, como mencionado anteriormente, apregoa que a linguagem só conduz a si mesma e, assim, basta falar para dizer verdade, “Platão apresenta uma concepção filosófica segundo a qual a linguagem conduz a alguma coisa que não ela mesma e, portanto, o discurso pode dizer ou não dizer verdade” (NEVES, 1987, p. 45). Os diálogos platônicos que colocam em questão o problema da linguagem são especialmente o *Crátilo* e o *Sofista*.

Em geral, os comentaristas das obras de Platão elegem o *Crátilo* como o texto básico do pensamento grego sobre a linguagem. Nesse diálogo, encontramos a discussão em torno de duas teses opostas: a dos “naturalistas” *versus* a dos “convencionalistas”. Segundo Camara Jr. (2011, p. 24), os naturalistas, representados por Crátilo, defendem a ideia de que a linguagem se impõe aos homens por uma necessidade da natureza, enquanto que os convencionalistas, representados por Hermógenes, creem que a linguagem tem origem no poder de julgamento dos homens.

Na “Introdução” ao *Crátilo* de Platão (2014)¹², Marques destaca que o *Crátilo* apresenta uma “reflexão crítica sobre *as teorias da correção do uso dos nomes (onómata)*” (p. 15, grifo do autor), de modo que o uso do discurso (*lógos*) é pensado como a capacidade de apreensão

¹² PLATÃO. *Crátilo*, ou sobre a correção dos nomes. Tradução e notas de Celso de Oliveira Vieira. São Paulo: Paulus, 2014.

de nomes de acordo com a Natureza (*phýsis*)¹³ por oposição à produção de nomes por convenção (*nómos*) dos humanos. A noção de “correção”, “retidão” ou “justeza” dos nomes “estabelece quais termos da linguagem devem ser utilizados em relação a quais seres particulares, suscitando a oposição entre natureza e cultura como definidora dos critérios para tal uso” (ibidem, p. 15).

Na verdade, conforme Neves (1987) nos explica, o problema central do diálogo assenta-se em um terreno mais amplo que o da linguagem. “No fundo, é o problema da essência do homem, sua relação com a natureza. A natureza (*phýsis*) e o que o homem faz (*nómos*) não são entidades absolutas, configurações fixas e estanques” (p. 46).

Em oposição à tese de Protágoras, que afirma que o homem é a medida de todas as coisas, Platão sustenta que as coisas existem por si mesmas, de acordo com sua essência natural, ou seja, “há nas coisas em si mesmas uma certa firmeza, uma essência permanente, que não depende de nós e de nosso modo de vê-las. Há, pois, um *eîdos*, uma “ideia” das coisas” (Idem, p. 46).

As palavras de Paviani (1993) são esclarecedoras quanto a isso:

Platão definitivamente é um essencialista. As coisas e as ações possuem uma essência. O nome é uma *mimesis* fonética do objeto, mas deficiente. No entanto, a solução do problema da verdade sobre a justeza dos nomes não é explicitada por Platão. Sua posição está presente na teoria do *eîdos* implícita do início ao fim do diálogo. Por isso, o verdadeiro tratado sobre a linguagem não é o *Crátilo*, mas o *Sofista* e passagens do *Parmênides* e outros diálogos da maturidade (p. 43).

Significa que o exame que Platão faz da linguagem não se restringe à investigação da relação entre o nome e a coisa, mas passa à verificação da relação entre o *lógos* e a *ousía*. E é justamente no *Sofista* que a investigação deixa de centralizar-se na nomenclatura, e a função de *mimese* se atribui ao *lógos*. É o que veremos a seguir.

2.2 EM BUSCA DO SER: O DIÁLOGO SOFISTA

Estamos diante de dois modos diferentes de interpretar a *relação* que se estabelece entre discurso e ser: “(i) o que é é independente do que se diz dele ou (ii) o que é é apenas aquilo que

¹³ Para uma breve discussão sobre a importância dos conceitos de *phýsis* e *lógos* para o advento da filosofia e da ciência ver PAVIANI, Jayme. *Fundamentos da Semântica*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, RS: UCS, 1976.

se diz que ele é” (SOUZA, 2009, p. 15).

De um lado, defendendo a interpretação (i) estão Parmênides e Antístenes; de outro, defendendo (ii) estão os sofistas, representados por Górgias e Protágoras. Para os sofistas é impossível transmitir o conhecimento por meio do discurso, enquanto que para Platão o ser é anterior ao discurso que, como vimos, diz o ser das coisas, pois as coisas são como são, independentemente da opinião ou de elementos circunstanciais. Estas duas interpretações delimitam o cenário em que o *Sofista* foi escrito.

Porém, antes de adentrarmos na complexidade de um diálogo que apresenta questões cujo entendimento divide os comentaristas¹⁴, reproduzimos abaixo um esquema¹⁵ elaborado por Nestor-Luis Cordero, na “Introdução” para a sua tradução francesa do *Sofista* (1993, p. 64-65). Este esquema é importante na medida em que nos permite apresentar, em linhas gerais, uma síntese do desenvolvimento narrativo do diálogo e, ao mesmo tempo, a amplitude dos temas tratados:

O esquema do *Sofista*

216a-218b¹⁶: Apresentação por Teodoro do Estrangeiro de Eleia. Escolha do assunto a abordar: a definição do sofista. O Estrangeiro propõe adotar o método interrogativo, praticado outrora por Parmênides. Escolha de Teeteto como interlocutor do Estrangeiro.

218b-221c: Aplicação do método a um assunto menos importante que o sofista: o pescador com linha.

221c-232a: Aplicação do método para definir o sofista. Obtenção das seis primeiras definições:

- 1) caçador de jovens ricos para conseguir dinheiro (222a-223b),
- 2) traficante de saberes próprios à alma (223b-224d),
- 3) comerciante de saberes minuciosos (224d),
- 4) fabricante de saberes (224e),
- 5) “contraditor” (pessoa que se contradiz) profissional (225a-226a),
- 6) purificador da alma (226a-231c).

Recapitulação das seis definições.

232a-237b: Aprofundamento da definição do sofista a partir de seu papel de “contraditor”. Relação entre “contraditor” e “imitador”. Esboço de uma sétima definição: o sofista seria um “mágico”. Aparecimento do problema do estatuto ontológico da imagem. Como a imagem não possui a realidade do modelo, ela supõe a existência do não-ser. Essa afirmação vai ao encontro da tese fundamental de Parmênides.

237b-239c: O axioma de Parmênides, segundo o qual o não-ser não existe, é colocado em xeque. As tentativas para demonstrar que há um não-ser fracassam. Impossibilidade de definir o sofista como um mágico que fabrica imagens.

239d-249d: Novo ponto de partida. A imagem, ainda que não seja tão real quanto o modelo, é uma imagem. Coexistência, na imagem, do ser e do não-ser: refutação da tese de Parmênides. A noção de “ser” é colocada em xeque. As aporias do ser: exame crítico das teorias pluralistas, monistas, materialistas e idealistas.

¹⁴ Cf. Paviani (1997, p. 937).

¹⁵ Agradecemos à Professora Dr. Leci Borges Barbisan pela tradução deste esquema e de todas as outras partes do texto de Cordero que utilizamos nesta dissertação.

¹⁶ Os números indicam a página da edição referencial de Henri Estienne (Stephanus), as letras (a, b, c, d, e) remetem ao parágrafo a que se faz menção. Conforme Santos (2012), essa edição (Paris, 1578) constitui referência obrigatória de qualquer edição, em grego, ou tradução contemporânea dos diálogos, oferecida ao público. Esse modo de citar Platão facilita e agiliza a consulta a outras traduções.

249d-259d: Necessidade de uma nova concepção do ser, capaz de ultrapassar as aporias. O ser, potência de comunicação. Definição da dialética como ciência da relação recíproca entre as Formas. Definição do não-ser como “o que é diferente”. O não-ser não é o contrário do ser.

259d-268d: Relação entre o não-ser e o discurso falso. O discurso falso diz uma coisa “diferente” do que é. Retomada da sétima definição do sofista. O sofista é um mágico que produz ilusões.

Evidentemente, não abordaremos todos os temas que o diálogo pode suscitar. Nossa atenção se voltará para os aspectos mais diretamente relacionados com a questão da *alteridade*. Lembramos que nosso objetivo é explicitar a influência da teoria da *alteridade* de Platão no desenvolvimento do conceito saussuriano de *valor*.

Segundo Cordero (1993, p. 19), o título do diálogo é mais ambíguo do que parece. Isso porque conhecendo a rivalidade existente entre os filósofos e os sofistas, não se pode esperar de um diálogo platônico intitulado *Sofista* nada mais nada menos do que uma severa crítica à sofística. De fato, como nos mostra o esquema acima, encontramos uma série de definições (seis ou sete) que contestam, denunciam e até ridicularizam a postura e a conduta dos sofistas. Todavia, mais importante do que isso, encontramos, no *Sofista*, uma sistematização das questões ontológicas tradicionais na busca de uma síntese que ultrapasse as aporias e revele uma nova concepção do *ser*. Compreende-se, desse modo, a razão do subtítulo do diálogo: “Sobre o Ser”.

Assim, a busca pela definição do sofista, proposta por Sócrates¹⁷ no início do diálogo, levará o Estrangeiro de Eleia a uma profunda investigação da noção de *ser* com o intuito de desmascarar a sofística. Na opinião de Cordero (1993, p. 17), trata-se de um verdadeiro manifesto em defesa da filosofia. A filosofia está doente. Um fosso intransponível separa o sensível do inteligível. “A identidade pura dos inteligíveis” está isolada, separada do todo, “lá no alto do céu” (ROGUE, 2011, p. 93); é preciso, portanto, superar essa ruptura. “A tentativa de separar tudo de tudo o mais não só é sinal de mau gosto, como também indica que uma pessoa é completamente inculta e não filosófica” (*Sofista*, 259e).

Na realidade, antes mesmo do *Sofista*, Platão já dá sinais de sua insatisfação com as dificuldades decorrentes do dualismo:

“E, no entanto, Sócrates”, disse Parmênides, “as Formas implicam necessariamente nesses embaraços e em muitos outros mais, se [admitirmos] que essas Formas das coisas existem e que cada uma delas é ela mesma por si mesma (ou seja, ela mesma é uma coisa e absoluta). O resultado é tais asserções conduzem quem as escuta ao pasmo e à objeção quanto à sua existência, e mesmo admitindo que existissem, [declararia que] são necessariamente incognoscíveis para a natureza humana; e essa pessoa julga que faz sentido o que diz e, como eu afirmava há pouco, mostra-se extraordinariamente difícil convencê-la.

¹⁷ As personagens do diálogo são Teodoro, Sócrates, um Estrangeiro de Eleia e Teeteto.

[...]

“Por outro lado”, prosseguiu Parmênides, “se qualquer pessoa, Sócrates, com seu olhar dirigido a todas essas objeções somadas a outras que se lhes assemelham negar que as Formas das coisas existem e deixar de conceber uma Forma com base na qual cada coisa particular é classificada, não saberá para onde rumar seu pensamento, na medida em que estará negando que a Forma de cada coisa é sempre a mesma, destruindo desse modo completamente a capacidade de discutir. Mas penso que estás bem ciente disso.”

“O que dizes é verdadeiro”, ele disse.

“E o que farás da filosofia? Se tais coisas são desconhecidas, para o que se voltar?”

“Não faço a mínima ideia, ao menos no momento.” (*Parmênides*, 135b-c).

O que está em questão nessa passagem do *Parmênides* é que a aparente incomunicabilidade entre a realidade inteligível e o mundo sensível tornam a atividade filosófica irrelevante, uma vez que a inacessibilidade do saber a torna inútil para a compreensão desse mundo. Resgatando alguns conceitos, é importante esclarecer que a abordagem dualista surge da tentativa de caracterização das Formas e do saber que é por elas constituído. Santos (2012) resume bem essa formulação teórica: “O ser” (*to on*) será expresso pelo “saber” (*epistêmê*), opondo-se à “crença” (*doxa*), captada na “aparência” (*doxa*) e expressa pela “opinião” (*doxa*)” (p. 104).

Torna-se necessário, portanto, após a distinção entre os dois níveis de realidade (sensível e inteligível) e as duas formas de os captar (saber e crença), estabelecer a passagem de um ao outro. Em outras palavras, o que está em jogo é o problema da *participação*¹⁸ dos sensíveis no inteligível. “Está em causa saber em quais atos da alma e em quais métodos de conhecimento a essência, o ser são apreendidos” (RICOEUR, 2014, p. 19). Nesse contexto, a tese eleática da infalibilidade do saber é abandonada, em prol de uma reestruturação do conhecimento da realidade numa perspectiva que relaciona o ser, o pensamento e a linguagem. Vejamos como isso se desenrola.

De acordo com Paviani (1997), o tema geral do *Sofista* “consiste na tentativa de dizer, positivamente, quem é o sofista para, negativamente, caracterizar o filósofo” (p. 941). Dessa forma, “um se mostra ‘dialecticamente’ no *outro*” (p. 938) e o tema acaba por se transformar numa questão de investigação das relações entre o *ser* e o *não-ser*, entre a verdade e a falsidade.

Estrangeiro: Estamos, meu caro amigo, realmente empenhados numa investigação muito difícil, pois a matéria de *aparecer e parecer, mas não ser*, e de dizer coisas, mas não verdadeiras – tudo isso é agora, como o foi sempre, motivo de muita perplexidade. Sabe, Teeteto, é sumamente difícil compreender que forma de discurso um indivíduo deveria usar para dizer que realmente há a falsidade e, ao dizê-lo, não

¹⁸ Consequência natural da hipótese da existência de formas inteligíveis, a participação (*méthexis*) é para Platão um termo técnico que significa “relação”. A participação tem dois aspectos, pois pode haver participação das coisas sensíveis nas formas inteligíveis, mas também participação das formas inteligíveis umas com as outras (Cf. BRISSON e PRADEAU, 2010, p. 59).

se envolver em contradição (*Sofista*, 236e).¹⁹

O processo dessa investigação, conduzido pelo Estrangeiro de Eleia, mostra “a *inseparabilidade* do método e do objeto de estudo em filosofia” (PAVIANI, p. 938), ou seja, mostra “o que verdadeiramente faz um filósofo” (p. 941). Em outras palavras, “o esforço platônico para encontrar o *ser* das coisas pelo *lógos* é indissociável de um método cuja importância não deve ser subestimada, a *dialética* (ROGUE, 2011, p. 41)²⁰.

A dialética é a ciência que busca a causa de as coisas serem como são. O objetivo dessa ciência é dividir as coisas “por gêneros ou classes e o não pensar que a mesma espécie é uma espécie diferente ou que uma espécie diferente é a mesma” (*Sofista*, 253d), e permitir ao filósofo “distinguir mediante gêneros como coisas individuais podem ou não podem ser associadas entre si” (Id., 253e).

Trata-se de um método fundado sobre o diálogo, em que um questionador e um respondente examinam a validade das teses em debate. A busca pela verdade congrega dois interlocutores: alguém que sabe, ou deveria saber, a definição de um determinado objeto e alguém que não sabe, mas quer saber. Contudo, não se trata de persuadir seu interlocutor, mas de construir conjuntamente o conhecimento: “a dialética não é, pois, apenas a pesquisa da verdade, ela é também o conhecimento do *outro* e de si mesmo através dele” (ROGUE, 2011, p. 43).

Desse modo, a dialética delimita o campo discursivo do filósofo e, segundo Souza (2009), nos permite identificar, no *Sofista*, o pressuposto de que, “no plano ontológico, existem as mesmas combinações e separações que estão presentes no plano do discurso” (p. 17). Essa constatação indica, na opinião da autora, uma similaridade estrutural entre discurso e ser, de modo que é possível estabelecer uma representação especular entre as relações que ocorrem no plano discursivo e aquelas que se dão no plano ontológico. A investigação empreendida pelo Estrangeiro evidencia essa perspectiva, na medida em que desloca a questão da relação entre verdade e falsidade do âmbito ontológico para a linguagem.

Ao buscar uma definição que apreenda o verdadeiro núcleo da atividade sofística, o Estrangeiro e Teeteto (seu interlocutor direto) deparam-se com a imperiosa necessidade de “uma reflexão sobre as aparências, sobre o estatuto dos fenômenos, sobre a verdadeira realidade

¹⁹ As citações do diálogo *Sofista* foram retiradas da seguinte edição: PLATÃO. *Diálogos I: Teeteto* (ou Do conhecimento), *Sofista* (ou Do ser), *Protágoras* (ou Sofistas). Tradução, textos complementares e notas: Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2007.

²⁰ Inevitável não vislumbrar, nesse momento, a premissa saussuriana segundo a qual “é o ponto de vista que cria o objeto” (CLG, p. 39). Porém, não nos precipitemos, a sequência de nossa leitura nos proporcionará uma aproximação mais consistente entre os textos de Platão e Saussure.

das coisas, isso é, sobre o *ser*” (CORDERO, 1993, p. 21). O objetivo de Platão é encontrar uma definição que revele que o sofista não passa de um falsário, um enganador. Entretanto, um obstáculo se apresenta: o axioma de Parmênides segundo o qual o *não-ser* não existe.

Estrangeiro: Porque essa afirmação²¹ implica a hipótese audaciosa de que *o não-ser existe*, pois se assim não fosse a falsidade não poderia vir a ser. Mas o grande Parmênides, meu rapaz, do tempo em que éramos crianças até o fim de sua vida, nunca deixou de protestar contra isso e repetiu continuamente tanto em prosa quanto em verso: *Nunca te submetas ao pensamento de que – disse ele – o não-ser é; Mas mantém tua inteligência afastada dessa senda de investigação (Sofista, 237a).*

Assumindo o axioma eleático como verdadeiro, o sofista não pode ser considerado um falsário, visto que não se pode dizer o que não existe. “Platão põe à prova essa tese... e não encontra nada para criticar!” (CORDERO, 1993, p. 23), pois falar de alguma coisa que *não é* equivale a dizer *nada*. Esse raciocínio implica a ideia de que só seria possível dizer, de uma coisa, aquilo que ela *é*. Por outro lado, segundo Souza (2009), dizer *o que uma coisa é* envolve um outro problema, que a autora chama de *argumento contra a possibilidade da predicação*:

Não se pode dizer que A é B, porque A é diferente de B e, portanto, não é B. Ao predicar B de A eu digo, desta coisa A, aquilo que ela não é, e dizer o que uma coisa não é é dizer o falso. Então, de uma coisa A, eu só posso dizer que é A. Não há, pois, nenhuma afirmação verdadeira que não seja uma tautologia, mas tautologias não informam nada sobre o ser de uma coisa (SOUZA, 2009, p. 19).

Sendo assim, Platão se vê diante de um paradoxo: ao afirmar que o sofista “possui uma arte, por assim dizer, de produzir aparências, ele facilmente se aproveitará de nossa pobreza terminológica para executar um contra-ataque, distorcendo o sentido de nossas palavras, ou seja, atribuindo a elas o sentido contrário” (*Sofista*, 239d). Faz-se necessário, portanto, encontrar um lugar para os produtos da atividade sofística: as cópias, as imagens, as imitações, as ilusões. Percebemos, nesse momento, a inserção de um novo elemento na discussão, a aparência (*doxa*). Até então, a alternativa era entre dois: “ser e “não-ser”, encarados como contrários. Agora, a alternativa é entre *ser*, *aparência* e *não-ser*, cada termo devendo ser visto como um entre os “outros”.

A constatação a que chegam, o Estrangeiro e Teeteto, é a de que a imagem “é uma outra coisa confeccionada semelhante à coisa verdadeira” (*Sofista*, 240a). Mas, o que é semelhante, “ainda que não realmente *seja*, realmente *é*” (240b). “Parece realmente que o *não-ser* de algum modo enredou-se no *ser*, o que é muito estranho e absurdo” (240c). “É claro que é absurdo”, é

²¹ Isto é, afirmar que se pode enunciar o falso.

preciso “reconhecer que, de um certo modo, o *não-ser é* (existe)” (240c). Como o *ser* pode conviver com seu contrário? De acordo com Santos (2012), o paradoxo acima é levantado por Platão para dar conta da ambiguidade a que a linguagem está sujeita (polissemia do *ser*)²²: “no seu uso corrente, a linguagem [pode] criar dificuldades resultantes dos equívocos gerados pelos termos a que recorre” (p. 118).

Um novo desafio se impõe ao Estrangeiro e seu interlocutor. Se a investigação sobre o *não-ser* não os impediu de chegar a uma contradição, será preciso rever o que se sabe sobre o *ser*:

Estrangeiro: Mas talvez nossas mentes estejam em idêntica condição no que toca também ao *ser*. É possível que pensemos que dispomos de clareza quanto a esse termo e que compreendemos quando é empregado, embora fiquemos confusos com a expressão *não-ser*. Mas talvez, na realidade, compreendamos igualmente pouco de ambas essas expressões. [...] **Teeteto:** (...) temos que começar por investigar o termo *ser*, apurando o significado a ele conferido pelos que o empregam? (*Sofista*, 243c-d).

Na busca por uma compreensão mais adequada sobre o *ser*, Platão “examina rigorosamente as soluções propostas por *todos* os sistemas filosóficos” (CORDERO, 1993, p. 22), inclusive o dele até aquele momento. Segundo Santos (2012, p. 120), é pela íntima associação da noção de “*ser*” a qualquer forma do verbo “*ser*” usada no discurso que o Estrangeiro de Eleia responsabiliza os pensadores da tradição grega: “Porque no discurso acerca de toda coisa são forçados a utilizar expressões como *ser*, [...] e inúmeras outras. São incapazes de se manterem longe delas ou mesmo de evitarem sua inclusão em seus discursos” (*Sofista*, 252c). Nenhum deles usou o termo com correção, visto que nenhuma das concepções examinadas permite identificar *o ser* com os atributos que o definem.

Conforme Souza (2009), uma mesma compreensão de *ser* e *não-ser* perpassa as teorias filosóficas que Platão analisa. Para Parmênides, representante da filosofia eleata, *ser* assume o significado de *ser idêntico*. “Os sofistas, por sua vez, quando argumentam que o *lógos* não diz o *ser*, o fazem considerando o *ser* do mesmo modo que ele é entendido por Parmênides, *uno e separado*” (p. 105). “Eles não viram que o que é isolado degenera e morre” (CORDERO, 1993, p. 25).

²² “Enquanto na expressão ‘uma imagem é uma imagem’, a ‘é’ é atribuído um sentido *identitativo*, na expressão ‘... não é aquilo que é’, ‘é’ acumula com o sentido *identitativo* (‘uma imagem não é um original’), outros, como o *predicativo* (a imagem não é original) – lendo original como um predicado e não um sujeito –, o *veritativo* (a imagem não é ‘verdadeiramente’ o original), além de um possível sentido *existencial* [...] embora sem dúvida exista, ‘a imagem não existe como o original’” (SANTOS, 2012, p. 118-119).

2.3 O SER: POTÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Até então, os filósofos encaravam a *realidade* existente como “uma espécie de ‘coisa’ (mesmo ‘ideal’), como um ‘objeto’ que é preciso definir ou descrever, cujo número e qualidades são apreensíveis e exprimíveis” (CORDERO, 1993, p. 22). O *ser* era visto como “uma entidade absoluta (simples ou múltipla), total, cuja negação é inconcebível, já que o *não-ser* não pode existir” (ibidem, p. 22). É preciso, portanto, “torná-los melhores do que são” (*Sofista*, 246d), levando-os a reconhecerem uma nova concepção de *ser*, um *ser* que leva as realidades (corpórea ou incorpórea, sensível ou inteligível) a se combinarem, a se mesclarem, um *ser* que se torna uma verdadeira *potência*:

Estrangeiro: O que sugiro é que tudo aquilo que possui potência de qualquer espécie, *quer* para produzir uma mudança em algo de qualquer natureza, *quer* para sofrer o efeito da mais ligeira causa mesmo no mais ínfimo grau, ainda que o seja numa única oportunidade, *é*. Estabeleço como definição do ser que ele é nada mais nada menos que *potência* (247e).

É justamente a definição do *ser* como “potência de produzir ação ou sofrer ação” (*Sofista*, 248c) que permite que as realidades se misturem, e é devido a essa mistura que as coisas *são*. Essa definição é construída a partir da crítica aos discursos dos filósofos da tradição que, como mencionamos anteriormente, não souberam lidar com as dificuldades decorrentes da pluralidade de sentidos que o uso da língua desencadeia. Mais uma vez, fica evidente a estreita relação entre linguagem e ontologia no *Sofista*.

Relação que fica ainda mais explícita quando o Estrangeiro se vê diante de um novo impasse: não se pode admitir que todas as coisas sejam capazes de mútua combinação. Do contrário, deve se admitir, por exemplo, que o movimento se combine com o repouso. Mas, isso é impossível, “porque, nesse caso, o movimento estaria em repouso e o repouso estaria em movimento” (*Sofista*, 255a). A alternativa encontrada é considerar que algumas coisas se combinam e outras não. A comparação com a linguagem é inevitável:

Estrangeiro: Ora, visto que algumas coisas se mesclarão e outras não, constatamos aqui uma situação muito semelhante à das letras do alfabeto, posto que algumas destas não combinam entre si, enquanto outras combinam. [...] E as vogais, num maior grau do que as demais letras, atuam entre todas como um liame, de modo que sem uma vogal as outras letras não podem ser combinadas entre si (*Sofista*, 253a).

Nessa etapa da investigação, o Estrangeiro empreende o inventário dos Gêneros

Supremos, que se combinam ao modo das letras:

Estrangeiro: Como, portanto, concordamos que alguns gêneros mesclar-se-ão entre si, enquanto outros não se mesclarão, e alguns se mesclarão com poucos e outros com muitos, e que nada há que impeça alguns de se mesclarem universalmente com todos, prossigamos com nossa discussão investigando não a totalidade das *formas* ou *ideias*, com o que ficaríamos confusos entre tantas, mas apenas algumas, fazendo uma seleção das consideradas as mais importantes (*Sofista*, 254c).

O Estrangeiro inicia a análise a partir do Ser, do Movimento e do Repouso²³, examinando suas várias naturezas e detendo-se em sua capacidade de mútua combinação:

Estrangeiro: Com certeza, os mais importantes gêneros são precisamente os que mencionamos, a saber, o próprio ser, o repouso e o movimento. [...] E, ademais, dois deles – segundo dizemos – não podem mesclar-se. [...] Mas o ser pode mesclar-se com ambos, uma vez que ambos são. [...] Assim, cada um deles é diferente dos dois restantes, mas idêntico a si mesmo (*Sofista*, 254d).

Do exame em torno das relações do Ser com o Movimento e o Repouso, dois outros gêneros surgem, o Mesmo e o Outro²⁴ (o Idêntico e o Diferente). Segundo Ricoeur (2014), no *Sofista*, o Mesmo e o Outro (e o Mesmo só está ali pelo Outro) não são, de modo algum, significações entre outras, mas, pelo contrário, são determinações superiores que expressam uma intensa reflexão anterior (*ver* nota 22). Consequentemente, “primeiro é preciso que a Ideia de Ser tenha sido relacionada com ‘dois grandes gêneros’ para que, de sua situação dialética, surjam as duas categorias que expressam essa mesma situação dialética” (p. 100).

Após essa minuciosa análise, Platão descobre, em contraposição à tese de Parmênides, que “o não ser de cada ser é uma realidade que se lhe opõe, isto é, o não ser é o outro fragmentado entre os seres segundo a reciprocidade da sua relação” (PAVIANI, 1993, p. 47). É essa potência de comunicação com outras Formas, outras realidades, que permite que alguma coisa constitua sua essência: “toda coisa é, de fato, o mesmo que ela própria, e diferente das outras; eis seus limites, isto é, sua essência” (CORDERO, 1993, p. 25).

Dentre os dois novos gêneros, o Outro se destaca, pois “possui uma natureza absolutamente singular, que o distingue radicalmente dos anteriores, e que faz dele, por assim

²³ Segundo Cordero (1993), na tradição filosófica clássica, toda teoria sobre a realidade deve dar um lugar ao conhecimento, o qual exige, ao mesmo tempo, repouso (no que diz respeito ao objeto que se vai conhecer) e movimento (no que tange ao órgão que conhece). Repouso e movimento se revelam, assim, como dois gêneros importantes, pois são indispensáveis ao conhecimento.

²⁴ Segundo Santos (2012), os dois novos gêneros têm um estatuto diferente daquele que é conferido aos anteriores, “pois enquanto os três primeiros têm uma expressão ontológica, os dois últimos têm expressão epistemológica” (p. 127).

dizer, o gênero dos gêneros e o fundamento de todos os outros” (DUCROT, 2009a, p. 10):

Estrangeiro: Portanto, é necessário que estabeleçamos a natureza do *diferente* como um quinto gênero entre aqueles nos quais selecionamos nossos exemplos. (...) E diremos que permeia a todos, uma vez que cada um deles é *diferente* dos demais, não por razão de sua própria natureza, mas porque partilha da *forma* ou *ideia* do *diferente* (*Sofista*, 255e).

Para Ricoeur (2014), o Outro tem esse aspecto notável de ser a categoria que reflete sobre a própria relação de todas as categorias. “Portanto, é a categoria que, ao refletir sobre a relação mútua das categorias, reitera a si mesma sem remeter a nenhuma outra. É por isso que é a quinta e última” (p. 101). Assim, o Ser só é a mais alta noção da filosofia porque aceita ser suplantada pela categoria mais inapreensível; o Ser só é o “terceiro” porque há um “quinto”. “Isso quer dizer que alguma coisa é ser com a condição de ser também não-ser: ser por sua identidade consigo e não-ser por sua alteridade com o restante” (p. 102).

Como veremos na próxima seção, esse papel constitutivo da *alteridade* subjaz de tal modo ao estruturalismo saussuriano que “ser estruturalista, no estudo de um domínio qualquer, é definir os objetos desse domínio uns em relação aos outros (...). Admite-se, assim, que algumas de suas mútuas relações não são uma consequência da sua natureza, mas que elas a constituem” (DUCROT, 1987, p. 67).

É importante registrar que, após investigar a natureza dos principais gêneros, Platão finda sua pesquisa com o inventário dos cinco gêneros (Ser, Movimento, Repouso, Mesmo e Outro) por considerá-los suficientemente representativos da relação existente entre as Formas. Além disso, eles se mostram úteis para explicar a existência do *não-ser*, visto que o *não-ser* é definido como o *diferente*, o *outro*, a *alteridade*: “Assim, no que toca ao movimento, o *não-ser* necessariamente é, estendendo-se isso a todos os gêneros, uma vez que em todos a natureza do *diferente* opera de tal maneira a tornar cada um diferente do ser e, portanto, não-ser” (*Sofista*, 256e).

2.4 O NÃO-SER: ALTERIDADE E DIFERENÇA

Conforme Neves (1987), “cada um dos gêneros pode corretamente ser chamado *não-ser*, e, ao mesmo tempo, pelo fato de participar do ser, cada um deles pode ser chamado *ser*” (p. 56), de modo que se pode concluir que, “relativamente a cada um dos gêneros, o ser é

múltiplo e o não-ser é numericamente infinito” (*Sofista*, 256e). No entanto, “quando dizemos *não-ser* nos referimos, suponho, não a algo que seja o oposto do *ser*, mas somente a algo diferente” (257b), portanto, “quando nos disserem que o negativo significa o oposto, discordaremos. Somente admitiremos que a partícula *não* indica algo *diferente* das palavras às quais serve de prefixo, ou melhor, diferente das coisas às quais os nomes que se seguem à negação são aplicados” (257c).

É precisamente no que diz respeito à negação que, segundo Cordero (1993), Platão é revolucionário: “a negação não significa ‘contradição’ (ou oposição); ela significa ‘diferença’. Uma coisa (um fato, um estado de coisas) negada é uma realidade diferente daquela que se negou. Ela é, no entanto, tão real quanto seu equivalente ‘positivo’” (p. 56). Relacionando o *não-ser* com a questão da negação, Platão institui o primado da *alteridade*: “em cada realidade, há uma mistura de ser e de não-ser, pois toda coisa é o que é, mas também é tudo o que ela não é” (CORDERO, 1993, p. 60). As palavras do Estrangeiro ressaltam essa realidade:

Estrangeiro: Não nos limitamos, contudo, a mostrar que *as coisas que não são são*. Indicamos, inclusive, o que é a classe do não-ser, uma vez que mostramos que a natureza do *diferente é* e está distribuída em pequenos fragmentos entre todas *as coisas que são* nas suas relações recíprocas. Ousamos dizer, ademais, que cada parte do diferente, que é contrastada com o ser, é realmente exatamente não-ser. (*Sofista*, 258e)

A definição do *não-ser* como *alteridade* é o que permite a Platão contestar o axioma de Parmênides²⁵ e estabelecer a relação entre discurso e *não-ser*: “consideramos que o não-ser era um dos gêneros do ser, permeando todas as coisas que são. [...] Portanto, o próximo passo é indagar se ele se mescla com a opinião e o discurso” (*Sofista*, 260b). Pois, “se não se mesclar com eles [a opinião e o discurso], resultará necessariamente que tudo é verdadeiro; mas se houver mescla, serão gerados a falsa opinião e o falso discurso” (260c). Logo, “se existe falsidade, existe engano. [...] E se existe engano, tudo necessariamente estará doravante repleto de cópias, semelhanças e aparições” (260c).

Ao reformular a negação como *alteridade*, Platão desloca a discussão em torno da relação entre verdade e falsidade para o domínio da linguagem. Essa reformulação acarreta a erradicação da verdade e falsidade *ontológicas*, até então identificadas com “o que é” e “o que não é”. Agora, não só *ser* e *não-ser* deixam de ser contrários, como, separada do *ser*, a verdade

²⁵ Vale lembrar que, para Parmênides, “o que não é” é incognoscível por ser nome de coisa nenhuma. De acordo com Santos (2012), “a leitura de ‘não-X’ como ‘diferente de X’ separa a negativa da entidade nomeada, fazendo ‘não-X’ referir uma infinidade de entidades não nomeadas, que – ao contrário do que Parmênides sustenta – nem por não poderem ser identificadas deixarão de existir” (p. 112).

deixa de ser condição e fim do *saber*, para se tornar um dos polos entre os quais o discurso circula (SANTOS, 2012, p. 113-114). Assim, Platão encontra uma explicação para os enunciados falsos e, agora, o sofista pode ser acusado de enganador, falsário, ilusionista.

Analisar a natureza do discurso é, portanto, a última tarefa que se impõe, visto que é preciso “perceber com clareza sua participação com o não-ser. Munidos dessa percepção, poderemos demonstrar que a falsidade é (existe) e, uma vez conquistada essa demonstração, será aí que prenderemos o sofista” (*Sofista*, 261a). Ao estabelecer o discurso como um dos gêneros do *ser*, “afinal, se dele fôssemos privados, seríamos privados da filosofia, o que constituiria o supremo desastre” (260a), Platão desenvolve uma teoria enunciativa, tal qual Cordero (1993, p. 61-62) nos explica na “Introdução”. Segundo ele, a teoria platônica da enunciação é uma aplicação, ao domínio da linguagem, de sua nova concepção do ser como potência de comunicação, da relação entre as categorias da realidade e o *não-ser* como *alteridade*.

Definido como o “entrelaçamento recíproco das *formas*” (*Sofista*, 259e), o discurso torna-se o lugar onde as relações estabelecidas se podem fixar. Os procedimentos antes dedicados à análise dos gêneros supremos devem ser aplicados ao estudo do discurso:

Estrangeiro: Pensemos agora nos nomes, tal como fizemos há pouco com as formas e letras. Parece que o objeto de nossa investigação pode ser vislumbrado nessa direção. [...] aqueles nomes que são ditos ordenadamente e significam algo combinam-se, mas os que nada significam sequencialmente não se combinam” (*Sofista*, 261d-e).

Para Paviani (1993), encontramos no *Sofista* o discurso *determinado pela relação* entre o nome e o verbo. O significado da proposição provém dessa *ligação*. O que torna um discurso verdadeiro ou falso é o fato de ele se referir a alguma coisa. Uma sequência de nomes ou de verbos, sem *associação* entre eles, não constitui um discurso. É preciso, portanto, reunir o nome e o verbo.

Estrangeiro: Um gênero é chamado de nomes e o outro de verbos. [...]. Podemos chamar de verbo o gênero de indicação aplicado a uma ação. [...]. E chamamos de nome o signo vocal aplicado aos que executam as ações. [...]. Consequentemente, o discurso jamais é composto exclusivamente de nomes falados de maneira sucessiva, e tampouco de verbos falados sem nomes (*Sofista*, 262a).

É assim que as palavras revelam sua potência de comunicação, sem a qual elas não fariam parte das coisas que *são*. Para se produzir um discurso, “a ligação deve acontecer entre elementos capazes de relacionar um fato e o autor desse fato” (CORDERO, 1993, p. 62), ou

seja, conforme Neves (1987) aponta: “o discurso não enuncia simplesmente uma coisa, mas enuncia, de uma coisa, algo existente em relação a ela. Unindo um nome e um verbo, o falante liga um agente a uma ação, registrando nos sinais (o discurso) a comunhão existente nas coisas representadas por esses sinais” (p. 56).

Sendo assim, todo discurso pode ser verdadeiro ou falso, o discurso verdadeiro é aquele que diz de alguém *o que é tal como é*, e falso o que enuncia “o Outro como sendo o Mesmo, e o que não é como sendo” (PAVIANI, 1993, p. 49). Cabe ao discurso, portanto, expressar as relações existentes entre as coisas que as palavras representam. E, justamente por isso, todo discurso, seja ele verdadeiro ou falso, é “necessariamente sobre algo, sem o que ele é impossível” (*Sofista*, 262e). Se não há discurso “sobre nada”, não se pode sustentar que o discurso falso seja um discurso sobre nada.

No que diz respeito à negação, é possível afirmar que ela também fornece uma informação sobre aquilo de que falamos. “Ao indicar o outro de modo determinado, a negação diz o que uma coisa é, pois delimita o ser desta coisa” (SOUZA, 2009, p. 126). Podemos concluir que o ser de uma coisa é determinado tanto positiva quanto negativamente, pois, por exemplo, “o que chamamos de não-belo é aquilo que é diferente precisamente da natureza do belo e de nada mais” (*Sofista*, 257d):

Estrangeiro: Então parece que o não-belo constitui um contraste do ser com o ser. [...] E diremos, então, o mesmo de outras coisas, uma vez que está demonstrado que a natureza do diferente encerra realmente ser; e se ela encerra ser, é necessário que atribuamos ser também às suas partes em grau não inferior. [...]. Portanto, como parece, a oposição entre a natureza de uma parte do *diferente* e a natureza do *ser*, quando opostas mutuamente, não constitui menos ser do que é o próprio ser, se me é permitido dizê-lo, pois significa não o oposto do ser, mas tão-só o diferente do ser, e nada mais (*Sofista*, 257d – 258b).

Portanto, no plano do discurso, à semelhança do plano ontológico, cada coisa possui alguns predicados e não possui outros. É o laço predicativo entre um *ser* e *outro ser* que produz a verdade ou a falsidade do enunciado. Decorre daí o entendimento de Souza (2009) de que, “para o Estrangeiro de Eleia, temos acesso ao ser a partir do discurso, ou seja, que o discurso é imagem do ser e, como imagem, é desde a estrutura do discurso que conhecemos a estrutura do que é. Se o discurso tem uma estrutura relacional, é porque o ser tem uma estrutura relacional” (p. 20-21).

Por fim, a investigação sobre o discurso permitiu a Platão inaugurar a descrição e a definição daquilo que até hoje chamamos de partes do discurso ou classes gramaticais. Segundo Bagno (2011), ao distinguir, no enunciado, duas partes principais, que ele chamou de nome

(*ónoma*) e verbo (*rhema*), Platão revela “uma lúcida percepção daquela que é a função quase única das línguas humanas: a **predicação**” (p. 406, grifo do autor):

Por mais simples ou mais complexo que seja um enunciado linguístico, por mais breve ou mais extenso, a operação primordial que se realiza nele é a da *predicação*, ou seja, a expressão de um argumento e a atribuição de propriedades/qualidades/estados/ações a esse argumento. [...] a sintaxe é inevitavelmente **narrativa** e **dialógica**: toda expressão linguística é algo que alguém conta/narra/descreve/relata a alguém (BAGNO, 2011, p. 406, grifos do autor).

A divisão proposta por Platão também é genial porque se aplica a todas as línguas do mundo. “Até os dias de hoje, não se encontrou nenhuma língua humana que não apresentasse em sua gramática um modo de representação dessa divisão fundamental entre *nome* e *verbo*, *sujeito* e *predicado*, *substância* e *acidente*, *tema* e *rema* etc.” (BAGNO, 2011, p. 407).

O diálogo *Sofista* nos apresenta, portanto, uma teoria da *alteridade*, como Ducrot ressaltou, que também se encontra no discurso. “Pensar que sou este ou aquele é sempre imaginar alguém que me vê como este ou como aquele, e cujo olhar me constitui, (...) e se a língua é, antes de mais nada, o terreno onde afronto outrem, não nos surpreenderemos com o fato de a realidade linguística ser, como viu Saussure, fundamentalmente opositiva” (DUCROT, 2009a, p. 11).

3 SER O QUE OS OUTROS NÃO SÃO: A ALTERIDADE EM SAUSSURE

Não há, na língua, nem signos nem significações, mas DIFERENÇAS de signos e DIFERENÇAS de significação.

F. de Saussure (2004, p. 65)

Colocar Saussure e Platão em relação não é muito usual nos estudos sobre a história da linguística²⁶. Alguns autores associam a obra de Saussure ao modelo teórico de pensadores como Aristóteles, Galileu e Condillac²⁷, enquanto outros mencionam uma provável influência da sociologia de Emile Durkheim e da filosofia positivista²⁸. A contribuição de comparatistas e neogramáticos é indubitável e, segundo Faraco (2011), os trabalhos do estudioso alemão Humboldt e do linguista americano Whitney foram fundamentais para a construção da ideia da língua como um sistema de signos independente (imanência).

Porém, antes de pensarmos em possíveis influências, é preciso reconhecer que o pensamento de Saussure representa uma grande mudança no campo dos estudos linguísticos. Suas concepções abriram espaço para a construção de uma verdadeira ciência da linguagem, cujo *verdadeiro e único objeto* de estudo, a língua, passou a ser considerado em si mesmo e por si mesmo. Além de demonstrar que a “língua poderia (e deveria) ser tratada exclusivamente como uma forma (livre das suas substâncias)” (FARACO, 2011, p. 28), Saussure nos mostra que a língua se constitui a partir de um “jogo sistêmico de relações de oposição – funcionando este jogo de tal modo que nada é num sistema linguístico senão por uma teia de relações de oposição” (ibidem, p. 28).

Embora reconhecendo o caráter fundador do “gesto epistemológico saussuriano”, Faraco (2011) afirma que essa formulação é resultado do trabalho de linguistas precedentes, que já desenvolviam uma concepção de língua como um *todo organizado*. Isto é, segundo o

²⁶ Com exceção de algumas menções ao diálogo *Crátilo* de Platão, quando o debate traz à tona a problemática do *arbitrário* na língua.

²⁷ Cf. MOUNIN, George. *Saussure: presentación y textos*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1969 e BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.

²⁸ Cf. CULLER, Jonathan. *As ideias de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1979 e LODER, Letícia L. & FLORES, Valdir do Nascimento. Ferdinand de Saussure e a sociologia durkheimiana. *Organon*, Porto Alegre, nº 40/41, jan.-dez., 2006, p. 273-294.

autor, um “senso de sistema autônomo” já permeava o trabalho de alguns linguistas ao longo do século XIX. O próprio Whitney, por exemplo, ao considerar a língua como uma instituição social, insistindo no caráter arbitrário dos signos e, com isso, colocando “a Linguística em seu verdadeiro eixo” (*CLG*, p. 116), conquistou o reconhecimento de Saussure.

Por outro lado, sem desmerecer a visível influência de estudiosos como Whitney (talvez o mais admirado por Saussure), nós acreditamos que o princípio que norteou as formulações do linguista genebrino (o princípio que faz da língua “um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (*CLG*, p. 128)), está apoiado em reflexões filosóficas anteriores. Na verdade, muito anteriores, mas que deixaram marcas em toda a cultura ocidental e levantam temas até hoje debatidos. Referimo-nos à teoria platônica da *alteridade*, apresentada no diálogo *Sofista*.

Na seção 2, procuramos mostrar como Platão desenvolveu uma teoria da *alteridade* que, nas palavras de Ducrot (2009a), “ainda não deixa de causar espanto aos que querem lê-la bem e cuja necessidade a Linguística moderna vem redescobrimo desde Saussure” (p. 10). Agora, tentaremos explicitar que a afirmação encontrada no *CLG*, de que “na língua só existem diferenças” (p. 167), fundamenta-se na ideia segundo a qual a essência do diferente (do Outro) permeia todos os signos, “uma vez que cada um deles é *diferente* dos demais, não por razão de sua própria natureza, mas porque partilha da *forma* ou *ideia* do diferente” (*Sofista*, 255e).

À primeira vista, pensar que a construção de um conceito tão significativo na reflexão saussuriana, como é o caso do *valor linguístico*, possa ter uma fundamentação filosófica, notadamente metafísica, pode parecer paradoxal. A preocupação em garantir um estatuto científico ao estudo da língua poderia ter afastado Saussure de uma abordagem baseada em pressupostos filosóficos. Segundo Normand (2009), “a ideologia científica da época, que limitava ao dado diretamente observável o domínio do pesquisador e não via na abstração senão a especulação filosófica, opunha-se às formulações explicitamente abstratas” (p. 59-60). Isso explicaria a presença de expressões como “entidades concretas”, “objeto de natureza concreta”, etc., que não correspondem à ideia, claramente exposta nos *ELG*, de que a língua não é matéria, não tem substrato²⁹.

No entanto, conforme os editores Bouquet e Engler (2004) afirmam, no “Prefácio” aos *ELG*, o conjunto das reflexões saussurianas, comumente chamado de linguística geral, estende-se a três campos do saber³⁰, entre os quais se vislumbra uma “especulação analítica sobre a

²⁹ Cf. DEPECKER, Loïc. *Compreender Saussure a partir dos manuscritos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

³⁰ Sobre os três campos do saber da linguística saussuriana, além do Prefácio aos *ELG*, ver BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.

linguagem” qualificada, diversas vezes, pelo próprio Saussure como *filosófica* (p. 12). O que Bouquet e Engler querem enfatizar é que há toda uma dimensão filosófica das reflexões saussurianas que teria sido negligenciada pelos editores do *CLG*.

Essa fundamentação filosófica da reflexão saussuriana, aparentemente fragmentada no *CLG*, aparece com bastante vigor nos *ELG*, sobretudo nos manuscritos que compõem a primeira parte intitulada “Sobre a essência dupla da linguagem”. Nesse conjunto de documentos encontramos uma ideia que Saussure ressalta insistentemente, resumindo-a ao que chama de “princípio das OPOSIÇÕES, ou dos VALORES RECÍPROCOS, ou das QUANTIDADES NEGATIVAS e RELATIVAS que criam um estado de língua” (*ELG*, p. 27).

Destacamos, por fim, que estamos conscientes da polêmica envolvendo a autenticidade do pensamento de Saussure no *CLG*, mas não nos envolveremos nessa discussão. Em nossa perspectiva, é pacífica a questão de que Saussure “é o autor de um *Curso* que ele não escreveu” (DEPECKER, 2012, p. 11). Entretanto, foi o *CLG* que permitiu a propagação das ideias de Saussure, impedindo que fossem esquecidas e inspirando inúmeros intelectuais ao longo do século XX. Foi o *CLG* que concedeu a Saussure o *status* de fundador da linguística moderna, influenciando diversas áreas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, a filosofia e a psicanálise. Além disso, os manuscritos de Saussure, apresentados nos *ELG*, ainda não eram conhecidos quando Ducrot tomou contato com a obra saussuriana, nos anos de 1960.

Em vista disso, considerando os objetivos deste trabalho, optamos por trabalhar com as duas obras (*CLG* e *ELG*), considerando-as como representativas do *corpus* e do pensamento saussuriano. Por isso, nesta seção, vamos investigar a teoria do *valor linguístico*, encontrada sobretudo nos capítulos III, IV e V da segunda parte do *CLG*, valendo-nos, quando assim nos parecer apropriado, das preciosas anotações dos *ELG*. Em contrapartida, dedicaremos uma subseção especial aos *ELG*, analisando determinados pontos que entendemos relevantes para o estudo da teoria do *valor*. Porém, para melhor compreendê-la é preciso situá-la no complexo aparato conceitual saussuriano. Só então poderemos associá-la à teoria da *alteridade* de Platão.

3.1 A LÍNGUA É UM SISTEMA

Como sabemos, Saussure estava “muito insatisfeito” e “preocupado” com os rumos que a Linguística parecia tomar, entre a Gramática Comparativa e o movimento dos neogramáticos.

O método comparativo, segundo o linguista genebrino, “acarreta todo um conjunto de conceitos errôneos, que não correspondem a nada na realidade e que são estranhos às verdadeiras condições de toda linguagem” (*CLG*, p. 34). Quanto aos neogramáticos, embora tenham o mérito de “colocar em perspectiva histórica todos os resultados da comparação, e por ela encadear os fatos em sua ordem natural” (*CLG*, p. 35-36), não conseguiram esclarecer problemas fundamentais em torno dos fatos da língua.

Assim, entre as tarefas da Linguística elencadas por Saussure, estão a de delimitar-se e definir-se a si própria. Para atingir esse objetivo, tornava-se imprescindível estabelecer um aparato metodológico que fosse capaz de dar conta do fenômeno linguístico em toda a sua complexidade. De modo que, seja qual for o ponto de vista que se adote para estudar o fenômeno linguístico, ele “apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra” (*CLG*, p. 39). Eis aí um princípio que permeia todo o conjunto de ideias e definições que marcam a teoria saussuriana: o princípio da *essência dupla da linguagem*³¹. Segundo Benveniste, esse princípio determina que:

Tudo na linguagem tem de ser definido em termos duplos; tudo traz a marca e o selo da dualidade opositiva: dualidade articulatória/acústica; dualidade do som e do sentido; dualidade do indivíduo e da sociedade; dualidade da língua e da fala; dualidade do material e do não-substancial; dualidade do “memorial” (paradigmático) e do sintagmático; dualidade da identidade e da oposição; dualidade do sincrônico e do diacrônico, etc. (BENVENISTE, 2005, p. 43).

Diante de tantas dualidades³², o *objeto* de estudo da Linguística se apresenta como um “aglomerado confuso de coisas heteróclitas” (*CLG*, p. 40), de modo que “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (p. 41). A delimitação do objeto de estudo se dá simultaneamente ao estabelecimento de uma metodologia, que permita analisá-lo *em si* e *por si mesmo*, visto que a língua é “um todo por si e um princípio de classificação” (p. 41) ou seja, “um sistema que conhece somente sua ordem própria” (p. 55).

Nessa definição de língua evidencia-se a posição epistemológica que apregoa a anterioridade do *ponto de vista* em relação ao objeto de estudo: “é o ponto de vista que cria o objeto” (*CLG*, p. 39). Afinal, dada a peculiaridade da língua, a Linguística, diferentemente de outras ciências, como a Física ou a Biologia, não lida com um objeto dado, um conjunto de

³¹ Princípio que muitas vezes foi interpretado de maneira equivocada, na perspectiva das “dicotomias” saussurianas, que põe em pura oposição dualidades que estão estreitamente ligadas e que se implicam mutuamente.

³² Esse conjunto de dualidades presente na teoria saussuriana levou Bagno (2011) a desenvolver uma crítica ao que chama de “platonismo linguístico”. Segundo ele, a filosofia dualista de inspiração platônica exerceu (e exerce) uma “pesada” influência sobre os estudos da linguagem, sobretudo na definição das “dicotomias” saussurianas.

coisas evidentes, pelo contrário, “não há nenhuma entidade linguística que possa ser dada, que seja dada imediatamente pelo sentido; nenhuma que exista fora da ideia que lhe pode ser vinculada” (*ELG*, p. 23).

Dito de outro modo, a língua não é um objeto material, não é substância, “a língua não comporta ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes desse sistema” (*CLG*, p. 167). Considerando que as entidades linguísticas não se apresentam por si mesmas ao linguista, “é necessário colocarmos diante do ato individual que permite reconstituir o circuito da fala” (p. 43), ato que pressupõe pelo menos dois indivíduos para que se realize. Esse sistema de “diferenças” está, portanto, indissociavelmente ligado à fala (ou discurso), que o precede historicamente e sem a qual não poderia ser apreendido pelo linguista.

Por outro lado, é a língua que permite que “a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos” (*CLG*, p. 51), pois se configura como “um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (p. 41). Nesse sentido, é a *coletividade* que cria o sistema linguístico e estabelece os *valores* que possibilitarão a comunicação. Esses valores, que determinam o funcionamento da língua, são acionados, ativa ou passivamente, em nossa mente através de uma “faculdade de associação e de coordenação” (p. 44) que “desempenha o principal papel na organização da língua enquanto sistema” (p. 44).

A ideia de *sistema*³³ remete, invariavelmente, à ideia de um grupo ou conjunto de elementos, materiais ou ideais que, coordenados entre si, funcionam como uma *estrutura* organizada. Segundo Normand (2009), Saussure adota o termo sistema, que, como vimos, já era utilizado pelos linguistas, em um sentido muito preciso, “explicitado como *funcionamento* ou *mecanismo*” (p. 50) e que remete a uma característica fundamental das entidades linguísticas: “a de que é impossível apreendê-las fora do sistema específico em que elas são tomadas, pois é nele que está seu modo de realidade” (Idem, p. 50). A língua “é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (*CLG*, p. 128).

Nesse sentido, as *entidades linguísticas* só possuem existência para um indivíduo, para um sujeito falante, “nas relações recíprocas que mantêm e que lhes dão sentido” (NORMAND, 2009, p. 50) em um determinado estado de língua. É somente na sincronia³⁴ que se pode

³³ Segundo Mounin (1969, p. 52), a palavra *sistema* aparece cento e trinta e oito vezes no *CLG*.

³⁴ Para Saussure, a *Linguística sincrônica* é aquela que se ocupa “das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva”, em oposição à *Linguística diacrônica* que estuda “as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si” (*CLG*, p. 142).

apreender o funcionamento do sistema. Logo, partir do sistema implica adotar uma diretiva metodológica que exclua, no estudo da língua, a consideração de elementos externos: sejam eles históricos ou sociais. Assim, poderíamos comparar o sistema linguístico saussuriano a uma *máquina*, sendo que o *valor* constitui e se constitui no funcionamento das engrenagens que compõem a máquina. Abordadas fora das relações próprias ao sistema, as entidades linguísticas “não passam de elementos materiais desprovidos de significação” (ibidem, p. 50).

Para Saussure, a língua é um sistema de *signos*. O signo, por sua vez, também tem uma natureza dupla, pois é constituído de duas faces relacionadas entre si, e inseparáveis, o *significante* e o *significado*. Trata-se de uma ligação *arbitrária* e, mais uma vez, nos valem da leitura de Normand, que afirma:

aplicar [...] o princípio do arbitrário é afastar, na descrição, qualquer ponto de vista diretor, e, em primeiro lugar, o do signo como representante de uma ideia. [...] Partir do arbitrário é também afastar o sujeito falante em suas particularidades e em sua vontade de significar, pois o signo só é arbitrário porque é social, imposto por regras que ninguém pensa discutir (NORMAND, 2009, p. 69-70).

Ocorre que o *signo* só tem *sentido* se for determinado por sua *relação* com *outros signos*. As relações entre os signos, com as quais se constitui um enunciado, também são arbitrárias. “São regras próprias a cada língua, restrições contingentes” (NORMAND, 2009, p. 65) que provêm “do fato de se tratar de um jogo, ou seja, de um funcionamento formal” (p. 66), “de uma ordem interna” (p.71), “uma ordem de puros *valores*” (p. 72). O *valor linguístico* resulta, portanto, da presença de outros signos, tanto no eixo *associativo* (paradigmático) quanto no eixo *sintagmático*. Por isso, a noção de *sistema* implica a de *relação*, e da noção de *relação* decorre a noção de *valor*.

3.2 A NOÇÃO DE VALOR

De acordo com Normand (2009), “o conceito de *valor* e sua ligação com o de *diferença* definem para Saussure a verdadeira natureza da língua e o conteúdo do termo *sistema*” (p. 81):

Nunca é demais repetir que os *valores* dos quais se compõe primordialmente um sistema de língua (um sistema morfológico), um sistema de sinais, não consistem nem nas formas nem nos sentidos, nem nos signos nem nas significações. **Eles consistem na solução particular de uma certa relação geral entre os signos e as significações**, estabelecida sobre a diferença geral dos signos *mais* a diferença geral das significações

mais a atribuição anterior de certas significações a certos signos ou reciprocamente (ELG, p 30-31, grifos nossos).

A formulação saussuriana é realmente abstrata, mas “resume e reúne” a contribuição de outros termos fundamentais como “*arbitrário, social e sistema* e constitui o pivô da semiologia” (NORMAND, 2009, p. 158). É dessa maneira que, entre os inúmeros conceitos propostos por Saussure, o *valor* surge como noção central no estruturalismo saussuriano e situa-se em vários planos. Depecker (2012) assinala que, no mínimo, o valor “se encontra vinculado ao sistema da língua e resulta da ação dos elementos entre si. Mas ele também está ligado aos sujeitos falantes, que estão sempre interpretando e dando sentido aos elementos” (p. 145).

Segundo Bouquet (2000), a noção de *valor* é extremamente complexa na obra saussuriana (trata-se de uma teoria do *valor*) na medida em que coordena dois fatos, eles mesmos complexos. O primeiro fato (o do valor *in absentia*) faz corresponder termo a termo a relação que apontamos anteriormente, ou seja, a teoria do *valor* e a teoria do *arbitrário*. Resumidamente, o autor afirma que a noção de *valor* recobre cinco fatos, pertencentes a duas categorias.

A primeira categoria abrange o *valor interno* do signo que, por sua vez, compreende três aspectos: 1º - o significante responde pelo seu significado (o significado é o valor desse significante); 2º - o significado responde pelo seu significante (o significante é o valor desse significado); 3º - significante e significado respondem simultaneamente um pelo outro (o significante e o significado são simultaneamente o valor um do outro (BOUQUET, 2000, p. 258).

A segunda categoria do valor *in absentia* corresponde ao *valor sistêmico* do signo. O valor sistêmico abarca o valor sistêmico fonológico e o valor sistêmico semântico. Nesse caso, não estamos diante do vínculo arbitrário entre dois objetos dessemelhantes unidos por um vínculo de necessidade como vimos acima, mas “do arbitrário do vínculo multidimensional entre um objeto e todos os outros objetos da mesma natureza, ou seja, todas as unidades significantes e todas as unidades significadas que constituem a classe à qual pertence esse objeto” (BOUQUET, 2000, p. 236). O *valor interno* e o *valor sistêmico* que se conjugam para formar o valor *in absentia* formam apenas uma parte do valor semântico de um signo.

O segundo fato, relativo à complexidade da noção de *valor*, corresponde ao chamado valor *in praesentia* e associa ao valor interno (*in absentia*), proveniente do arbitrário da língua, um valor proveniente do fato sintagmático (BOUQUET, 2000, p. 268). É na combinação desses dois fatos que Saussure vê a essência do fato semântico.

Com efeito, Saussure reconhece a complexidade da proposta e vê nela um verdadeiro paradoxo: “de um lado, o conceito nos aparece como a contraparte da imagem auditiva no interior do signo, e, de outro, esse mesmo signo, isto é, a relação que une seus dois elementos, é também, e de igual modo, a contraparte dos outros signos da língua” (CLG, p. 161).

Substituindo os termos *conceito* e *imagem auditiva* por *significado* e *significante*, respectivamente, Ducrot (2006) resume o paradoxo da seguinte maneira: de um lado, o *significado* e o *significante* são constituintes internos do signo, inseparáveis um do outro, e um só existe em razão do outro. De outro lado, o *signo*, a saber, a relação que os constitui um e outro, só é o conjunto de relações que os unem com os outros signos da língua, isto é, com outras relações *significado-significante*.

Os signos são, assim, as engrenagens da complexa máquina que é a língua. Ou, em vez de engrenagens, poderíamos pensar nos signos como peças de um jogo, exatamente como Saussure faz ao comparar o jogo da língua a uma partida de xadrez: “uma posição de jogo corresponde de perto a um estado de língua. O *valor* respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, do mesmo modo que na língua cada termo tem seu *valor* pela *oposição* aos outros termos” (CLG, p.130). Comparação que também encontramos nos *ELG* com a mesma finalidade pedagógica:

Assim como, no jogo de xadrez, seria absurdo perguntar o que seria uma dama, um peão, um bispo ou um cavalo, considerados fora do jogo de xadrez, assim também não tem sentido, quando se considera verdadeiramente *a língua*, buscar o que é cada elemento por si mesmo. **Ele nada é além de uma peça que vale por oposição às outras**, segundo certas convenções (ELG, p. 63, grifo nosso).

Como podemos observar, “a oposição, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a alteridade é, para Platão, constitutiva das ideias” (DUCROT, 2009a, p. 10-11). Há inúmeras passagens no *CLG* em que se afirma, recorrentemente, a importância do “princípio de diferenciação”, que na língua “tudo é oposição”, que seu funcionamento não passa de um “jogo das oposições linguísticas” (CLG, p. 169), enfim, que na língua “tudo se reduz a diferenças” (p. 177).

Mais do que isso, Saussure concebe a essência do signo como *potencialmente relativa*. O signo é essencialmente em virtude de seu caráter associativo com outro(s) signo(s): “o que haja de ideia ou de matéria fônica num signo importa menos do que existe ao redor dele nos outros signos” (CLG, p. 167-8). É por isso que *os signos são valores*, pois a noção de *valor* supõe a existência de uma *relação*: tanto aquela que reúne, no signo, um *significado* e um

significante, quanto aquela que faz dele (o signo) parte do sistema, cujo *valor* surge, justamente, da oposição com outros signos.

Para Platão, vale lembrar, é a *possibilidade de comunicação* com outros seres, com outras formas, que permite que alguma coisa *seja*, que constitua sua *essência*. De fato, a palavra *essência* deriva do verbo latino *esse*, ‘ser’. Reconstituindo a argumentação desenvolvida na segunda parte do *CLG*, dedicada à Linguística sincrônica, poderemos verificar em que medida a teoria do *valor* se fundamenta no princípio que Platão descobre em sua investigação sobre o *ser*: a *alteridade*. É o que faremos a seguir.

3.3 A DIFERENÇA FAZ A DIFERENÇA

Inicialmente, Saussure afirma que o objeto da Linguística sincrônica geral é “estabelecer os princípios fundamentais de todo sistema idiosincrônico” (*CLG*, p. 145). Mas, quais são esses “princípios essenciais” sem os quais “não se poderiam abordar os problemas mais especiais da estática, nem explicar os pormenores de um estado de língua” (*Id.*, p. 145)? A resposta vai surgindo ao mesmo tempo em que se constata que fazer a Linguística de um estado de língua “apresenta dificuldades bem maiores” das que a linguística histórica enfrenta, pois a Linguística³⁵ “se ocupa de valores e relações coexistentes” (p. 145).

É preciso, portanto, determinar que princípios fundamentam os signos e suas relações. Ou seja, impõe-se a necessidade de delimitar a natureza das entidades linguísticas (os signos) e de compreender o mecanismo de suas relações. Segundo Saussure, dois princípios dominam toda a questão:

“1º - A entidade linguística só existe pela associação do significante e do significado; se se retiver apenas um desses elementos, ela se desvanece” (*CLG*, p. 147);

“2º - A entidade linguística não está completamente determinada enquanto não esteja *delimitada*, separada de tudo o que a rodeia na cadeia fônica. São essas entidades delimitadas ou *unidades* que se opõem no mecanismo da língua” (*Id.*, p. 148).

Devemos observar que a ideia de *alteridade* subjaz aos dois princípios. Na realidade, esses princípios estão estreitamente relacionados, ambos se implicam mutuamente. No entanto,

³⁵ Aqui o termo Linguística deve ser compreendido como sinônimo de linguística sincrônica (estática ou de um estado de língua). Vale lembrar que, para Saussure, é somente na sincronia que se pode apreender o funcionamento do sistema.

para facilitar nossa leitura, vamos analisá-los separadamente. O primeiro remete à natureza do signo linguístico: o arbitrário “laço que une o significante ao significado” (CLG, p. 108) que nos permite “compreender por que a língua não pode ser senão um sistema de valores puros” (p. 158). É a *relação* entre dois elementos distintos que constitui sua essência. Um significado sem significante ou um significante sem significado não *valem* nada, não são uma entidade linguística. “Na língua, como em todo sistema semiológico, o que distingue um signo é tudo o que o constitui. A diferença é que faz a característica, como faz o valor e a unidade” (Id., p. 169).

O segundo princípio, por sua vez, nos faz pensar na ideia do signo em sua totalidade, inserido no sistema e, portanto, apto a ser delimitado em razão do que o rodeia e a ele se opõe. Num primeiro momento, Saussure sugere uma aproximação dessa entidade linguística à noção de “palavra”, mas acaba por renunciar à ideia, sobretudo pelas dificuldades de definição do que seja exatamente *uma palavra* e pela incompatibilidade da mesma com o que se busca distinguir.

Assim, quando “uma ciência não apresenta unidades concretas imediatamente reconhecíveis, é porque elas não são essenciais” (CLG, p. 151). Por isso, é necessário “escapar às ilusões” (p. 156) e, a despeito da “importância capital das unidades”, é “preferível abordar o problema pelo aspecto do valor, que é, a nosso ver, seu aspecto primordial” (p. 157). Isso significa reconhecer que a análise da unidade é impraticável se antes não se pressupuser o todo. “Ora, o todo é solidário” (ELG, p. 32).

É a noção de *valor*, portanto, que permite, finalmente, interligar os dois princípios elencados acima. A teoria do *valor*, que, segundo Normand (2009), “ocupa o lugar mais importante no *Curso*” (p. 64), é apresentada no capítulo IV da segunda parte, intitulado *O valor linguístico*. O *valor* intervém em todas as dimensões do signo: cada uma das faces do signo, significado e significante; e o signo em sua totalidade.

Abstraindo a indissolúvel união entre significado e significante, a análise do *valor* em seu “aspecto conceitual” apresenta-se sempre condicionada à ideia constitutiva da *diferença*, da *alteridade*: “Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são **puramente diferenciais**, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é **ser o que os outros não são**” (CLG, p. 164, grifo nosso). O mesmo acontece quando se analisa a “parte material” do *valor*: “é evidente, mesmo *a priori*, que jamais um fragmento de língua poderá basear-se, em última análise, em outra coisa que não seja sua **não coincidência com o resto**” (Id., p. 165, grifo nosso).

Porém, acreditamos que a separação entre o valor conceitual e o valor material surge apenas pela necessidade de descrição. A oposição que nos parece fundamental surge na consideração do signo em sua totalidade. É aqui que a teoria do *valor* parece tomar a dimensão que Saussure realmente queria ressaltar: “**o que haja de ideia ou de matéria fônica num signo importa menos do que [aquilo que] existe ao redor dele nos outros signos**” (*CLG*, p. 167-8, grifo nosso). A verdadeira natureza das unidades linguísticas ultrapassa sua identidade conceitual ou material.

O que se revela, não ao olhar desprezioso do usuário da língua, afinal as entidades da língua “não se apresentam por si mesmas à nossa observação”, mas, ao olhar do linguista, é que, na língua, “todos os termos são solidários e o valor de um resulta somente da presença simultânea de outros” (*CLG*, p. 161). Assim como para Platão, “cada coisa é idêntica a ela mesma, mas ela também é diferente (ou “outra”) das outras” (CORDERO, 1993, p. 60), para Saussure, “o mecanismo linguístico gira todo ele sobre identidades e diferenças, não sendo estas mais que a contraparte daquelas” (*CLG*, p. 154).

Ora, trata-se mais uma vez de reconhecer que “a língua [...] não pede mais que a diferença” (*CLG*, p. 166). Ou melhor, “que *na língua só existem diferenças*” (p. 167). O que Saussure ressalta com essas afirmações é que o mais importante no estudo da língua são as *relações*, as *combinações* entre os elementos que a compõem e o *valor* decorrente dessas relações, pois, “assim como o jogo de xadrez está todo inteiro na combinação das diferentes peças, também a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas” (Id., p. 152).

Cabe, por fim, determinar como funcionam as relações que fundamentam o mecanismo da língua. Segundo Saussure, “as relações e as diferenças entre termos linguísticos se desenvolvem em duas esferas distintas” (*CLG*, p. 171): estamos adentrando na especificidade das relações sintagmáticas e associativas.

As relações sintagmáticas se estabelecem a partir do encadeamento dos termos no discurso. Em razão do caráter linear da língua, os termos se combinam e “se alinham um após o outro”, recebendo o nome de *sintagmas*:

O sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas (por exemplo: *re-ler, contra todos; a vida humana; Deus é bom; se fizer bom tempo, sairemos* etc.). Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos (*CLG*, p. 171-2).

A noção de sintagma, tal como colocada no *CLG*, suscita uma certa dúvida quanto à sua inserção no domínio da língua, uma vez que a frase, “tipo por excelência de sintagma” pertence à fala. É uma questão que permanece em aberto. No entanto, uma resposta parece aflorar na continuidade da argumentação. A sintagmatização ocorre na linearidade da fala, pela escolha do sujeito falante, mas sujeita às regras impostas pela língua: “cumpre atribuir à língua, e não à fala, todos os tipos de sintagmas construídos sobre formas regulares” (*CLG*, p. 173). Sem dúvida, uma referência à analogia. De qualquer maneira, essa questão foge por demais ao nosso tema.

A questão que se impõe aqui é que, nas relações sintagmáticas “o todo vale pelas suas partes, as partes valem também em virtude de seu lugar no todo” (*CLG*, p. 177), de modo que os agrupamentos sintáticos se constituem com base em “um vínculo de interdependência³⁶; eles se condicionam reciprocamente” (*Id.*, p. 177). É o princípio da *alteridade* platônica que, mais uma vez, se sobressai. Princípio que também se destaca nas relações associativas.

As relações associativas evocam elementos ausentes do discurso, se estabelecem na memória e “fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” (*CLG*, p. 172). “Uma palavra qualquer pode sempre evocar tudo quanto seja suscetível de ser-lhe associado de uma maneira ou de outra” (p. 175), ou seja, diferentes aspectos do signo podem produzir uma série de relações entre significados ou entre significantes. É o que sugere a figura da página 175 do *CLG*: a palavra *ensinamento* surge “como o centro de uma constelação”, da qual irradiam termos, de “número indefinido” e de “ordem indeterminada”, que se associam em razão de identidade lexical (*ensinar, ensinemos*) ou conceitual (*aprendizagem, educação*), como também, termos que se associam à identidade do significante (*elemento, desfiguramento, lento, armamento*).

Finalmente, é o conjunto das relações sintagmáticas e associativas que constitui e determina o mecanismo da língua. São essas relações de “solidariedade recíproca” (*CLG*, p. 177) que conferem sentido à língua. O valor de um signo é determinado a partir do funcionamento simultâneo dessas duas formas de relação. É o laço que une um signo a outro que constitui seu valor e que faz dele um signo. É na interseção do eixo associativo com o eixo sintagmático que invocamos “todo um sistema latente, graças ao qual se obtêm as oposições necessárias à constituição do signo” (*Id.*, p. 179). Segundo Ducrot (1987), trata-se, afinal, da “ideia, evidente desde que nos disponhamos a considerá-la, de que um objeto só pode ser

³⁶ Veremos, na próxima seção, que Ducrot dá um tratamento especial à noção de *interdependência*.

descrito em relação a outros objetos, e que não há, se tomarmos as palavras ao pé da letra, nenhum sentido em visualizá-lo ‘em si mesmo’” (p. 67).

E, assim, fechamos nossa reconstituição sobre a argumentação desenvolvida por Saussure, ao longo da segunda parte do *CLG*, tendo como foco a teoria do *valor*. Nessa perspectiva, “o *valor* de uma palavra – ou seja, sua realidade linguística – é o que a opõe às outras palavras. Indo mais longe, é a de se opor às outras. Seu ser é ser outro” (DUCROT, 2009a, p. 11).

3.4 NEGATIVIDADE E DIFERENÇA

Nesta subseção, faremos algumas observações sobre a primeira parte dos manuscritos dos *ELG*, intitulada “Sobre a essência dupla da linguagem”, que compreende anotações para um livro jamais concluído por Saussure. O que nos leva a tratar especialmente desses manuscritos é a insistência, a repetição com que Saussure aborda questões que considera fundamentais para o trabalho do linguista. Repetição que, como observa Arrivé (2010), “é inseparável da reflexão saussuriana, [...] é um traço absolutamente constante da meditação de Saussure”. Repetição que surge como efeito da singularidade (ou complexidade) do objeto que se pretende descrever, como também das incessantes interrogações que ocupam a reflexão do linguista na medida em que aprofunda sua experiência e amplia seu olhar.

E o que vemos se repetir ao longo do texto são as sistemáticas observações de Saussure com relação à natureza *diferencial*, opositiva da língua. Entre as primeiras observações, o linguista enfatiza que “é errado (e impraticável) opor a *forma* e o *sentido*. O que é certo, em troca, é opor a *figura vocal*, de um lado, e a *forma-sentido* de outro” (*ELG*, p. 21). Com essa afirmação, Saussure aponta para um lado “material” da linguagem, que se confunde com os sons, em oposição a um lado puramente psíquico, abstrato. Orienta-nos, desse modo, para a necessidade de compreender a língua como uma entidade puramente abstrata, cujas unidades se constituem de uma “forma” e de um “sentido”. Elementos de natureza distinta, mas que são indissociáveis, configurando-se, assim, como as primeiras formulações daquilo que Saussure denominará, já no final da vida, de *significante* e *significado*.

Utilizando-se de uma estratégia bem conhecida de seus leitores, Saussure compara o objeto de análise do linguista com a mistura do azoto (nitrogênio) com o oxigênio no ar que

respiramos: “Os dois elementos do ar estão na ordem material e os dois elementos da palavra estão, reciprocamente, na ordem espiritual; nosso ponto de vista constante será dizer que, não apenas a significação, mas também o signo, é um puro fato de consciência” (ELG, p. 22).

Da natureza abstrata da língua, surgem as dificuldades de determinar o que constitui uma “unidade” ou “identidade” linguística passível de descrição, “uma *identidade linguística* que tem de absolutamente particular implicar a associação de dois elementos heterogêneos” (ELG, p. 21). E é precisamente diante dessa “tarefa absurda que é preciso que o linguista entenda que está, de repente e antes de tudo, colocado” (Id. p. 22), na busca do “princípio primeiro e último dessa dualidade incessante” (Id, p. 21).

Diante da “operação extremamente difícil e delicada da *definição das unidades*” (ELG, p. 29), o linguista precisa compreender que a natureza essencialmente dupla do objeto que estuda não lhe apresenta “seres (ou quantidades) determinados em si mesmos sobre os quais se opera, *depois*, uma generalização. Mas há, ANTES DE TUDO, a generalização e nada além dela” (Id. p. 26). Com essa argumentação, Saussure apresenta uma posição epistemológica muito clara, que Normand (2009) resume da seguinte maneira: “Falar do ‘objeto da linguística’, afirmar que é necessário determiná-lo claramente, é dizer que é necessário escolher, ao mesmo tempo, proposições teóricas definidoras e o método que delas decorre” (p. 38).

É da anterioridade do ponto de vista de que mais uma vez falamos. “Como a generalização supõe um *ponto de vista* que serve de critério, as primeiras e mais irredutíveis entidades com que pode se ocupar o linguista já são produto de uma operação latente do espírito” (ELG, p. 26). Precisamos reconhecer que “primordialmente, existem pontos de vista; senão, é simplesmente impossível perceber um fato de linguagem” (Id. p. 23).

Conforme Depecker (2012) enfatiza, nesse esforço de generalização, Saussure tem em vista a elaboração “da língua”, o objeto próprio da linguística construído a partir da abstração de um conjunto de princípios extraídos do estudo das línguas: “*As línguas*, é esse o objeto concreto que se oferece, na superfície do globo, ao linguista. *A língua*, é esse o título que se pode dar ao que o linguista souber tirar de suas observações sobre o conjunto das línguas” (ELG, p. 265).

Nessa perspectiva, as posturas metodológica e epistemológica de Saussure são analisadas por Bulea (2010) de maneira muito precisa. Para a autora, do ponto de vista epistemológico, a posição de Saussure é a de que, mesmo admitindo que a dualidade essencial da língua é uma construção interna, de ordem psíquica, ela não se fundamenta sem a intervenção do social.

Quanto à metodologia de Saussure,

o autor preconiza e adota um método ao mesmo tempo *empirista e indutivo*, ou seja, um método que, em um movimento de ida e volta permanente, combina: a) a observação e a coleta de fatos concretos; b) a elaboração, sobre esta base, de conceitos generalizantes e propostas teóricas; c) o permanente teste destes conceitos, de sua validade, retornando de novo aos dados empíricos (BULEA, 2010, p. 29, tradução nossa).

De acordo com Bulea (2010), Saussure coloca em prática uma “dialética permanente entre a observação de fatos concretos, em suas manifestações sócio-históricas concretas, e a abstração de propriedade gerais” (p. 29). Esse constante vai e vem metodológico é, segundo Cirne-Lima (2006) próprio da *práxis* científica inaugurada pela Filosofia clássica. “Toda ciência, também a Filosofia, tem um caminho que sobe e um caminho que desce. Platão chamava esses movimentos que a ciência faz em seu percurso *anábasis* e *katábasis*” (p. 11). O caminho ascendente é aquele que leva o cientista da multiplicidade desordenada dos fatos concretos para encontrar, neles, um princípio de ordem, uma teoria³⁷ que, “sendo mais simples e mais universal, unifica a multiplicidade dos fatos numa unidade” (ibidem. p. 11).

No entanto, é preciso garantir que a unidade do princípio de ordem possa explicar a multiplicidade dos fatos. O caminho para baixo é também essencial, pois é aquele que permite compreender muito melhor o singular, “porque o vê sobre o horizonte do universal” (Ib., p. 13). Esse quadro epistêmico-metodológico sintetiza, de certa forma, a dimensão do esforço de Saussure para o estabelecimento de critérios científicos sólidos para a atividade linguística. É nesse caminho que Saussure insiste: “em linguística, é preciso *começar generalizando* para se obter qualquer coisa” (ELG, p. 34). E é em razão desse princípio que ele postula que “a identidade precede a entidade” (Id. p. 34).

Para Saussure, a *identidade* linguística (também chamada *identidade* morfológica) é “uma noção excessivamente complexa” (ELG, p. 33) que se estabelece entre dois termos de natureza variável. A noção de *identidade* será, portanto, “a base necessária, a que serve de base absoluta: é só por ela e com relação a ela que se chega a determinar, depois, as entidades de cada ordem, os termos primeiros que o linguista pode, legitimamente, acreditar ter diante de si” (Id. p. 34). Contudo, Saussure observa que não há nenhuma outra *identidade* além da “identidade de uma forma na identidade de seus empregos (ou a identidade de uma ideia na identidade de sua representação)” (Id. p. 33).

A consequência metodológica dessa formulação é que, se a *identidade* precede a

³⁷ Cirne-Lima (2006, p. 13) nos ensina que teoria (*theorein*) significa, em grego, olhar bem.

unidade e se as *identidades* são essencialmente *diferenciais*, *relativas* ou *negativas*, como reitera Saussure, as *unidades* linguísticas (ou *entidades*) também o são. De modo que “é preciso partir do sistema e, por consequência, deixar de isolar as unidades, uma vez que elas só têm realidade linguística na forma de relações” (NORMAND, 2009, p. 91):

Para compreender a verdadeira natureza das unidades linguísticas, é necessário parar de querer isolar formas que seriam observáveis em si e admitir que elas não podem ser apreendidas senão em suas relações com outras, que elas só existem, do ponto de vista linguístico, nessas relações (NORMAND, 2009, p. 77).

Retomando o capítulo III do *CLG*, Saussure trata das noções de identidade, realidade, unidade e valor na perspectiva de que elas se confundem mutuamente. É assim que “ao termo unidade – que implica sempre a possibilidade de isolar elementos – e ao termo entidade – que denota uma interrogação filosófica – preferir-se-á, pois, valor, que supõe a existência de uma relação” (NORMAND, 2009, p. 79). Saussure reconhece que “*valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, **a essência do fato**, que é também **a essência da língua**, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores* (*ELG*, p. 30, grifos nossos).

Partir do sistema, portanto, é a tarefa que se impõe. Mas, se voltarmos ao início desta subseção, veremos que Saussure faz o caminho inverso. Ele parte do signo, enfatizando sua natureza *diferencial*, seu “valor *puramente*, (...) essencialmente, eternamente NEGATIVO” (*ELG*, p. 47) e chega à noção de sistema. Nesse percurso, Saussure adverte que o estudo de uma língua como sistema, se resume, “no estudo do *emprego das formas* ou no da *representação das ideias*. O errado é pensar que há, em algum lugar, *formas* (que existem por si mesmas, fora de seu *emprego*) ou, em algum lugar, *ideias* (que existem por si mesmas, fora de sua *representação*)” (*ELG*, p. 32).

Todo o esforço de abstração, de generalização empreendido pelo mestre genebrino, consiste em mostrar o reconhecimento do sistema pressuposto no signo. “O sistema linguístico, para Saussure, não é construído pela reunião de elementos preexistentes; não se trata de ordenar um inventário dado em desordem, de ajustar as peças de um quebra-cabeças. A descoberta dos elementos e a do sistema constituem uma única tarefa” (DUCROT, 1970, p. 66).

Contudo, a abstração, como vimos, pressupõe a observação. Então, nos perguntamos, onde estão as realidades observáveis? Evidentemente que as identidades observáveis estão no discurso, na “fala efetiva”. Essa é uma questão temerária para Saussure. “No caminho que desce”, como encontrar a unidade, a identidade na diversidade de atos de fala? Segundo Ducrot

(1970), Saussure mostra frequentemente “o quanto é difícil provar que a mesma unidade esteja presente em dois atos de fala diferentes” (p. 66): “Quando eu abro duas vezes, três vezes, quinhentas vezes, a boca, para pronunciar *aka*, a questão de saber se o que pronuncio pode ser considerado idêntico ou não-idêntico depende de um exame” (ELG, p. 33).

O exame elaborado por Saussure o conduz à certeza de que os “fatos de fala, tomados em si mesmos, que por si sós certamente são *concretos*, se veem condenados a não significar absolutamente nada, a não ser por sua identidade ou não-identidade”. Aqui, mais uma vez, Saussure retoma a noção de *valor*, e encontramos a formulação dos conceitos de “fala efetiva” e “fala potencial”, formulações que nos permitem antever as noções de valor *in absentia* e valor *in praesentia*: “Nós denominamos *sintagma* a fala efetiva, [...] Por oposição à *parallélie* ou fala potencial, ou coletividade de elementos concebidos e associados pelo espírito, ou regime no qual um elemento leva uma existência em meio a outros elementos possíveis” (ELG, p. 58).

É o estatuto das noções de *relação*, *negatividade* e *diferença* que vemos, portanto, Saussure eleger como aspecto primordial, fundamental para se apreender a verdadeira essência do fenômeno linguístico. “Fundamentalmente, a língua repousa sobre diferenças” (ELG, p. 66), embora deva-se reconhecer que “(...) jamais se compreenderá o suficiente da essência puramente negativa, puramente *diferencial*, de cada um dos elementos da linguagem, aos quais atribuímos, precipitadamente, uma existência” (Id. p. 61). É assim que Saussure se encontra com Platão, cuja filosofia se encontra com Hegel, para quem: “o que existe primeiro são as relações com seus dois ou mais polos. A relação é o que realmente subsiste, e é somente porque a relação existe que os polos da relação também existem” (CIRNE-LIMA, 2006, p. 86).

3.5 SAUSSURE: LEITOR DE PLATÃO

Com base na argumentação desenvolvida até aqui, será que podemos afirmar que Saussure foi leitor de Platão? Sem dúvida, é uma afirmação muito arriscada de se fazer. Até o presente momento, pelo que sabemos, não foi encontrada nenhuma referência explícita de Saussure ao filósofo de Atenas. De qualquer modo, não é nossa intenção provar que Saussure leu os textos platônicos. Deixamos a responsabilidade por tal afirmação a cargo de Ducrot.

Contentamo-nos em estabelecer uma relação epistemológica entre a linguística saussuriana e a filosofia de Platão. Relação que nos parece evidente quando confrontamos os

textos dos dois pensadores. Assim, se não podemos assegurar que a influência da *alteridade* na obra saussuriana se deve à expressa leitura dos diálogos platônicos, também não podemos negar sua presença. Seja de maneira direta ou mediante a leitura de outros filósofos, a similaridade que se revela em suas obras não deixa dúvida quanto a uma explícita influência teórica.

Há que se destacar, entretanto, que Saussure constrói uma teoria puramente linguística, que elege a língua como objeto de análise. Muito diferente é o caso de Platão, que desenvolve uma filosofia onto-epistemológica, voltada à constituição da realidade e aos meios cognitivos de acessá-la diretamente. Nessa empreitada, Platão depara-se com a linguagem e com a necessidade de estudá-la, sem perder de vista seus objetivos. Por isso, Platão se apoia numa concepção referencialista da língua, a qual ganha sentido referindo-se a elementos exteriores: o *ser* é anterior ao discurso. Concepção que, no âmbito da linguística, foi superada por Saussure e “estilhaçada” por Ducrot.

Mas, a despeito das semelhanças já destacadas nas páginas precedentes, há que se mencionar outros aspectos que aproximam o pensamento de Saussure ao de Platão. Por exemplo, tanto de um quanto de outro é possível afirmar que se valem do pressuposto da *inseparabilidade* do método e do objeto de estudo.

Com relação a Saussure, ao tratar do objeto da linguística e, por conseguinte, da definição de língua, é famosa a afirmação, no *CLG*, de que “é o ponto de vista que cria o objeto” (p. 39). Nos *ELG*, essa preocupação surge com mais intensidade, “porque não há o menor traço de *fato linguístico*, nem a menor possibilidade de perceber ou de determinar um fato linguístico fora da adoção anterior de um ponto de vista” (p. 27). Há, ainda, outras passagens em que Saussure demonstra a constante reflexão sobre a importância das concepções teóricas que permeiam a construção do objeto:

Em linguística, pode-se perguntar se o **ponto de vista** do qual se vê a coisa não é a coisa toda e, por conseguinte, definitivamente, se partimos, em um único ponto, de alguma coisa de concreto ou se jamais houve alguma coisa além de nossos **pontos de vista** indefinidamente multiplicáveis (*ELG*, p. 63, grifos nossos).

Podemos afirmar o mesmo no que se refere ao método dialético empregado por Platão, uma vez que “a pretensão de verdade de uma filosofia funda-se no método, isto é, no modo de conhecer e de dizer e na medida em que o dizer e o conhecer operam uma referência radical a um sentido de realidade” (PAVIANI, 1997, p. 938-9). É nesse sentido que o objeto reflete o método. A perspectiva dualista, por exemplo, é resultado das construções teórico-metodológicas de ambos os pensadores.

Como vimos, o dualismo que caracteriza as formulações teóricas de Platão foi, de certa forma, mal interpretado por muitos filósofos e comentaristas de sua obra. O mesmo podemos dizer sobre as dualidades propostas por Saussure. Dualidades que representam categorias indissociáveis, inseparáveis, mas, por motivos metodológicos (e também pedagógicos), são analisadas separadamente. Trata-se de metodologia análoga à empreendida por Platão, para quem: “pensar é primeiramente *separar*, dissociar, reconhecer uma coisa como não sendo as outras realidades. Filosofar é reconhecer o contorno de um conhecimento na medida em que não é um outro. [...] Para Platão, pensar é separar antes de ligar” (RICOEUR, 2014, p. 16).

Ocorre que as dualidades saussurianas foram vistas, muitas das vezes, como dicotomias. Ora, dualidade implica *coexistência*, *comunhão*, enquanto que dicotomia sugere *divisão*, *separação*, *contrariedade*. É evidente que se trata de sentidos muito diferentes. Aliás, é difícil saber exatamente quando se começou a falar em dicotomias, mas é improvável que Saussure tenha utilizado este termo. Por outro lado, o termo *dualidade* aparece diversas vezes nos *ELG*, e também o encontramos no *CLG* (p. 40).

Como já dissemos, o dualismo proposto por Saussure configura-se numa abordagem metodológica, e remete apenas à distinção entre dois elementos (língua e fala, sincronia e diacronia, significado e significante) e não à separação absoluta entre elementos impermeáveis. Talvez, como sugere Bulea (2010), a interpretação equivocada e reducionista da obra de Saussure deva-se à distância temporal que separa a publicação do *CLG*, em 1916, do progressivo surgimento das anotações do mestre genebrino e de seus alunos no final dos anos 1950. Esse intervalo coincide com o advento da corrente estruturalista, que se desenvolve sobre a base do *CLG* e “não sobre a base de um conhecimento real e íntegro da obra de Saussure”³⁸ (p. 26, tradução nossa).

Nas palavras de Bagno (2011), “as dicotomias de inspiração platônica também exerceram sua pesada influência sobre os estudos da linguagem” (p. 43). Na opinião do autor, com a divulgação de ideias atribuídas a Saussure, no início do século XX, foram criadas as bases da escola teórica que passaria a se chamar estruturalismo e que também optou “pelas dicotomias, todas de inspiração nitidamente platônica, uma vez que em cada par havia uma entidade concreta/empírica/perceptível, oposta a uma entidade abstrata/dedutível/idealizável” (p. 45).

Nessa análise crítica, Bagno resume a influência do platonismo na linguagem a partir de interpretações equivocadas sobre o dualismo presente na filosofia de Platão e aquele da

³⁸ “no sobre la base de un conocimiento real e íntegro de la obra de Saussure” (BULEA, 2010, p. 26).

linguística saussuriana. De fato, não há como negar a existência e repercussão dessas deturpações, mas não podemos reduzir o pensamento de dois grandes filósofos a elas.

Podemos aventar outros pontos que aproximam Saussure a Platão. Por exemplo, o caráter “pedagógico” de suas formulações. Ambos os autores, por motivos diferentes, estavam empenhados em mostrar o que fazem o linguista e o filósofo, respectivamente. Platão preocupava-se com os sofistas e seus “falsos discursos”. Um filósofo não poderia proceder do mesmo modo. Saussure, por sua vez, estava profundamente insatisfeito com a linguística de seu tempo: “Como entender o extremo mal-entendido que domina as reflexões sobre a linguagem?” (*ELG*, p. 41). Lição que nos deixam: é preciso estar atento sobre o que se faz, refletir, ir além.

Mas, não podemos finalizar esta seção sem chamar a atenção para dois textos que se comunicam de maneira surpreendente. Segundo Adam (2011), a “Nota sobre o discurso”, encontrada nos *ELG* (p. 237), começa com uma afirmação que faz do discurso o horizonte da língua e lembra, em certos aspectos, **um texto que Saussure não poderia ignorar:**

No diálogo *O Sofista*, de Platão, o Estrangeiro explica a Teeteto que nomes pronunciados isoladamente, uns após os outros, e verbos enunciados separadamente dos nomes, (...) são incapazes de produzir um discurso (...). Platão funda sua definição do logos-discurso a partir de uma operação próxima da “ligação” e da relação entre conceitos de Saussure (ADAM, 2011, p. 31).

Para evidenciar a semelhança entre os textos, vamos reproduzi-los a seguir, iniciando pelo excerto do *Sofista* mencionado por Adam:

Estrangeiro: (...) o discurso jamais é composto exclusivamente de nomes falados de maneira sucessiva, e tampouco de verbos falados sem nomes.

Teeteto: Não entendo isso.

[...]

Estrangeiro: Por exemplo, *caminha, corre, dorme* e outros verbos que indicam ações: mesmo que alguém dissesse todos sucessivamente, isto não constituiria um discurso.

Teeteto: Claro que não.

Estrangeiro: Do mesmo modo, se alguém dissesse *leão, cervo, cavalo*, e todos os demais nomes dos que executam ações, essa sequência de palavras não constituiria um discurso, pois em nenhum desses casos as palavras proferidas indicarão ação ou inação, ou o ser de alguma coisa que é ou não é, enquanto essa pessoa não combinar os verbos com os nomes. Feito isso, haverá entrelaçamento das palavras, e sua primeira combinação é uma sentença, surgindo, suponho, o discurso na sua forma simples e mais curta (*Sofista*, 262a-c).

Vejamos agora o inteiro teor da “Nota sobre o discurso” de Saussure:

A língua só é criada em vista do discurso, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua *entra em ação como discurso?*

Os vários conceitos estão ali, prontos na língua (ou seja, revestidos de uma forma linguística), como *boeuf, lac, ciel, fort, rouge, triste, cinq, fendre, voir*. Em que momento ou em virtude de que operação, de que *jogo* que se estabelece entre eles, de que condições, esses conceitos formarão o DISCURSO?

A sequência dessas palavras, por mais rica que seja, pelas ideias que evoca, não indicará jamais, para um indivíduo humano, que um outro indivíduo, ao pronunciá-las, quer lhe comunicar³⁹ alguma coisa. O que é preciso para que tenhamos a ideia de que se quer comunicar alguma coisa usando termos que estão disponíveis na língua? É uma questão igual a de saber o que é o *discurso*, sendo que, à primeira vista, a resposta é simples: o discurso consiste, quer seja de maneira rudimentar e por vias que ignoramos, em afirmar uma ligação entre dois dos conceitos que se apresentam revestidos da forma linguística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento (*ELG*, p. 237).

Percebemos em ambos os textos a reflexão em torno da constituição do discurso. Ambos apontam para a necessidade de combinar as palavras e, a partir dessa operação, provê-las de sentido e permitir a construção de uma estrutura mínima que possa ser identificada como um discurso. Partindo da distinção entre nomes e verbos, Platão evoca o processo do que hoje denominamos “predicação”⁴⁰. Saussure, por sua vez, está preocupado com a relação entre língua e discurso, buscando identificar a “operação que permite abstrair o sistema da língua a partir dos fatos de discurso”⁴¹ (ADAM, 2011, p. 34).

De qualquer maneira, independentemente das intenções dos autores, fica muito evidente a proximidade entre os textos. Proximidade que talvez não fosse aventada sem que Ducrot a tivesse reconhecido. Filósofo de formação e familiarizado com a filosofia de Platão, Ducrot percebeu, na teoria do *valor linguístico*, o papel constitutivo da *alteridade*, tal como foi apresentada no diálogo *Sofista*:

Se o Movimento é diferente do Repouso, não é porque o Movimento possui em si mesmo tal ou qual característica positiva que podemos perceber quando o consideramos isoladamente, característica que se revelaria diferente daquelas, igualmente positivas, que possui o Repouso. Ao contrário, a diferença entre o Movimento e o Repouso é constitutiva dessas mesmas noções. O Movimento é aquilo que ele é, pelo fato de que ele é outro, diferente do Repouso, do Mesmo...etc. (DUCROT, 2009a, p. 10).

³⁹ O texto original em francês registra o termo *significar*, e não *comunicar* como consta na tradução.

⁴⁰ Para uma proposta de análise semântico-argumentativa da predicação *ver* as Conferências 5, 6 e 7 de autoria de Marion Carel que compõem a obra intitulada *La Semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos* (Cf. referências bibliográficas).

⁴¹ Para uma análise diferente da proposta por Adam, *ver* o capítulo do livro *Saussure: a invenção da linguística* intitulado “Do signo ao discurso: a complexa natureza da linguagem” de Leci Borges Barbisan (Cf. referências bibliográficas).

Essa percepção, de certo modo, foi o que permitiu a Ducrot desenvolver uma teoria linguística que hoje conhecemos como *Semântica Argumentativa*. Foi a noção de *valor*, fundamentada na *alteridade*, que o lançou na pesquisa linguística e, desde então, vem norteando todo o seu trabalho em semântica⁴². A ideia de dar à *alteridade* um valor constitutivo direcionou o olhar de Ducrot, permitindo-lhe levar a noção de *valor linguístico* para o uso efetivo da língua, demonstrando que o *valor argumentativo* de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso.

Assim, a ideia central da semântica linguística, desenvolvida por Ducrot e colaboradores, é a de que o emprego de uma palavra faz possível ou impossível uma certa continuação do discurso e o *valor argumentativo* dessa palavra é, justamente, o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina.

A teoria da polifonia de Ducrot também funda o sentido sobre a *alteridade*, na medida em que “o sentido de um enunciado descreve a enunciação como uma espécie de diálogo cristalizado, em que várias vozes se entrecrocaram” (DUCROT, 1987, p. 9). Dessa forma, acreditamos que a Semântica Argumentativa se constitui a partir de um diálogo interdisciplinar, entrelaçando a alteridade platônica ao estruturalismo de Saussure e desenvolvendo o que Ducrot (2009a) chama de “platonismo saussuriano” (p. 11).

⁴² Ver DUCROT, Oswald. La Sémantique Argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In SAUSSURE, Louis de (org.). *Nouveaux regards sur Saussure*. Genebra: Librairie Droz S. A., 2006.

4 SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA: O PLATONISMO SAUSSURIANO

(...) porque a verdadeira caverna, aquela que nos proíbe a relação com a realidade, aquela que nos obriga a viver no meio das sombras, é, para mim, a linguagem.

O. Ducrot (2009b, p. 25).

Até a presente seção, procuramos aproximar dois empreendimentos teóricos que se distinguem em muitos aspectos. De um lado, no domínio filosófico, a *alteridade* de Platão, noção fundamental para a compreensão da filosofia platônica, desenvolvida no *Sofista*, diálogo da maturidade do pensador grego, concebida para solucionar aporias e resolver problemas, até então, sem resposta. De outro lado, no campo linguístico, inaugurando uma nova ciência, erigindo as bases do estruturalismo e influenciando todo o fazer científico no âmbito da linguagem e das ciências humanas e sociais ao longo do século XX, a noção saussuriana de *valor*, construída a partir de uma série de dificuldades de identificação e delimitação das unidades linguísticas, fruto de uma concepção teórico-metodológica que vê a língua como um sistema autônomo.

Ambas as noções estão na base de discursos formadores. Com efeito, a filosofia platônica e a linguística saussuriana estendem suas formulações a uma infinidade de teorias, alimentando a reflexão de diversos autores. Teorias que surgem em continuidade às proposições aventadas, inovando-as, aprimorando-as ou, por outro lado, a elas se opondo diretamente, apontando equívocos, buscando novas respostas, imprimindo novas perguntas. Ambos os discursos estão marcados indelevelmente na história do pensamento ocidental.

E na convergência desses discursos, encontramos Oswald Ducrot⁴³. Filósofo e linguista que soube divisar, em ambos, um princípio essencial. Um princípio que Ducrot aplica de maneira sistemática em suas formulações teóricas, dando à *alteridade*, no domínio linguístico, um valor constitutivo, e levando a noção de *valor linguístico* para o uso efetivo da língua. Por isso, podemos afirmar que “a Semântica Argumentativa assume como sua fundamentação

⁴³ Para uma bibliografia completa dos trabalhos de Ducrot, ver Biglari, A. (2013, p. 67-76), (Cf. referências bibliográficas).

filosófica a noção de *alteridade* concebida por Platão, trazida para o estudo da linguagem por Saussure” (BARBISAN, 2013b, p. 20, grifo da autora).

A Semântica Argumentativa ou Teoria da Argumentação na Língua (ADL) foi criada na França, por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe e, atualmente, continua a ser desenvolvida por Ducrot e Marion Carel sob o nome de Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Trata-se de uma semântica linguística “que se propõe a explicar o sentido construído pelo linguístico no uso da língua” (BARBISAN *et al.*, 2010, p. 198). Com isso, entende-se que o sentido das entidades linguísticas não pode ser definido tomando-as isoladamente. É preciso outras entidades” (ibidem, p. 198).

Evidentemente, uma teoria com a complexidade da Semântica Argumentativa, que vem sendo desenvolvida ao longo de décadas, dispõe de uma série de conceitos importantes, que devem ser considerados para uma compreensão mais aprofundada sobre seus fundamentos teóricos⁴⁴. Contudo, tendo em vista a limitação e os objetivos desta dissertação, não poderemos apresentá-los com o detalhamento apropriado. Destacaremos apenas alguns conceitos, (cunhados a partir de critérios teórico-metodológicos muito bem definidos) que, em nossa percepção, podem ser relacionados à noção saussuriana de *valor* e, por conseguinte, à *alteridade* platônica. Nossa intenção, nesta última seção, é descrever a Semântica Argumentativa como uma síntese (ou seria um intervalo⁴⁵?) do diálogo entre dois grandes debatedores: Platão e Saussure.

É assim que, nas páginas que se seguem, tentaremos mostrar que a filiação da semântica linguística ao estruturalismo saussuriano se baseia no princípio da *alteridade* que Ducrot encontrou ao ler o capítulo sobre o *valor linguístico* no *CLG*. Da mesma maneira, as primeiras formulações de Ducrot, como, por exemplo, a noção de *pressuposição*, já revelam a preocupação do autor em demonstrar que a relação argumentativa está marcada na língua. É a *relação* entre os signos que os constitui, na medida em que refletem a estrutura (*inter*)subjativa da língua que é, por sua vez, “o lugar onde os indivíduos se confrontam” (DUCROT, 2009a, p. 11). Nesta seção, também vamos analisar a noção de *valor argumentativo*, a polifonia linguística e a Teoria dos Blocos Semânticos.

⁴⁴ Para uma apresentação detalhada da teoria, com indicações bibliográficas relevantes, ver Barbisan (2013b), (Cf. referências bibliográficas).

⁴⁵ Considerando as subversões propostas por Ducrot (2009a, p. 15) a respeito do conceito de *intervalo*.

4.1 ESTRUTURALISMO SEMÂNTICO

Segundo Carel e Ducrot (2005), a Semântica Argumentativa é uma aplicação do estruturalismo saussuriano à semântica linguística na medida em que, para Saussure, o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua. A perspectiva estruturalista que Saussure introduz no estudo linguístico concebe a língua como um sistema de signos. O significado de um signo não está constituído por coisas ou por ideias, mas pelas relações do signo com outros signos: sua ordem é puramente linguística.

Partindo da premissa saussuriana de que o significado de um signo consiste nas relações entre signos, Ducrot constrói “uma teoria semântica que toma como objeto de estudo a *língua*, na qual vê o valor expresso por relações sintagmáticas, *in praesentia*, por meio de encadeamentos denominados *argumentações*” (BARBISAN, 2013a, p. 168). As *relações argumentativas* são aquelas consideradas semanticamente pertinentes para a descrição e explicação do funcionamento linguístico. “A argumentação não se agrega ao sentido, mas constitui o sentido” (CAREL e DUCROT, 2005, p. 13). A argumentação é de ordem estritamente linguística, e é por isso que Ducrot enfatiza que a argumentação está *na* língua.

A filiação ao estruturalismo saussuriano é reiteradamente confirmada por Ducrot em seus estudos. Na edição brasileira de *Dire et ne pas dire* (1972), *Princípios da semântica linguística: dizer e não dizer* (1977), anterior, portanto, à publicação de *l'Argumentation dans la langue* (1983), encontramos o capítulo intitulado “Estruturalismo e enunciação”, no qual Ducrot afirma que “a semântica linguística deve ser estrutural” (p. 294), admitindo-se uma “independência”, um “primado da língua” e, assim, justificando-se que se definam as entidades tratadas “umas em relação às outras” (p. 296). É nesse texto, retomado com pequenas modificações no capítulo IV “Estruturalismo, enunciação e semântica” do livro *O dizer e o dito* (1987), que encontramos, pela primeira vez, uma associação explícita entre o estruturalismo e a *alteridade*: “Num texto do *Sofista*, em que passa em revista as ‘categorias fundamentais’ da realidade – o Movimento, o Repouso, o Mesmo, o Ser e o Outro – Platão mostra que o Outro tem um estatuto particular, pois não se situa ao lado das categorias precedentes, mas nelas” (p. 67).

Em resposta a perguntas que marcaram o encerramento do seminário ministrado na *Universidad del Valle* em Cali (Colômbia, 1988), e que foram transcritas, como anexo, no livro *Polifonia y argumentación* (1990), Ducrot afirma:

O princípio saussuriano que me tem sido mais útil e que trato de respeitar ao longo de todo o meu trabalho é a oposição: *língua*, vista como objeto teórico construído, e *fala*, vista como um conjunto de dados observáveis. [...]. Outro tema saussuriano muito importante para mim, é a ideia segundo a qual na língua só existem relações, a relação preexiste ao termo. Essa ideia – bastante misteriosa, há que se reconhecer – está na base da teoria da argumentação (p. 183, grifos do autor)⁴⁶.

Ainda, no conjunto de conferências que compõem a obra *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos* (2005), Ducrot enfatiza que a Semântica Argumentativa busca levar as ideias de Saussure até “suas últimas consequências” (p. 29). E, finalmente, no artigo *La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure?* (2006), Ducrot responde afirmativamente à pergunta-título, sobretudo no que se refere à noção saussuriana de *valor*. Entre tantos outros que poderíamos mencionar, os exemplos que se seguiram nos permitem evidenciar, desde as primeiras reflexões até a atualidade, a vinculação da semântica argumentativa ao estruturalismo saussuriano⁴⁷.

No marco do desenvolvimento da Semântica Argumentativa, não deixa de ser surpreendente que, até 1965, conforme revela em entrevista concedida ao semiótico Amir Biglari (2013)⁴⁸, Ducrot não tinha conhecimento sobre o Estruturalismo, ignorando completamente a existência de Saussure⁴⁹. Contudo, apenas três anos depois, em 1968, publica o ensaio “*Le Structuralisme en Linguistique*”⁵⁰, na obra coletiva *Qu’est-ce que le structuralisme?*.

⁴⁶ “*El principio saussuriano que me ha sido más útil y que trato de respetar a través de todo mi trabajo es la oposición: lengua, vista como objeto teórico contruido, y habla, vista como un conjunto de datos observables. [...]. Otro tema saussuriano muy importante para mí, es la idea según la cual en la lengua sólo existen relaciones, la relación preexiste al término. Esta idea – bastante misteriosa, hay que reconocerlo – está a la base de la teoría de la argumentación*”.

⁴⁷ Para uma avaliação mais detalhada sobre a filiação da Semântica Argumentativa a conceitos saussurianos, ver BARBISAN, Leci Borges. A presença de Saussure na Teoria da Argumentação na Língua de Oswald Ducrot. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 34, jan./jun., 2014, p. 102-110.

⁴⁸ Ver *Les risques du discours: Rencontres avec Oswald Ducrot*. Propos recueillies par Amir Biglari. Éditions Lambert-Lucas, 2013.

⁴⁹ “*J’ai commencé à me tourner vers la linguistique en 1965, parce que je donnais des cours de philosophie dans une classe préparatoire aux écoles de commerce, et qu’il y avait la question du structuralisme au programme. J’ai été amené, pour faire des cours sur le structuralisme, à lire Saussure dont j’ignorais alors complètement l’existence. J’ai été emballé par ce sujet. C’est comme cela que je suis venu à la linguistique, à travers Saussure*” (p. 9).

⁵⁰ Publicado no Brasil, em volume separado, sob o título *Estruturalismo e linguística* (1970) (cf. referências bibliográficas).

Nesse ensaio, Ducrot apresenta uma caracterização do estruturalismo que o acompanhará ao longo de toda sua produção. Ele nos mostra que a noção de estrutura linguística “é tão velha quanto o estudo das línguas” (DUCROT, 1970, p. 24). A originalidade do estruturalismo saussuriano não vem, pois, da introdução da noção de estrutura, mas de sua transformação. “Até o fim do século XIX, os filólogos concordam em definir a língua como a expressão do pensamento” (p. 26), de modo que a própria ordem da frase representa a ordem das ideias que, por sua vez, seriam preexistentes à ação de dizê-las. De acordo com Ducrot, já é possível encontrar, nessa formulação, a percepção de que a língua, “cuja ordem é a réplica fiel da ordem universal” (p. 34) apresenta uma organização própria, arbitrária. Essa percepção configura-se como um dos “primeiros esboços do conceito moderno de estrutura linguística” (p. 34).

O papel de Saussure, segundo Ducrot, não é, portanto, o de ter descoberto esse tema, mas sim o de o ter reencontrado e, sobretudo, ter conseguido instituí-lo como ponto de partida para o trabalho do linguista. Com efeito, encontramos recorrentemente no *CLG* a ideia de que a língua apresenta “esse caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista” (*CLG*, p. 152). Para reconhecê-las, “uma pesquisa inteira se faz necessária [...], a qual constitui a etapa mais difícil e mais decisiva do trabalho de descrição” (DUCROT, 1970, p. 56).

Ao longo do texto, Ducrot enfatiza que o sistema linguístico, tal como Saussure o concebe, “não é construído pela reunião de elementos preexistentes” (p. 66). Pelo contrário, a descoberta dos elementos, a de suas relações mútuas, e, finalmente, a do sistema constituem uma única tarefa. “*Pressupor no elemento o sistema, eis o que constitui, a nosso ver, o contributo próprio de Saussure ao Estruturalismo linguístico*” (p. 56, grifo do autor).

O que devemos entender com essa premissa é “que a relação entre dois termos não se funda jamais nesses termos tomados isoladamente, mas nas relações em que cada um deles intervenha, e que uma classificação linguística deve sempre, para ser justificada, ser posta em relação com outras classificações” (DUCROT, 1970, p. 65). É assim que, no *CLG*, “as dificuldades ligadas à identificação dos elementos linguísticos são evocadas em diversos passos, e sempre para introduzir a noção de *valor*” (p. 68).

Como mencionamos anteriormente, além de projetar Ducrot na pesquisa linguística, a noção de *valor* vem orientando todo o seu trabalho em semântica: “cada vez que eu falava de uma entidade, sempre tentava caracterizá-la pelo valor que permitia declarar essa entidade, como o trem Genebra-Paris de 8h45, idêntica enquanto ela é sempre diferente” (DUCROT,

2006, p. 153)⁵¹. Com a noção de *valor*, Saussure mostra, mais uma vez, que a organização da língua está pressuposta na determinação de seus elementos. “As zonas fônicas e semânticas atribuídas a um signo só terminam, pois, aos olhos do linguista, onde começa o domínio de outro” (DUCROT, 1970, p. 72).

É nessa perspectiva que Saussure fala da ‘limitação negativa’ que os signos exercem uns sobre os outros: a “característica mais exata” de um elemento linguístico “é ser o que os outros não são” (CLG, p. 164). Essa afirmação implica, de acordo com a leitura que Ducrot (1970) faz de Saussure, que a “delimitação de uma unidade impõe então classificá-la com aquelas que, para o som ou para o sentido, constituem suas fronteiras” (p. 73). Trata-se das “séries associativas” definidas por Saussure como o conjunto de palavras que, em razão de sua semelhança, limitam um signo e são, por isso mesmo, indispensáveis à sua determinação.

Isso significa que, “se cada signo só pode ser definido, fundo e forma, pela oposição àqueles que lhe constituem o paradigma, ele é indissociável deles, e isso desde o começo da pesquisa linguística” (DUCROT, 1970, p. 73). Conseqüentemente, não se pode estabelecer o sentido de um signo sem se referir aos demais com os quais forma uma “família associativa”. Além do que, também não se pode “falar de termos numa língua sem admitir, simultaneamente, uma ordem entre esses termos” (ibidem, p. 74). A confrontação com problemas desse gênero, nas palavras de Ducrot, leva o linguista a se perguntar: “que tipo de relação constitui o sistema da língua”?; “que espécie de semelhança pode autorizar classificarem-se duas expressões na mesma categoria ou na mesma série”?; “*em que se fundamenta essa organização*, a fim de encontrar as unidades autênticas” (Ib., p. 78, grifo do autor)?

Possíveis respostas a essas questões surgem a partir de uma prévia definição de língua, “indispensável para isolar, na multidão heterogênea dos fatos observáveis aquilo que constitui ‘o objeto’ diretamente visado pela pesquisa” (Ib., p. 78). Somente serão consideradas pertinentes aquelas relações que se deduzem da definição de língua concebida previamente. Para Ducrot (1977), depois de Saussure, “é comum encontrar-se a declaração de que a função fundamental da língua é a comunicação” (p. 9). Essa concepção nos permitiria ver a língua como “um instrumento utilizado pelos indivíduos para transmitir informações uns aos outros” (DUCROT, 1970, p. 78). Numa tal concepção:

A arbitrariedade linguística, [...] se torna não somente compreensível como quase necessária. É natural, com efeito, que uma porção de redes diferentes possam ser projetadas sobre o universo da significação e servir com a mesma eficácia à orientação

⁵¹ “(...) *chaque fois que je parlais d’une entité, j’ai toujours tenté de la caractériser par la valeur permettant de la déclarer, comme le Genève-Paris de 8h.45, identique alors qu’elle est sans cesse différente*”.

dentro dele; é natural que diferentes caminhos possam conduzir, através da memória, até o mesmo pensamento. A autonomia da língua, que tivera de ser conquistada passo a passo numa linguística da representação, se oferece de imediato numa linguística da comunicação (DUCROT, 1970, p. 80).

A leitura que Ducrot faz de Saussure nos permite entrever a maneira como o linguista genebrino conjuga as noções de signo, valor, relação e arbitrariedade integrando-as em uma nova formulação da noção de *sistema*. É assim que, no sistema autônomo da língua, “cada enunciado tem somente de fornecer pontos de referência, que permitem ‘localizar’ a significação” (DUCROT, 1970, p. 80). A tarefa do linguista é descobrir, “entre todas as manifestações fônicas de que a fala é a ocasião, aquelas que contribuem para orientar o ouvinte no rumo da significação visada pelo falante” (p. 80).

Também é possível vislumbrar, desde já, o olhar do filósofo Ducrot, que vê a noção de *alteridade* aplicada à noção saussuriana de *valor* que, por sua vez, decorre das *relações* que definem a própria essência dos signos: “cada signo é, pois, solidário de todos aqueles que o limitam e que lhe constituem, por tal razão, o paradigma” (ibidem, p. 88). Uma vez admitida essa hipótese, fica evidente que a interpretação que Ducrot propõe se orienta pela *alteridade* de Platão, tomando-a como fundamentação filosófica do estruturalismo saussuriano: “quanto ao estruturalismo, este consiste em tomar essa tese geral [o papel *constitutivo* da alteridade] como aplicável no interior de domínios particulares” (DUCROT, 1987, p. 67).

Na sequência da argumentação, Ducrot (1970) inscreve Hjelmslev e a Glossemática⁵² na esteira da tradição saussuriana. “Para um hjelmsleviano, uma língua, antes de qualquer outra coisa, é uma combinatória, e o objetivo do linguista é descobrir regras de combinação. Uma noção linguística só tem pertinência, portanto, quando exprime certas possibilidades e certas impossibilidades de agrupamento” (p. 106).

Os exemplos trazidos por Ducrot ilustram como a concepção combinatória de língua satisfaz o princípio saussuriano segundo o qual “o elemento só pode ser conhecido a partir da organização de conjunto na qual se integra” (1970, p. 112). O adjetivo será definido pela impossibilidade de constituir, isoladamente ou mesmo acompanhado de um artigo, o “grupo-sujeito” de uma proposição, “ele pressupõe a presença, nesse grupo, de um substantivo” (p. 108). O substantivo, por sua vez, exige a presença de um determinante (artigo, demonstrativo, possessivo) para formar um “grupo-sujeito”. É assim que Hjelmslev estabelece, a partir da simples noção de pressuposição, todo um conjunto de conceitos gramaticais: - o determinante

⁵² Segundo Ducrot, no *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*, “a teoria GLOSSEMÁTICA se apresenta como a explicitação das intuições profundas de Saussure” (2010, p. 31). Para uma apresentação geral da Glossemática, ver o verbete correspondente no referido dicionário (Cf. referências bibliográficas).

pressupõe o substantivo, e é pressuposto por ele; - o substantivo pressupõe o determinante, e é pressuposto por ele e pelo adjetivo; - o adjetivo pressupõe o substantivo (e, por conseguinte, o determinante), e não é pressuposto por nada (cf. DUCROT, 1970, p. 108).

Nesse plano teórico, Ducrot (1970) postula que “as categorias hjelmslevianas não se deixam isolar umas das outras” (p. 112), seria impossível, por exemplo, conceber a classe dos adjetivos sem considerar, ao mesmo tempo, a classe dos substantivos e a do “grupo-sujeito”: “toda a realidade do adjetivo é ter necessidade de um substantivo para constituir um grupo-sujeito” (p. 113). Com base nesse critério, “cada unidade considerada do ponto de vista da combinatória é simplesmente a interseção das relações que a unem às outras unidades da língua. **Não apenas é conhecida pela relação com as outras, mas é feita de sua relação com elas**” (p. 120, grifo nosso).

O sistema combinatório defendido por Hjelmslev, fundamentado na noção de pressuposição, fornece a Ducrot o expediente necessário para uma aplicação puramente semântica à investigação linguística. Dando-lhe por fundamento o conceito de *pressuposição linguística*, tomado de empréstimo ao lógico inglês Strawson, Ducrot dá os primeiros passos para a construção da teoria clássica da argumentação. No entanto, Ducrot está consciente de que “um linguista não pode se contentar em indicar, em um primeiro momento, o valor informativo⁵³ das proposições gramaticais e, após, introduzir uma segunda leitura de natureza pragmática⁵⁴” (FLORES e TEIXEIRA, 2013, p. 63). Um sistema linguístico, sem deixar de constituir um sistema, deve tomar em consideração os fenômenos de enunciação.

Observamos assim que, desde o início, a noção de pressuposição é tratada a partir da convergência de propriedades semânticas e pragmáticas. “É esse o aspecto que me interessa na questão da pressuposição: ele mostra que a atribuição de um valor semântico a um enunciado não pode ser feita sem certas indicações sobre sua eventual utilização” (DUCROT, 1992, p. 214). Para Ducrot, lembramos, a língua é argumentativa, “revela-se um instrumento de ação antes de ser um instrumento de informação” (ibidem, p. 213): “o que procuro fazer é desenvolver uma representação [...] que considera a ação recíproca dos interlocutores como o fato linguístico fundamental. E é no interior dessa representação que fui levado a atribuir um

⁵³ Na época, Ducrot ainda se referia às informações contidas no enunciado (Cf. Ducrot em entrevista a Heronides Moura na revista DELTA, v. 14, n. 1, fev. 1998).

⁵⁴ Ducrot recusa a distinção entre o nível semântico e o nível pragmático: a “pragmática deve estar integrada à semântica e não a ela acrescentada” (FLORES e TEIXEIRA, 2013, p. 63). Ducrot tem muita prudência ao utilizar a palavra *pragmática*, devido a sua polissemia. Para ele, um elemento pragmático é aquele que está relacionado com as relações intersubjetivas e não se refere à descrição da realidade (Cf. DUCROT, 1990, p.63-64).

lugar importante para a pressuposição⁵⁵” (Ib., p. 212).

Da mesma forma que Saussure, Ducrot apresenta a língua como a regra de um jogo que os interlocutores jogam entre si. Justifica-se, assim, a importância dada às relações combinatórias, as quais são constantemente aproveitadas pelos falantes para organizar as relações intersubjetivas no diálogo:

Assim como o jogador de xadrez deve aceitar o campo de possibilidades que cria para ele a manobra do seu adversário, assim também o participante de um diálogo deve tomar a sua conta pelo menos alguns dos pressupostos introduzidos pelas frases a que responde. [...]. Relações intersubjetivas particulares se estabeleceriam então, não somente graças à troca de informações permitida pela língua, mas na própria maneira em que a língua regulamenta essa troca (DUCROT, 1970, p. 132-133).

Para mostrar que certos tipos de relações intersubjetivas dependem essencialmente da língua, Ducrot se refere aos trabalhos de Benveniste que, por sua vez, demonstra que um pronome pessoal como *eu*, por exemplo, “não tem valor a não ser na instância na qual é produzido. [...] a forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que a profere” (BENVENISTE, 2005, p. 279). O emprego da forma pronominal *eu* tem como única condição a situação de discurso, instituindo-se assim, ao mesmo tempo, um *tu* em relação a quem, “no mesmo diálogo em que nos dirigimos a ele, se apresentará, por sua vez, como *eu*” (DUCROT, 1970, p. 124). A significação de certas categorias ou construções linguísticas comportaria, assim, o debate das subjetividades instituído na atividade de fala. “Se, no diálogo, atuo sobre outrem, é por intermédio do que lhe digo” (ibidem, p. 122).

Assim, ao postular que a língua comporta, de uma maneira constitutiva, alusões, indicações referentes ao ato de falar, a semântica desenvolvida por Ducrot se insere no quadro de uma linguística da enunciação, e estabelece que a língua, muito mais do que a expressão ou a comunicação das ideias, está investida de uma outra função: “instituir entre os interlocutores um tipo de relação particular” (ibidem, p. 125), uma relação argumentativa “inscrita nas próprias categorias da linguagem” (Ib., p. 124). É importante ressaltar, contudo, que Ducrot mantém a distinção metodológica entre o fato observável (fala) e o objeto teórico construído para explicá-lo (língua).

Para Ducrot (1987, p. 64), a oposição entre língua e fala, construída por Saussure, contempla duas funções: a primeira delas tem caráter metodológico, com a finalidade de distinguir o *objeto* construído pelo linguista e “suscetível duma definição autônoma” (CLG, p.

⁵⁵ Segundo Guimarães (2015, p. 174), a noção de pressuposição leva Ducrot a considerar que o locutor de um enunciado não é uno.

41), ou seja, a *língua*, e o *dado* ou matéria, isto é, o campo de investigação do linguista, que são os fenômenos da *fala*. A outra função é de natureza material e, por isso mesmo, interior ao dado (a fala) e operando nele uma separação entre duas categorias de fenômenos: aqueles que manifestam diretamente o objeto teórico denominado *língua* (observáveis por introspecção ou por algum estudo distribucional), e aqueles que se manifestam de modo indireto e constituem os *atos de fala* (atos de comunicação efetivamente realizados).

Nesse sentido, a oposição metodológica produz a oposição material, projetando sobre o dado, a fala, elementos do objeto teórico, a língua. É a partir dessa constatação que Ducrot afirma que “o objeto teórico “língua” não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade de fala” (1987, p. 64), reivindicando que a *enunciação* seja introduzida no interior da *frase*.

Em outras palavras, é possível prescrever que “as regras da língua não podem ser formuladas sem se aludir à fala” (DUCROT, 1984, p. 381). Tal afirmação pode parecer contraditória: como conjugar um ato irrepetível, único, a algo invariável, repetível e idêntico nas diferentes realizações? Para resolver essa questão, Ducrot desenvolve um aparato metodológico ao qual ele chama de *método de simulação*. Esse método consiste em organizar a pesquisa de acordo com duas etapas teoricamente sucessivas.

A primeira etapa é empírica e consiste em isolar e em observar certos fenômenos produzidos naturalmente, independentemente do observador. A segunda etapa, por sua vez, consiste em construir ou imaginar uma máquina (material ou abstrata) que possa reproduzir esses fenômenos. A cada etapa correspondem hipóteses distintas: hipóteses “externas” relativas à fase empírica de observação e hipóteses “internas” relativas à própria construção da máquina.

A *hipótese externa* que guia o trabalho de observação é, por conseguinte, a de que “o ato de fala individual se funda num esquema geral da atividade linguística” (DUCROT, 1987, p. 65) em que há uma espécie de confronto entre os sujeitos falantes (*locutor* e *alocutário*), que são capazes de atribuir um *sentido* aos enunciados realizados diante deles. Por outro lado, a *hipótese interna* se baseia na atribuição de uma *significação* vinculada à frase enquanto tal, enquanto construção teórica do linguista, não observável empiricamente, criada unicamente para explicar os efeitos de sentido produzidos quando da sua realização.

Em consequência disso, torna-se legítimo para o linguista introduzir, na própria significação da frase, referências a sua enunciação, “com a condição de que sejam referências ao fato geral da enunciação, e não a esta ou aquela situação de fala” (DUCROT, 1987, p. 60). Assim, o valor semântico (significação) da frase não pode ser definido sem relacioná-lo a sua enunciação.

O que podemos entrever dessa construção metodológica é a introdução da “ideia de um *estruturalismo* semântico, menos fundamentado sobre os conteúdos comunicados do que sobre as *relações intersubjetivas* ligadas à sua comunicação, um estruturalismo do jogo linguístico” (DUCROT, 1987, p. 62). Ser estruturalista, de acordo com Ducrot, é, portanto, definir os objetos não em si mesmos, mas uns em relação aos outros. É o conjunto de relações mútuas que constitui o objeto. É o papel constitutivo da *alteridade* que, como vimos, foi evidenciado por Platão e trazido para o estudo linguístico por Saussure.

Por isso, para empreender uma pesquisa estrutural em linguística é necessário postular a imanência da linguagem, “atribuindo à ordem linguística um caráter irreduzível, proibindo-a de fundar-se num outro nível de realidade” (DUCROT, 1987, p. 68-69). É esse raciocínio que conduz Ducrot a desenvolver uma semântica linguística, uma vez que nossa relação com a realidade é necessariamente intermediada pela linguagem.

4.2 O VALOR ARGUMENTATIVO

Opondo-se à concepção tradicional de sentido, a Semântica Argumentativa destrói a noção de valor denotativo (ou objetivo ou representativo ou descritivo), pois postula que a descrição da realidade pela linguagem se dá exclusivamente por intermédio dos aspectos *subjetivo* (atitude do locutor frente à realidade) e *intersubjetivo* (relações do locutor com a(s) pessoa(s) a quem se dirige). Assim, “a maneira como a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre os indivíduos”⁵⁶ (DUCROT, 1990, p. 50).

Para Ducrot, a descrição se faz através da expressão de uma atitude e também de um chamado que o locutor faz ao interlocutor, unificando os aspectos subjetivo e intersubjetivo e reduzindo-os ao que chama de *valor argumentativo* dos enunciados:

O *valor argumentativo* de uma palavra é por definição a *orientação* que essa palavra dá ao discurso. Com efeito, a meu juízo, o emprego de uma palavra faz possível ou impossível uma certa continuação do discurso e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina. (DUCROT, 1990, p. 51, tradução e grifos nossos).

⁵⁶ “la manera como el lenguaje ordinario describe la realidad consiste en hacer de ella el tema de un debate entre los individuos”.

Assim, conforme Barbisan (2013b), Ducrot leva a noção de *valor linguístico* para o uso efetivo da língua, mostrando-o em diferentes níveis: na relação entre entidades lexicais, entre enunciados, entre discursos, entre locutor e alocutário. “Em vista disso, argumentar é levar o Outro, o alocutário, a determinada continuação. Assim, a argumentação torna-se fundamental na linguagem. Está inscrita na língua, é inerente a ela, está na própria natureza da *língua*” (BARBISAN, 2013b, p. 21).

A Semântica Argumentativa estuda o sentido que se produz no emprego da língua, no *discurso*, sem a intervenção de qualquer entidade externa à língua e procura explicar o sentido essencialmente pela noção de *relação*. É, portanto, no discurso, que Ducrot encontra dois tipos de relação ou *encadeamentos*: os *normativos*, articulados por conectores como “portanto” (ou outros semelhantes como “então”, “assim”, “logo”, “por isso”, “consequentemente”, etc.), e os *transgressivos* como “no entanto” (ou “mas”, “apesar de”, “mesmo assim” e outros).

Com a ideia de encadeamento, Ducrot procura demonstrar que, se dois segmentos estão em relação argumentativa (“S₁ portanto S₂” ou “S₁ no entanto S₂”), o primeiro segmento somente adquire seu valor semântico a partir do segundo (*interdependência semântica*)⁵⁷, de modo que os dois segmentos constituem um único *enunciado*. É importante, nesta etapa, destacar a distinção que Ducrot faz entre os conceitos de *frase* e *enunciado*.

A *frase* é uma entidade teórica, concebida pelo linguista para explicar o *enunciado*, que, por sua vez, é uma entidade empírica, a realização da *frase*. A *língua* é um conjunto de *frases*, já o *discurso* é constituído de *enunciados* relacionados entre si. Como *língua* e *fala* são indissociáveis na perspectiva estruturalista, logo, *frase* e *enunciado* também são inseparáveis, de modo que o *sentido* produzido pelo *enunciado* é decorrente da *significação* da *frase*.

A *significação* da *frase* pode ser representada como “um conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a estes enunciados” (DUCROT, 1987, p. 170). Logo, a *significação* da *frase* orienta para possibilidades ou impossibilidades de continuação do *enunciado*.

Assim, se o locutor escolhe na *língua*, por exemplo: *está fazendo frio*, deve continuar com enunciados como: *então vou pôr casaco* ou *vou ligar o aquecedor*, mas não pode escolher: *então não vou pôr o casaco*, ou *não vou ligar o aquecedor*. A palavra *então* relaciona, nesse caso, *frio* e *casaco*, por exemplo. Essa é a *norma* da *língua*. Para continuar o enunciado *Está fazendo frio* com *não vou pôr casaco*, será necessário que o locutor utilize o conector *no entanto*, não o conector *então*, porque estará *transgredindo* a *norma*. (BARBISAN, 2012, p. 153).

⁵⁷ Esse tema será tratado com mais detalhamento na subseção dedicada à Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

O *sentido do enunciado*, por sua vez, consiste em uma descrição ou qualificação da enunciação. O sentido do enunciado é produzido quando se obedece às *orientações* dadas pela significação. Desse modo, a noção de *orientação* é aqui fundamental, pois compreende também os efeitos subjetivos e intersubjetivos do enunciado, que resultam da união dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, ou seja, do *valor argumentativo*, da *relação* entre *locutor* e *alocutário*, o que torna a Semântica Argumentativa, como já mencionamos, uma teoria da enunciação.

Ao afirmar que a função fundamental da linguagem é a *intersubjetividade*, Ducrot (2009a) estabelece que não se pode definir uma entidade linguística sem considerar seu emprego num diálogo. “Dar sua significação será indicar qual ato está sendo realizado quando o utilizamos para nos dirigir a um interlocutor. E o ato linguístico fundamental será o de impor ao interlocutor tal ou qual tipo de resposta, impedindo simultaneamente tal ou qual outra” (p. 11). Ducrot explica esse fato com base na noção de *alteridade* de Platão, propondo que o sentido de um enunciado está no conjunto de possibilidades de resposta que permite e por aquelas que proíbe.

Se falar é, antes de mais nada, constituir seu próprio pensamento obrigando outrem a nos enviar dele um reflexo, e se a língua tem por função primordial permitir este jogo da fala, o enunciado (tomado aqui como protótipo da entidade linguística) não é mais nada em si mesmo, não é senão uma alusão a outros enunciados – aqueles pelos quais ele quer ser continuado, este futuro discursivo que projeta diante de si esta sombra de si mesmo que é a sua única realidade (DUCROT, 2009a, p. 12).

Ao introduzir o outro, “o agente privilegiado da alteridade” (DUCROT, 2009a, p. 15), no domínio linguístico, Ducrot não deixa a teoria do *valor* degradar-se. E, se Ducrot não ultrapassa Saussure, ele certamente sabe ser fiel naquilo que é fundamental, e sabe romper naquilo que é necessário. Segundo Ducrot (1977), depois de Saussure, é comum encontrar-se a declaração de que a comunicação é a função primordial da língua. Isso levou os estruturalistas, de modo geral, a eleger o ato de informar como o ato linguístico fundamental. Tal concepção implica, frequentemente, comparar a língua a um código, restringindo seu funcionamento à mera transmissão de informação. Para Ducrot, ao contrário, “considerar a comunicação como a função linguística fundamental é admitir que a fala, é fala para outrem, e que a própria língua não se realiza senão quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos” (1977, p. 9). Decorre daí que o ato linguístico fundamental “é o ato de argumentar, de obrigar outrem, através das palavras que pronunciamos, a dirigir-se para tal ou qual tipo de conclusão” (DUCROT, 2009a, p. 15). “A significação do enunciado residiria então menos no que ele diz do que na

orientação que dá à sequência do discurso” (ibidem, p. 15). “Descrever um enunciado seria, antes de qualquer outra coisa, descrever aonde ele conduz” (Ib., p. 16).

É interessante observar que a noção de *orientação argumentativa* vem sendo construída desde a publicação de “As escalas argumentativas”, último capítulo de *Provar e dizer*:

O valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção” (DUCROT, 1981, p. 178).

A *orientação argumentativa* caracteriza a relação fundamental do sentido como própria da língua, “prevista em sua organização interna” (*Id.*, p. 180). A relação fundamental de sentido “não é uma relação referencial, palavra – coisas, mas uma relação enunciativa, entre locutor e alocutário, que está marcada na língua como o que estabelece uma relação entre argumento e conclusão, enquanto aquilo mesmo que constitui o sentido” (GUIMARÃES, 2015, p. 173).

Segundo Guimarães (2015), a noção de *orientação* vai ganhando novas conotações à medida que a teoria vai se desenvolvendo. De uma relação entre enunciados passa para uma relação dos conteúdos dos enunciados; posteriormente Ducrot coloca essa relação como apoiada pelos *topoi* argumentativos e, finalmente, com a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), a *orientação argumentativa* relaciona discursos evocados pelas entidades linguísticas.

4.3 POLIFONIA E ARGUMENTAÇÃO

Como teoria enunciativa, a Teoria Polifônica da Enunciação contesta o pressuposto da *unicidade do sujeito falante*, desenvolvendo a noção de *polifonia*, segundo a qual em um enunciado não há apenas *um* sujeito falante, mas mais de um. Segundo Carel (2011), o termo “polifonia” vem sendo muito utilizado na linguística moderna e remete basicamente a duas famílias de fenômenos: “os que dizem respeito à alusão, por um único enunciado, a vários conteúdos; e os que dizem respeito à presença de várias instâncias enunciantes no interior da enunciação” (p. 27). À primeira, Carel dá o nome de “polifonia intertextual” e a relaciona aos estudos de Bakhtin. A segunda, chamada de “polifonia semântica”, está ligada ao nome de Ducrot. A distinção essencial entre elas diz respeito à “maneira como o conteúdo suplementar é evocado e pela posição do locutor em relação a esse conteúdo” (ibidem, p. 28).

A polifonia intertextual alude a conteúdos relacionados a um discurso anterior, em relação aos quais o locutor não toma posição, sendo-lhe impossível negar que os evocou. O exemplo dado pela autora é o seguinte: “*Eu crio portanto eu existo. O primeiro ato de vida é um ato criador* (Romain Rolland, *A viagem interior*)” (CAREL, 2011, p. 28). De acordo com Carel, o locutor desse enunciado não pode negar a alusão ao “*Penso, logo existo*” de Descartes. Por outro lado, ele não toma posição em relação ao Cogito cartesiano. O locutor se contenta apenas “com fazer ressoar a fórmula de Descartes em sua própria fala, como para colocar seu discurso ao lado do de Descartes” (ibidem, p. 28). Contudo, é a polifonia semântica que aqui nos interessa.

Diferentemente da polifonia de viés bakhtiniano, “quando a polifonia é semântica, a alusão a vários conteúdos é prefigurada na significação da frase enunciada e o locutor toma posição em relação a esses conteúdos” (CAREL, 2011, p. 28). Entre as possíveis fontes de polifonia semântica estão a *pressuposição* e a *negação*. Com relação a esta última, Carel apresenta o seguinte exemplo: “*Pedro não é grande. Ao contrário, é minúsculo*” (2011, p. 30). Nesse enunciado, segundo a autora, o locutor comunica simultaneamente o conteúdo negativo [Pedro não é grande] e o conteúdo positivo [Pedro é grande].

Em outras palavras, o locutor se posiciona assumindo o conteúdo negativo, ao mesmo tempo que rejeita explicitamente o conteúdo positivo. Essa análise só é possível devido à presença da expressão “ao contrário”, que, na sequência do enunciado, opõe o conteúdo [Pedro é minúsculo] ao conteúdo positivo [Pedro é grande]. Afinal, “o contrário de [Pedro é minúsculo] é de fato o conteúdo positivo [Pedro é grande], e não o conteúdo negativo NEG-[Pedro é grande]” (CAREL, 2011, p. 30). Trata-se de uma propriedade da negação: “a de fazer ouvir, além da afirmação do conteúdo negativo, a rejeição do conteúdo positivo” (ibidem, p. 30).

Nesse sentido, ao ser utilizada para relacionar dois segmentos que expressam conteúdos opostos, mas que não se encontram explícitos no enunciado, a expressão “ao contrário” revela sua complexidade na medida que assume uma função articuladora, relacionando diferentes “vozes” que se contrapõem em níveis linguísticos distintos: o posto e o pressuposto.

Segundo Ducrot (1990), o autor de um enunciado nunca se expressa diretamente, mas põe em cena, em um mesmo enunciado, um determinado número de personagens, de pontos de vista. O sentido do enunciado surge do confronto desses diferentes pontos de vista: “o sentido do enunciado não é mais do que o resultado das diferentes vozes que ali aparecem”⁵⁸

⁵⁸ “(...) *el sentido del enunciado no es más que el resultado de las diferentes voces que allí aparecen*”.

(DUCROT, 1990, p. 16). Dessa forma, Ducrot constrói uma teoria polifônica da enunciação que preconiza que em um mesmo enunciado estão presentes as vozes de vários sujeitos com *status* linguísticos diferentes: o *sujeito empírico*, o *locutor* e o *enunciador*.

O sujeito empírico, autor efetivo, produtor do enunciado, não é objeto de estudo da Semântica Argumentativa, visto que as condições externas de produção da linguagem não interessam à teoria. Seu objetivo é o de descrever o sentido criado por um locutor, *ser de fala*, responsável pelo enunciado. O locutor relaciona-se com os enunciadores, que são *pontos de perspectiva abstratos*. Os enunciadores são a origem de pontos de vista no enunciado.

Segundo Ducrot e Carel (2008, p. 7), o locutor pode apresentar dois tipos de relação com os enunciadores que ele põe em cena nos seus enunciados: de um lado, ele os *assimila* (a seres determinados, ou mais frequentemente indeterminados), de outro, ele toma certas atitudes em relação a eles, que são as de *assumir*, *concordar* ou *opor-se*. Vejamos os seguintes exemplos:

(1) *Eu me sinto cansado;*

(2) *Segundo os bons estudantes, a prova foi fácil.*⁵⁹

No exemplo (1), estamos diante da *assimilação* com um ser determinado, a partir da qual o locutor atribui a si mesmo a origem do ponto de vista segundo o qual se está cansado. Em contrapartida, no exemplo (2), a facilidade da prova é atribuída aos enunciadores “bons estudantes”, que são indeterminados no enunciado, pois não se recupera, por esse enunciado, quem são esses seres. Assim, a *assimilação* consiste na relação particular entre dois seres distintos, na qual o locutor define a quem (que personagem) vincular a origem do ponto de vista.

Uma vez assimilados, o locutor se posiciona frente aos enunciadores. A atitude de *assumir* é dar à enunciação a finalidade de impor “o ponto de vista do enunciador enquanto ponto de vista da personagem à qual o enunciador é assimilado” (DUCROT e CAREL, 2008, p. 8), fazendo-se propagandista dele. No exemplo (1), o locutor se assimila ao enunciador e também o assume, pois a sua finalidade é dar a conhecer ao interlocutor o cansaço do ponto de vista do “eu” que o sente.

Ducrot e Carel (2008) ressaltam, contudo, que “a assimilação ao locutor não é condição necessária para o assumir, porque pode acontecer que o locutor assuma um enunciador ao qual

⁵⁹ Exemplos extraídos de Ducrot e Carel (2008).

ele não é assimilado” (p. 8). Além disso, a situação inversa também pode acontecer, isto é, um locutor pode se assimilar a um enunciador sem assumir seu ponto de vista, abstendo-se de sustentá-lo no discurso.

Por fim, o locutor pode *concordar* com um enunciador, proibindo a contestação do ponto de vista desse enunciador (como ocorre com a pressuposição) ou ainda, *opor-se* a ele (como ocorre no caso da negação).

Como acabamos de mostrar, a polifonia somente se manifesta no enunciado (entidade empírica, ocorrência particular da frase), pois a frase (entidade teórica, abstrata) não comporta as categorias de locutor e de enunciador e, portanto, nada pode dizer sobre as assimilações e atitudes do locutor frente aos enunciadores que põe em cena. É nesse sentido que a Semântica Argumentativa, enquanto semântica linguística, mantém a “concepção instrucional da significação segundo a qual a frase coloca exigências, limites e restrições para construir as assimilações e atitudes manifestadas no enunciado” (DUCROT e CAREL, 2008, p. 7), renunciando “radicalmente a qualquer descrição não linguística do significado das expressões da língua” (ibidem, p. 9).

Sendo assim, ao se enunciar, o locutor produz combinações próprias, dentre aquelas que a frase permite. Ao escolher as combinações linguísticas, no conjunto de possibilidades e impossibilidades que a frase determina, o locutor atribui sentido à realidade, orientando o alocutário para determinada continuação. Nessa perspectiva, “a língua é, antes de mais nada, o lugar da intersubjetividade, o lugar onde os indivíduos se confrontam, o lugar onde encontro outrem” (DUCROT, 2009a, p. 11).

As formulações relacionadas ao fenômeno da negação nos permitem ver com clareza o papel decisivo da polifonia linguística na descrição do funcionamento argumentativo na língua. Vejamos como a descrição proposta por Ducrot para o fenômeno da negação evidencia a caracterização da expressão “pelo contrário” como uma palavra “ferramenta”, assumindo uma função “puramente combinatória”, cujo valor semântico se constitui a partir dos discursos que põe em relação.

Ducrot nos apresenta uma concepção linguística da negação inspirada na tese formulada por Freud:

Para Freud, a negação é um compromisso operado pelo ego (minha personalidade) entre as pulsões (instintos) do id (a libido) e a censura do superego. Em outras palavras, quando alguém enuncia uma frase negativa não-P, em seu enunciado se expressam duas vozes: a da libido que se expressa através do ato P e a do superego que se expressa através da rejeição (rechaço) ligada ao morfema negativo *não* (DUCROT, 1990, p. 23, tradução nossa).

A fórmula freudiana concebe a negação como um mecanismo utilizado pelo ego para poder satisfazer tanto a libido quanto o superego: “a negação permite dizer coisas e, ao mesmo tempo, censurá-las, agradando assim a todos” (DUCROT, 1990, p. 23). Assim, sem se comprometer com o valor psicológico dessa tese, Ducrot afirma que “em um enunciado negativo não-P, há pelo menos dois enunciadores: um primeiro enunciador E¹ que expressa o ponto de vista representado por P, e um segundo enunciador E² que apresenta uma rejeição desse ponto de vista” (ibidem, p. 23).

Para explicar esse fenômeno, Ducrot analisa o seguinte enunciado: *Pedro não veio, pelo contrário, ficou em casa*⁶⁰. De acordo com o autor, o primeiro segmento “Pedro não veio” apresenta dois pontos de vista: um positivo, que afirma a vinda de Pedro, e outro negativo, que rejeita o anterior. Diante disso, impõe-se a questão de como explicar a presença da expressão “pelo contrário” ligando os segmentos “Pedro não veio” e “ficou em casa”. Exatamente como nos enunciados E1, E2, E3 e E4, os segmentos articulados por “pelo contrário” não são contrários. Na realidade, segundo o linguista, “o fato de que Pedro tenha ficado em casa implica que não tenha vindo” (DUCROT, 1990, p. 24).

Ducrot propõe, então, que o emprego da expressão “pelo contrário” deva-se à presença do ponto de vista positivo [Pedro veio] expresso por E¹ no primeiro segmento “Pedro não veio”, ao qual o locutor se opõe, assumindo E² NEG-[Pedro veio]. “Assim, esse estranho “pelo contrário” dá conta da presença de um enunciador positivo” (DUCROT, 1990, p. 24). Em um enunciado negativo, portanto, nos deparamos com “uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõem um ao outro” (ibidem. p. 23).

As condições de emprego da expressão “pelo contrário” estão relacionadas ao ponto de vista positivo, negado e veiculado ao mesmo tempo pelo enunciado que a antecede. De fato, se o primeiro enunciado for positivo, essa possibilidade de encadeamento será excluída e não teremos condições de empregar “pelo contrário”: nunca encontraremos um enunciado do tipo “*Pedro é gentil. Ao contrário, ele é adorável*”⁶¹.

Segundo Ducrot (1987), isso comprova que a presença de enunciadores no enunciado positivo e no enunciado negativo compartilham de estatutos muito diferentes e a teoria da negação, por ele proposta, dá conta dessa diferença, na medida em que demonstra que o enunciador positivo já tem um lugar *marcado na frase*, “cuja significação impõe que seja

⁶⁰ Exemplo extraído de Ducrot (1990, p. 24, tradução nossa): *Pierre n'est pas venu; au contraire, il est resté chez lui. Pedro no vino, por el contrario, se quedó en casa.*

⁶¹ Exemplo extraído de Ducrot (1987, p. 203).

personalizado, mesmo de forma vaga, no momento em que se interpreta o enunciado” (p. 203) negativo.

Assegurando-nos na proposta descritiva apresentada por Ducrot para o fenômeno da negação, reiteramos a ideia preceituada pela Semântica Argumentativa segundo a qual o significado de uma expressão se constitui pelas diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego. Os “pontos de vista” associados aos enunciadores, que a descrição polifônica nos apresenta, são os *encadeamentos argumentativos*, ou seja, a sequência de enunciados ligados por um conector. A expressão “pelo contrário” articula esses encadeamentos no universo do discurso, marcando, no nível da frase, uma argumentação implícita.

4.4 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

Retomando o paradoxo saussuriano apresentado na subseção dedicada ao *valor linguístico*, reconhecemos que a Semântica Argumentativa, sobretudo na roupagem que a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) lhe dá atualmente, oferece uma resposta satisfatória sobre a natureza das relações que envolvem a noção de *valor linguístico*. Na medida que concebe o significado como o “valor” do signo, ou mais propriamente como um conjunto de relações entre signos, a TBS vê “as relações entre signos que estão na base de todo significado, e que são como os átomos da significação” (DUCROT e CAREL, 2008, p. 9) definindo-as como *encadeamentos argumentativos* ou *argumentações*.

Os *encadeamentos argumentativos* não se baseiam na informação que os segmentos encadeados carregam. A ideia fundamental é a de que o sentido se baseia na argumentação, ou melhor, a argumentação constitui o sentido e ela é de ordem estritamente linguística. Para a TBS, o sentido de uma entidade linguística não está constituído por elementos extralinguísticos, independentes da língua (coisas ou ideias), mas “por certos discursos que essa entidade linguística evoca” (CAREL e DUCROT, 2005, p. 13).

Nessa perspectiva, um *encadeamento argumentativo* é uma sequência de dois enunciados ligados por um conector do tipo *normativo* (DONC ou DC = PORTANTO) ou *transgressivo* (POURTANT ou PT = NO ENTANTO) (cf. subseção 4.2). Um desses enunciados é o *suporte*, o antecedente, da conexão e o outro é o *aporte*, o conseqüente, da conexão. É importante assinalar que os encadeamentos não estão necessariamente marcados

pelos conectores, a oposição entre normativo e transgressivo se encontra no interior das palavras.

Nos dois tipos de encadeamentos (normativos e transgressivos) manifesta-se um fato fundamental: “cada um dos dois segmentos encadeados só toma seu sentido na relação com o outro” (CAREL e DUCROT, 2005, p. 16). Um conector introduz uma *interdependência* entre o sentido do primeiro e o sentido do segundo segmento. Por exemplo, num encadeamento do tipo “isto, portanto aquilo”, o segmento “isto” se compreende em relação com o segmento “aquilo”, e o segmento “aquilo”, por sua vez, se compreende em relação com o segmento “isto” (Cf. *ibidem*, p. 18). O sentido do que se diz no primeiro segmento é determinado pelo que é dito no segundo segmento. É justamente essa noção de interdependência estrutural que levou Carel e Ducrot a elegerem os dois conectores (DC e PT) como entidades essenciais para a descrição linguística, sem recorrer a qualquer elemento não linguístico.

Ao conjunto de encadeamentos argumentativos, normativos ou transgressivos, dá-se o nome de *aspecto argumentativo*. Tomemos os exemplos dados por Ducrot (In: Carel e Ducrot, 2005):

- (1) *O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar (El hotel está cerca de la Universidad, por lo tanto es fácil llegar).*
- (2) *O hotel não está perto da Universidade, portanto não é fácil chegar (El hotel no está cerca de la Universidad, por lo tanto no es fácil llegar).*

Trata-se, ambos, de encadeamentos normativos que podem ser esquematizados como X DC^[portanto] Y. O primeiro segmento [*O hotel (não) está perto da Universidade*] é representado pela letra X, enquanto que o segundo segmento [*(não) é fácil chegar*] é representado pela letra Y. Segundo Ducrot, aquilo que é semanticamente pertinente para a argumentação, aquilo que permite dizer *PORTANTO* (conector que estabelece a relação entre os segmentos) é: [*perto*] e [*fácil chegar*]. Esses predicados são representados por A e B, respectivamente. Observe-se que, por convenção metodológica, as expressões negativas não são consideradas no interior de A e de B, pois o importante é representar o conjunto de encadeamento possíveis entre A e B. Podemos chamar *aspecto A DC B* ao conjunto de encadeamentos normativos e *aspecto A PT B* ao conjunto de encadeamentos transgressivos, nos quais, X contém A e Y contém B em ambos os conjuntos.

Teoricamente, com dois segmentos, a alternância dos conectores (DC e PT) e a introdução da negação, podemos construir um conjunto com oito possibilidades de encadeamento:

- | | |
|--|--|
| (1) A DC ^[portanto] B | <i>O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar</i> |
| (2) A PT ^[no entanto] B | <i>O hotel está perto da Universidade, no entanto é fácil chegar</i> |
| (3) NEG-A DC ^[portanto] B | <i>O hotel não está perto da Universidade, portanto é fácil chegar</i> |
| (4) NEG-A PT ^[no entanto] B | <i>O hotel não está perto da Universidade, no entanto é fácil chegar</i> |
| (5) A DC ^[portanto] NEG-B | <i>O hotel está perto da Universidade, portanto não é fácil chegar</i> |
| (6) NEG-A DC ^[portanto] NEG-B | <i>O hotel não está perto da Universidade, portanto não é fácil chegar</i> |
| (7) A PT ^[no entanto] NEG-B | <i>O hotel está perto da Universidade, no entanto não é fácil chegar</i> |
| (8) NEG-A PT ^[no entanto] NEG-B | <i>O hotel não está perto da Universidade, no entanto não é fácil chegar</i> |

Evidentemente, algumas das combinações acima são absurdas, mas Ducrot nos adverte de que as informações em si mesmas não têm importância, somente a escolha do conector, seja DC ou PT, é, de fato, o que determina que o encadeamento seja aceitável ou absurdo. Isso resulta num problema filosófico importante: “não há orações que sejam incompatíveis entre si, todas as orações são compatíveis umas com as outras, o problema é elege o conector correto” (CAREL e DUCROT, 2005, p. 22). De modo que se considerarmos a informação, existem incompatibilidades absolutas entre os segmentos encadeados. Porém, se considerarmos a argumentação, essas incompatibilidades desaparecem. Basta escolher o conector apropriado.

Consideremos agora os encadeamentos pertencentes aos seguintes aspectos:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| A DC ^[portanto] B | <i>O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar</i> |
| NEG-A PT ^[no entanto] B | <i>O hotel não está perto da Universidade, no entanto é fácil chegar</i> |
| NEG-A DC ^[portanto] NEG-B | <i>O hotel não está perto da Universidade, portanto não é fácil chegar</i> |
| A PT ^[no entanto] NEG-B | <i>O hotel está perto da Universidade, no entanto não é fácil chegar</i> |

Em razão da *interdependência semântica* entre os segmentos, produzida pelos conectores que os unem, podemos agrupá-los no que a TBS denomina de *blocos semânticos*. Em outras palavras, esses quatro aspectos formam um *bloco semântico* porque os segmentos A e B têm o mesmo sentido em cada encadeamento; a interdependência entre A e B é a mesma,

ainda que com conectores distintos. O sentido de *perto* é *o acesso é fácil*: se é possível dizer *o hotel está perto, portanto é fácil chegar*, não é porque *perto* carregue ou implique a informação *é fácil chegar lá*, mas porque essa palavra significa, em si mesma, *portanto é fácil chegar lá*. “Se alguém deseja ir ao meu hotel, dirá *fica perto*, se, ao contrário, não deseja fazê-lo, dirá *fica longe*”⁶² (CAREL e DUCROT, 2005, p. 12, tradução nossa). Por conseguinte, é possível dizer que os blocos semânticos traduzem o sentido do discurso.

Os encadeamentos se ligam às expressões que os significam de duas maneiras distintas: *argumentações internas* e *externas*. As argumentações internas são encadeamentos que parafraseiam o sentido contido numa entidade lexical. Considerando a palavra “prudente”, por exemplo, podemos considerar como argumentação interna desse adjetivo o seguinte encadeamento: *Havia perigo, portanto Pedro tomou cuidado*. Quanto às argumentações externas, elas correspondem a encadeamentos (à direita ou à esquerda) dos quais a entidade linguística é um segmento. Por exemplo: *João foi prudente*. Entre as argumentações externas à direita possíveis encontramos: *João foi prudente, portanto não teve acidente* e *João foi prudente, no entanto teve um acidente*. Com relação às argumentações externas à esquerda dessa mesma expressão, podemos encontrar: *João foi prevenido do perigo, portanto foi prudente* e *João não foi prevenido do perigo, no entanto foi prudente*.

Para a TBS, “todo enunciado é parafraseável por «discursos argumentativos»” (CAREL e DUCROT, 2013, p. 243). Nesse sentido, dar o significado de uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego. É aqui que encontramos, com o perdão da expressão, a “associação indissociável” entre a noção de *valor* e a polifonia linguística. Os “pontos de vista” associados aos enunciadores, que a descrição polifônica nos apresenta, são os *encadeamentos argumentativos*, ou seja, a sequência de enunciados ligados por um conector. E o enunciador somente introduz esses encadeamentos no universo do discurso: ele é, portanto, em relação a esse universo, a fonte desses encadeamentos. “Temos, assim, mais uma vez, a *alteridade* de Platão, tão bem compreendida por Saussure, vista agora no nível dos enunciados” (BARBISAN, 2013b, p. 23, grifo nosso).

De acordo com Carel e Ducrot (2013), “a TBS se propõe estabelecer as regras do cálculo que permitem, a partir da significação das palavras utilizadas num enunciado, determinar os discursos argumentativos que o parafraseiam e que constituem [...] seu sentido” (p. 243-244). Essa tarefa implica, necessariamente, rejeitar a hipótese de que os discursos argumentativos transmitem raciocínios. A significação das palavras ou frases “não se reduz a uma propriedade

⁶² “Si alguien desea ir a mi hotel, dirá ‘queda cerca’; si en cambio no desea hacerlo, dirá ‘queda lejos’”.

objetiva ou a uma imagem do mundo, mas contém, do mesmo modo, a apreciação do locutor sobre o mundo ou sobre o que é dito do mundo” (ibidem, p. 246).

Para finalizar, é importante considerar como o caminho teórico trilhado por Ducrot o leva a uma diferenciação entre o que se chama de argumentação linguística e argumentação retórica. Essa preocupação, que aparece em muitos textos, em especial no artigo intitulado *Argumentação retórica e argumentação linguística* (2009b), justifica-se pelos muitos mal-entendidos que decorrem da utilização pela teoria da palavra *argumentação*. Nesse artigo, além de distinguir as duas noções, Ducrot (2009b) mostra que “a argumentação linguística não tem nenhuma relação direta com a argumentação retórica” (p. 20). Mas, além de afirmar que, embora sirva à persuasão, a argumentação linguística ou discursiva não tem qualquer caráter racional, Ducrot nos leva, na conclusão do referido artigo, a uma presença permanente no seu pensamento, mesmo que nem sempre formulada: Platão.

Opondo Platão a Aristóteles, Ducrot se posiciona ao lado do primeiro, sustentando que a linguagem “nos proíbe a relação com a realidade” (2009b, p. 25). A língua nos obriga a viver no meio das sombras, o discurso não tem nenhum caráter veritativo, racional ou mesmo informacional. Segundo Guimarães (2015), “este ‘platonismo’ se articula com sua posição marcadamente saussuriana. Poderíamos dizer que o não referencialismo da noção de signo em Saussure é vista por Ducrot a partir desta perspectiva (a recusa a Aristóteles em favor de Platão)” (p. 174). A linguagem não remete às coisas do mundo, como poderíamos pensar, mas ao mundo construído na e pela linguagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação procuramos relacionar a teoria da *alteridade*, elaborada por Platão no diálogo *Sofista*, e a teoria do *valor linguístico* apresentada no *Curso de linguística geral (CLG)* de Ferdinand de Saussure. Também buscamos demonstrar como determinados conceitos-chave da Semântica Argumentativa foram desenvolvidos a partir dessa confluência teórica. A hipótese levantada por Oswald Ducrot, de que a teoria saussuriana do *valor* está fundamentada filosoficamente na noção de *alteridade*, foi o mote para a formulação das questões que nortearam nossa investigação.

Como destacamos na introdução deste estudo, nós partimos de uma perspectiva epistemológica e procuramos apresentar aspectos relevantes dos construtos teóricos de Platão, Saussure e Ducrot, de modo que pudéssemos confrontá-los e relacioná-los com base em um princípio comum. Princípio que se consubstancia nas noções de *alteridade*, *valor linguístico* e *valor argumentativo*. Esperamos ter sido exitosos frente a esses objetivos, embora conscientes das limitações que o presente estudo apresenta.

Perfazendo um caminho cronológico, orientamos nossa análise pelo ponto de vista histórico-epistemológico, a partir do qual nos empenhamos em elucidar aspectos relacionados às circunstâncias de emergência das referidas noções, no contorno teórico de cada reflexão. Intentamos integrar essas concepções em torno de um princípio comum, *o valor constitutivo da alteridade*, numa clara remissão a Oswald Ducrot, sem, evidentemente, responsabilizá-lo pela análise aqui empreendida.

O arranjo cronológico que estruturou nossa exposição em nada implica um caráter valorativo, que sugira um progresso qualitativo em direção a uma teoria superior. Como se a semântica desenvolvida por Ducrot significasse o apogeu de um programa teórico há muito iniciado. Pelo contrário, a descrição e análise das noções e teorias respeitou a inserção de cada formulação na corrente histórica a que se integra, pontuando as preocupações específicas e contextuais de cada época. Essa opção pautou-se pela tentativa de reconstruir histórica e epistemologicamente os fundamentos da Semântica Argumentativa.

Na seção 2, nossa tarefa foi apresentar a *alteridade*, tal como formulada no *Sofista*. Destacamos a importância de Sócrates para a formação política e intelectual de Platão.

Contextualizando o cenário em que o diálogo foi escrito, identificamos o conflito com os sofistas e a dissensão em torno do axioma de Parmênides. Caracterizado como um diálogo da maturidade de Platão, apontamos, no *Sofista*, as dificuldades que se foram desenhando no percurso até a formulação da noção de *alteridade*. Os resultados da reflexão dialética confundem-se com o próprio processo de refletir. É assim que o *Sofista* apresenta uma solução para a compreensão do *ser* e do *não-ser* com a formulação da teoria da *alteridade*. Mas, o caminho até a *alteridade* foi longo, e só pôde ser alcançado após uma retomada sistemática das teorias do *ser* e de um olhar crítico de Platão sobre suas próprias teorias. Afinal, segundo Ricoeur (2014), Platão foi “aquele que mais vigorosamente refutou um platonismo elementar e ingênuo que poderia valer-se da teoria das Ideias” (p. XIII).

Para a filosofia platônica, método e objeto de investigação estão intrinsecamente relacionados. Tanto é assim, que a questão da essência, tão cara a Platão, nasce de uma pergunta: *O que é?*, por exemplo, o que é a coragem? O que é a virtude? Contudo, o potencial deontológico da pergunta só ganha sustentação quando há um interlocutor comprometido com a reflexão. O método dialético, aperfeiçoamento da maiêutica socrática, se estabelece, portanto, a partir de um debate entre sujeitos de linguagem. E é porque partiu da linguagem, que toda a sua filosofia da essência está marcada por ela.

De acordo com Ricoeur, “o problema da **essência** é idêntico ao da **linguagem**, [...]. O problema platônico é um problema de fundamento, de crítica da linguagem” (2014, p. 12, grifos nossos). Consultando o verbete FILOSOFIA DA LINGUAGEM no *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem* (2010), vemos que Ducrot demonstra essa relação referindo-se ao papel da indagação linguística em Platão: “Se, de fato, a abordagem filosófica de um problema é antes de tudo a elucidação das noções implicadas na formulação do problema, noções que são, em geral, representadas por palavras da linguagem diária, o filósofo é levado a uma análise, que se pode chamar linguística, do sentido das palavras” (p. 96).

Ainda na seção 2, mostramos que o diálogo *Sofista*, enquanto texto filosófico exemplar, “contém em forma nuclear os grandes paradigmas da filosofia ocidental, o enfoque ontológico da tradição, a guinada linguística da modernidade, e, talvez, em escala menor, o início da reflexão transcendental” (PAVIANI, 1997, p. 939). Sem dúvida, o percurso argumentativo desenvolvido por Platão nos premia com uma exposição teórico-metodológica incomensurável do ponto de vista da repercussão no pensamento de gerações de filósofos no mundo ocidental: Plotino, Agostinho, Giordano Bruno, Espinosa, Fichte, Schelling, Hegel, Marx, Bertalanffy, Maturana, Luhmann, Kaufmann e outros. No campo da linguagem, sua presença também se faz

notar, sobretudo com Bakhtin, Saussure e Ducrot. Ao final, o que nos permite eleger como o grande legado de Platão à linguística e, em especial, à semântica, é o fato de o platonismo representar uma filosofia empenhada numa constante reflexão sobre a relação dos seres entre si. Cada ser é o que ele é, mas não é todo o restante. O *ser* e o *não-ser* são duas categorias que se implicam: o *ser* é o que ele é e, ao mesmo tempo, não é os outros seres (cf. Ricoeur, 2014, p. 16).

Na seção 3, refazendo o percurso teórico que levou Saussure à noção de *valor linguístico* no *CLG*, procuramos identificar elementos que pudessem estar associados com a noção de *alteridade*, de modo a explicitar essa relação. Com efeito, Saussure foi o primeiro a apresentar uma abordagem científica da linguagem em termos de relações entre unidades. Nesse caminho, destacamos a concepção saussuriana de *língua* como uma estrutura autônoma, que se configura como um *sistema de signos*. Sistema que apresenta uma ordem própria, intrínseca. Sistema que se constitui a partir das relações entre os signos, de modo que a natureza mesma do signo se confunde com a noção de *relação*, da qual decorre a noção de *valor*. Como vimos, a noção de *valor linguístico*, reveladora da *alteridade* em Saussure, é fundamental para Ducrot e norteou todo o seu trabalho em semântica.

Ao tratar de Saussure, procuramos desvelar a dimensão filosófica de sua obra. Dimensão que teria sido negligenciada pelos editores do *Curso*, mas que parece despontar com todo o seu vigor nos manuscritos que perfazem os *Escritos*. O conjunto de textos que compõem os *ELG* revelam uma radicalidade quanto à percepção de que a *identidade* precede a *entidade*, ou melhor, de que a *relação* preexiste ao termo. Radicalidade que, no entanto, Ducrot já havia entrevisto em suas leituras do *CLG*. É assim que noções fundamentais do saussuriano como, por exemplo, as de *sistema*, *negatividade*, *diferença* e, sobretudo, a noção de *valor*, ganham um novo *status* epistemológico quando associadas à *alteridade* de Platão. Abre-se, portanto, com este trabalho, novas perspectivas para uma releitura de Saussure, à luz de uma influência filosófica até então pouco explorada em seus estudos.

Por fim, na seção 4, dedicada à Semântica Argumentativa, procuramos desenhá-la como resultado de inúmeras confluências teóricas, mas, sobretudo, alicerçada no estruturalismo saussuriano e no platonismo. Desenvolvida, portanto, a partir de uma concepção que vê na língua uma estrutura autônoma, cujos elementos constituintes não preexistem à construção do linguista, mas são encontrados e delimitados, uns em relação aos outros, no próprio curso da investigação linguística. Investigação que, por sua vez, fundamenta-se na ideia de que não se pode empreender uma descrição semântica das palavras apoiada em elementos exteriores ao

domínio da língua. De modo que não poderíamos descrever a Semântica Argumentativa sem explicitar sua origem filosófica.

Ao propor uma semântica linguística, que explica o sentido das entidades linguísticas pela noção de *relação*, Ducrot permanece fiel aos preceitos saussurianos que se conjugam na teoria do *valor linguístico*. Teoria que, como tentamos demonstrar, configura-se como uma aplicação da *alteridade* de Platão ao estudo da linguagem. Ducrot soube tirar proveito dessa relação, desenvolvendo, a partir de um método rigoroso, uma teoria linguística que concebe a língua como o lugar da confrontação de intersubjetividades. Opondo-se reiteradamente a qualquer tipo de referencialismo ou cognitivismo, Ducrot sustenta que o *sentido* e a *significação* são constituídos unicamente por tipos de *argumentação* e não fazem alusão alguma a coisas, fatos materiais, ideias, pensamentos ou condições de verdade.

Distinguindo claramente suas construções teóricas de suas observações empíricas, a Semântica Argumentativa propõe análises da língua e do discurso que orientam a reflexão sobre os problemas do sentido e da significação sob a perspectiva do uso linguístico. O *platonismo saussuriano* que direciona suas pesquisas instaura a *intersubjetividade* como a função fundamental da língua, outorgando à *alteridade* um valor *constitutivo*, de modo que a entidade linguística não é nada em si mesma, mas uma constante alusão a outras entidades que delimitam sua realidade.

Conscientes de que a significação completa é inatingível, escapando a qualquer teoria, Ducrot e seus colaboradores empreendem uma vasta descrição de fatos linguísticos que compreende desde os estudos sobre a *pressuposição*, os *implícitos*, a *enunciação*, a *orientação argumentativa*, a *polifonia* até, finalmente, os *blocos semânticos*. Naturalmente, considerando-se que a Semântica Argumentativa é uma teoria em pleno desenvolvimento, muitos outros conceitos podem advir da necessidade de descrição linguística.

Além da importância para uma compreensão mais apurada dos princípios que fundamentam filosoficamente a Semântica Argumentativa, este trabalho aponta para a necessidade de estudos mais profundos e consistentes sobre aspectos intrinsecamente ligados ao desenvolvimento da teoria e aos quais é sempre preciso retornar. Destacamos a noção de *pressuposição*, como exemplo, em razão de ela ter sido decisiva na consideração de Ducrot de que o sujeito do enunciado não é uno, e que, portanto, o enunciado é polifônico.

Aponta também para a importância de uma reaproximação dos estudos da filosofia clássica sobre a linguagem com os estudos “fundantes” da ciência linguística. Tal empreendimento nos parece relevante na medida em que repercute num aprofundamento da

reflexão epistemológica no campo da linguística. Considerando a necessidade de focalizar novas epistemologias para os estudos da linguagem, sobretudo quando métodos formais (ou, mais propriamente, deveríamos dizer, formalistas) tradicionais de estudo da linguagem são questionados por não contemplarem o caráter dinâmico, complexo e intersubjetivo da linguagem, a Semântica Argumentativa destaca-se como mais uma alternativa a esse anseio. Trata-se de uma abordagem surpreendentemente original sobre o funcionamento da linguagem, permitindo uma visão mais aguçada das questões relativas ao discurso.

Para Ducrot, o mundo que nós conhecemos é o mundo na organização que a linguagem lhe dá. Isso nos inspira a pensar que nos constituímos enquanto sujeitos na e pela linguagem. Nos relacionamos por meio da linguagem, e é na língua, portanto, que nos reconhecemos e somos reconhecidos pelo outro. A língua é o lugar da *intersubjetividade* e é por isso que, como nos afirma Ducrot, a argumentação está *na* língua. Sem dúvida, na medida em que assumimos os preceitos da Semântica Argumentativa como significativos para a pesquisa semântica em linguística, reconhecemos neste trabalho mais um passo em direção a um aprofundamento maior dos fundamentos dessa disciplina.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Rev. técnica João Gomes da Silva Neto. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARRIVÉ, Michel. *Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente: Freud, Saussure, Pichon, Lacan*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. *Em busca de Ferdinand de Saussure*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. Qual o papel da imanência na reflexão linguística e semiológica de Saussure? Trad. Adail Sobral. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 366-373, jul.-set. 2014.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BARBISAN, Leci Borges. A expressão do tempo no discurso. *Desenredo*, Passo Fundo, RS, v. 8, n. 2, p. 152-161, jul./dez. 2012.

_____. Do signo ao discurso: a complexa natureza da linguagem. In: FIORIN, José Luiz, FLORES, Valdir do Nascimento, BARBISAN, Leci Borges (orgs.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013a, p. 163-170.

_____. Semântica Argumentativa. In: FERRAREZI JR., Celso; BASSO, Renato. *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2013b, p. 19-30.

_____. A presença de Saussure na teoria da argumentação na língua de Oswald Ducrot. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 34, p. 102-111, jan./jun. 2014.

BARBISAN, Leci Borges; *et al.* Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panoramas das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 171-224.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5. Ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.

BIGLARI, Amir. *Les risques du discours: Rencontres avec Oswald Ducrot*. Propos recueillis par Amir Biglari. Éditions Lambert-Lucas, 2013.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.

BRISSON, Luc; PRADEAU, J-F. *Vocabulário de Platão*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BULEA, Ecaterina. Nuevas lecturas de Saussure. In: RIESTRA, Dora (comp.). *Saussure, Voloshinov y Bajtin revisitados: estudios históricos y epistemológicos*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAREL, Marion. A polifonia linguística. Trad. Leci Borges Barbisan. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2011.

_____; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

_____; DUCROT, Oswald. Por uma análise argumentativa global do sentido. Trad. Telisa F. Graeff, Bianca M. Q. Damaceno. Rev. da trad. Leci Borges Barbisan. *Desenredo*. Passo Fundo, RS, v. 9, n. 2, p. 238-253, jul./dez. 2013.

CIRNE-LIMA, Carlos. *Depois de Hegel: uma reconstrução crítica do sistema neoplatônico*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

CORDERO, Nestor-Luis. Introduction. In: PLATON, *Le Sophiste*. Paris: GF-Flammarion, 1993.

CULLER, Jonathan. *As ideias de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1979.

DEPECKER, Loïc. *Compreender Saussure a partir dos manuscritos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e linguística*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. *Principios de semántica lingüística: dizer e não dizer*. Trad. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari, Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. Com a colaboração de M.C. Barbault e J. Depresle. Trad. Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira, Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1981.

_____. “Enunciação”. In: *Enciclopédia Einaudi: linguagem e enunciação*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, v. 2, p. 368-393.

_____. *O dizer e o dito*. Rev. técnica da trad. Eduardo Guimarães. Campinas/SP: Pontes, 1987.

_____. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1990.

_____. Posfácio. In: HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. La Sémantique Argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In: SAUSSURE, Louis de (org.). *Nouveaux regards sur Saussure: mélanges offerts à René Amacker*. Genebra: Librairie Droz S. A., 2006.

_____. Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. Campinas: Unicamp, 2009a.

_____. Argumentação retórica e argumentação linguística. Trad. Leci Borges Barbisan. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009b.

_____.; CAREL, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. Trad. Leci Borges Barbisan. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

_____.; TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES Ana Christina, organizadoras. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Volume 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. 2. ed., 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. 3. ed. Trad. Edson Bini. São Paulo – Bauru, SP: Edipro, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. Aquele que diz o que não diz: uma bibliografia de Oswald Ducrot. *Entremeios: revista de estudos do discurso*, v. 11, jul./dez. 2015.

LODER, Letícia L.; FLORES, Valdir do Nascimento. Ferdinand de Saussure e a sociologia durkheimiana. *Organon*, Porto Alegre, n. 40/41, p. 273-294, jan./dez. 2006.

MALHADAS, D.; DEZOTTI, M.C.C.; NEVES, M. H. M. (coords.). *Dicionário grego-português*. São Paulo: Ateliê Editora. Terceiro fascículo – Kappa-ômicron, 2008.

MOUNIN, George. *Saussure: presentación y textos*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1969.

MOURA, Heronides M. de M. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. *DELTA*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 169-183, fev. 1998.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

NORMAND, Claudine. *Saussure*. Trad. Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PAVIANI, Jayme. *Fundamentos da Semântica*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, RS: UCS, 1976.

_____. *Escrita e linguagem em Platão*. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 1993.

_____. Tópicos para uma leitura de O Sofista. *Revista Veritas*, v. 42, n. 4. Dez. 1997, pp. 937-943.

PESSANHA, José Américo Motta. Introdução. In: PLATÃO. *Diálogos*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Trad. e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores).

PLATÃO. *Crátilo*, ou sobre a correção dos nomes. Trad. e notas de Celso de Oliveira Vieira. São Paulo: Paulus, 2014.

_____. *Diálogos I*: Teeteto (ou Do conhecimento), Sofista (ou Do ser), Protágoras (ou Sofistas). Trad., textos complementares e notas: Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2007.

_____. *Diálogos IV*: Parmênides (ou Das Formas), Político (ou Da Realeza), Filebo (ou Do Prazer) e Lísias (ou Da Amizade). Trad., textos complementares e notas: Edson Bini. 2. ed. Bauru, SP: Edipro, 2015.

RICOEUR, Paul. *Ser, essência e substância em Platão e Aristóteles*. Curso ministrado na Universidade de Strasbourg em 1953-1954. Texto verificado e anotado por Jean-Louis Schlegel. Trad. Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

ROGUE, Christophe. *Compreender Platão*. 6. ed. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SANTOS, José Gabriel Trindade. *Platão: a construção do conhecimento*. São Paulo: Paulus, 2012. (Coleção Cátedra).

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

_____. *Escritos de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2004.

SCHÜLER, Donaldo. *Literatura grega*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SCHURÉ, Édouard. *Os grandes iniciados: Pitágoras*. São Paulo: Martin Claret, 1986.

SOUZA, Eliane Christina de. *Discurso e ontologia em Platão: um estudo sobre o sofista*. Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2009. 208 p. (Coleção filosofia; 26).